

# Relatório e Contas



COMBOIOS DE PORTUGAL

## 2021

A nossa viagem só tem um  
destino: a sustentabilidade.



# Ficha Técnica

## **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**

Calçada do Duque, nº 20

1249 - 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 3 959 489 351,01 € (a 31 de dezembro de 2021)

### Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

### Contactos:

[institucional@cp.pt](mailto:institucional@cp.pt)



Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

# Índice

<b>MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>13</b>
<b>ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b>	<b>16</b>
<b>2021 EM RETROSPETIVA</b>	<b>20</b>
<b>Introdução</b>	<b>21</b>
<b>Serviço</b>	<b>22</b>
<b>Material Circulante</b>	<b>26</b>
<b>Comercial</b>	<b>27</b>
<b>Certificações</b>	<b>30</b>
<b>Melhorias no Património</b>	<b>31</b>
<b>Ambiente</b>	<b>31</b>
<b>Sustentabilidade Financeira</b>	<b>32</b>
<b>O NOSSO NEGÓCIO EM 2021</b>	<b>33</b>
<b>Evolução dos Indicadores Comerciais</b>	<b>34</b>
Os Nossos Clientes – Procura	34
Proveitos	36
Quanto Produzimos	37
<b>Qualidade do Serviço</b>	<b>39</b>
<b>Atividade de Manutenção</b>	<b>41</b>
Introdução	41
Atividade Interna	41
Prestação de Serviços de Manutenção a Terceiros	43
<b>Frota ao Serviço Comercial</b>	<b>44</b>
<b>As Nossas Pessoas</b>	<b>45</b>
Efetivo	45
Absentismo	46
Trabalho Suplementar	47
Formação	48
<b>Investimentos Realizados</b>	<b>49</b>
<b>O Grupo CP</b>	<b>51</b>
<b>CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS</b>	<b>52</b>

<b>Quadro – Resumo</b>	<b>53</b>
<b>Objetivos de Gestão</b>	<b>55</b>
Orientações Estratégicas	55
Plano de Atividades e Orçamento	56
Execução Orçamental	59
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	<b>62</b>
<b>Limite de Crescimento do Endividamento</b>	<b>63</b>
<b>Prazo Médio de Pagamento</b>	<b>64</b>
<b>Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2020</b>	<b>65</b>
<b>Remunerações</b>	<b>65</b>
Medidas de Redução Salarial	65
Remunerações do Conselho de Administração	65
Fiscalização	68
<b>Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público</b>	<b>71</b>
<b>Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP</b>	<b>72</b>
<b>Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens</b>	<b>72</b>
<b>Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção</b>	<b>72</b>
<b>Contratação Pública</b>	<b>72</b>
<b>Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)</b>	<b>73</b>
<b>Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais</b>	<b>74</b>
<b>Contratação de Estudos</b>	<b>75</b>
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</b>	<b>76</b>
<b>Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas</b>	<b>77</b>
<b>Plano para a Igualdade</b>	<b>77</b>
<b>Relato Não Financeiro</b>	<b>77</b>
<b>Informação no Site do SEE</b>	<b>78</b>
<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>79</b>
<b>Conta de Exploração</b>	<b>80</b>
Resultado Líquido	80
Resultado Operacional das Atividades de Transporte de Passageiros e Manutenção (EBITDA)	81
Resultado Operacional	81
Resultado Financeiro	82
<b>Balanço</b>	<b>83</b>
Ativo	83
Capital Próprio	84
Passivo	84
<b>Financiamento</b>	<b>85</b>
Dívida Financeira	85
<b>PERSPETIVAS PARA 2022</b>	<b>87</b>
<b>FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO</b>	<b>90</b>
<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>92</b>

<b>DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>	<b>94</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>96</b>
<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>102</b>
<b>Identificação da entidade e período de relato (nota 1)</b>	<b>103</b>
Identificação da Entidade	103
Acesso à Infraestrutura	104
Regime de Concessão	105
Contrato de serviço público	107
<b>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)</b>	<b>108</b>
Referencial contabilístico	108
Derrogações ao SNC	109
Valores comparativos	109
<b>Adoção Pela Primeira Vez das NCRF–Divulgação Transitória (nota 3)</b>	<b>109</b>
<b>Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)</b>	<b>109</b>
Bases de mensuração	109
Políticas contabilísticas relevantes	110
Juízos de Valor	124
Principais pressupostos relativos ao futuro	124
Principais fontes de incerteza das estimativas	124
<b>Fluxo de Caixa (nota 5)</b>	<b>127</b>
Rubrica de Caixa e depósitos bancários	128
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários	128
<b>Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)</b>	<b>128</b>
<b>Partes Relacionadas (nota 7)</b>	<b>129</b>
<b>Ativos Intangíveis (nota 8)</b>	<b>131</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis (nota 9)</b>	<b>131</b>
<b>Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 10)</b>	<b>134</b>
<b>Locações (nota 11)</b>	<b>135</b>
<b>Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 12)</b>	<b>136</b>
<b>Outros Investimentos Financeiros (nota 13)</b>	<b>137</b>
<b>Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)</b>	<b>138</b>
<b>Inventários (nota 15)</b>	<b>139</b>
<b>Clientes (nota 16)</b>	<b>140</b>
<b>Estado e Outros Entes Públicos (nota 17)</b>	<b>141</b>
<b>Outros créditos a receber (nota 18)</b>	<b>142</b>
<b>Diferimentos (nota 19)</b>	<b>143</b>
<b>Capital Subscrito (nota 20)</b>	<b>143</b>
<b>Reservas Legais (nota 21)</b>	<b>144</b>
<b>Outras Reservas (nota 22)</b>	<b>144</b>
<b>Resultados Transitados (nota 23)</b>	<b>144</b>
Material circulante	145
Outros ativos fixos tangíveis	145
<b>Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)</b>	<b>146</b>
<b>Provisões (nota 25)</b>	<b>147</b>

<b>Financiamentos Obtidos (nota 26)</b>	<b>148</b>
<b>Outras dívidas a Pagar (nota 27)</b>	<b>150</b>
<b>Fornecedores (nota 28)</b>	<b>151</b>
<b>Vendas e Serviços Prestados (nota 29)</b>	<b>151</b>
<b>Subsídios à Exploração (nota 30)</b>	<b>152</b>
<b>Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 31)</b>	<b>152</b>
<b>Variação da Produção (nota 32)</b>	<b>153</b>
<b>Trabalhos para a própria entidade (nota 33)</b>	<b>153</b>
<b>Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)</b>	<b>154</b>
<b>Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)</b>	<b>154</b>
<b>Gastos com Pessoal (nota 36)</b>	<b>155</b>
<b>Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 37)</b>	<b>156</b>
<b>Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 38)</b>	<b>156</b>
<b>Outros Rendimentos (nota 39)</b>	<b>157</b>
<b>Outros Gastos (nota 40)</b>	<b>157</b>
<b>Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 41)</b>	<b>158</b>
<b>Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 42)</b>	<b>159</b>
<b>Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 43)</b>	<b>159</b>
<b>Juros e Gastos Similares Suportados (nota 44)</b>	<b>159</b>
<b>Garantias e Avals (nota 45)</b>	<b>160</b>
<b>Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 46)</b>	<b>160</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados (nota 47)</b>	<b>160</b>
<b>RELATÓRIO DE AUDITORIA</b>	<b>161</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>163</b>
<b>RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>165</b>

# Índice de Gráficos

	Gráfico 1 - Linha temporal contendo as medidas restritivas à mobilidade provocadas pela Pandemia.....	17
	Gráfico 2 - Variação homóloga do PIB em termos reais e das suas componentes durante 2021.....	18
	Gráfico 3 - Variação homóloga mensal do IHPC durante 2021.....	19
	Gráfico 4 - Evolução da Procura no período 2016-2021.....	34
	Gráfico 5 - Evolução dos Proveitos de Tráfego no período 2016-2021.....	36
	Gráfico 6 - Taxa de Absentismo em 2021.....	46
	Gráfico 7 - Trabalho Suplementar em 2021. ....	47
	Gráfico 8 - Discriminação dos Investimentos em 2020. ....	49
	Gráfico 9 - Grupo CP.....	51
	Gráfico 10 - Fontes de Financiamento.....	86
	Gráfico 11 - Estrutura da Dívida.....	86

# 01

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Quando, em 2019, este Conselho de Administração tomou posse apresentavam-se-lhe dois grandes desafios: recuperar no curto prazo os níveis de mobilidade ferroviária em Portugal e lançar um projeto ambicioso de desenvolvimento do setor, com a CP como principal promotor da mobilidade nacional.

A internalização da função de manutenção de material circulante foi decisiva para a obtenção do primeiro desígnio, permitindo repor níveis de regularidade da operação com a recuperação de diversas unidades que se encontravam inoperacionais. Neste âmbito, é de realçar que o parque ativo da CP, entre 2019 e 2021, foi reforçado com mais locomotivas, automotoras e carruagens, que totalizam mais 42 unidades.

No que se refere ao segundo desígnio, após anos de desinvestimento no setor, podemos afirmar que os desenvolvimentos ocorridos em 2021 serão determinantes.

Por um lado, após obtenção do visto do Tribunal de Contas para o contrato de aquisição de 12 automotoras bi-modo e 10 automotoras elétricas para o Serviço Regional, registou-se o lançamento do maior concurso para aquisição de material circulante das últimas décadas, para o fornecimento de 117 automotoras elétricas, para os Serviços Urbanos e Regional.

Por outro, assistiu-se à criação do Centro de Competências Ferroviário que vai permitir construir um *cluster* ferroviário, atraindo ou criando talentos, assim como empresas dedicadas a fornecer as diversas componentes, tanto para o material atual como para outro que venha a ser construído em Portugal. Além de se constituir como um centro de *know how* para o sector, será um pólo criador de emprego e de investimento para o País.

Estes factos, em conjunto com as melhorias no serviço potenciadas pelas intervenções previstas de eletrificação e renovação de via, fazem-nos readquirir a esperança na modernização e no desenvolvimento do Caminho de Ferro português, no qual a CP se assumirá como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado de transportes, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do País, com o objetivo final da melhoria da qualidade do serviço prestado ao nosso Cliente.

Em termos de resultados, num ano que continuou marcado pelas vicissitudes causadas pela Pandemia, mas tendo as restrições sido menos penalizantes que no ano anterior, registou-se em 2021 um acréscimo de 14% do número de passageiros transportados e de 13,9 % nos rendimentos de tráfego.

O EBITDA das atividades de transporte e manutenção foi positivo, atingindo os 14 milhões de euros, 18,1 milhões de euros melhor que em 2020.

Quanto ao Resultado Líquido, apesar de negativo em 65,6 milhões de euros, apresentou uma melhoria de 31% face ao ano anterior (29,8 milhões de euros).

A dívida remunerada manteve-se inalterada ao longo do ano, o que permitiu a melhoria do Resultado Financeiro.

De referir que, a CP continuou a contar com o apoio do seu Acionista, o Estado, para resolução das necessidades mais prementes a vários níveis, nomeadamente no que respeita à amortização dos

empréstimos com vencimento no período, enquanto se aguarda decisão formal no que respeita ao saneamento financeiro da dívida histórica da empresa.

Aproveitamos para agradecer o apoio prestado pelas Tutelas Setorial e Financeira, determinante para a concretização da atual conjuntura favorável ao desenvolvimento do setor.

Uma palavra de agradecimento e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Eng.º Nuno Freitas, que nos presidiu até final do terceiro trimestre, e também a todos os trabalhadores, pelo orgulho, esforço e dedicação demonstrados, que potenciaram as mudanças ocorridas na CP, sem os quais os resultados obtidos não teriam sido possíveis.

Por fim, uma palavra de agradecimento aos nossos Clientes, pela sua preferência.

# 02

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





**Pedro Manuel Franco  
Ribeiro**

Vogal

**Nuno Pinho da Cruz  
Leite de Freitas**

Presidente  
até 30 de setembro

**Pedro Miguel Sousa  
Pereira Guedes Moreira**

Vice-Presidente

**Ana Maria dos  
Santos Malhó**

Vogal

**Maria Isabel de  
Magalhães Ribeiro**

Vogal

# 03

## PRINCIPAIS INDICADORES





**Passageiros Transportados - 99,1 milhões**



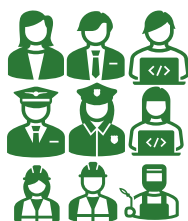
**Comboios - 423 mil**

**Cks - 27,5 milhões**



**Proveitos de Tráfego- 172 milhões de euros**

**Faturação de Manutenção - 16,4 milhões de euros**



**Trabalhadores a Cargo - 3 784**



**Veículos na Frota - 415**

<b>Indicadores Operacionais</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
<b>Procura</b>				
Passageiros(10 <sup>3</sup> )	99 103	86 910	12 194	14,0%
Passageiros Quilómetro (10 <sup>3</sup> )	2 526 613	2 200 817	325 796	14,8%
<b>Oferta</b>				
Comboios (10 <sup>3</sup> )	423	404	19	4,7%
CK(10 <sup>3</sup> )	27 463	25 662	1 801	7,0%
LKO(10 <sup>6</sup> )	12 384	11 963	421	3,5%
<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final a cargo	3 784	3 736	48	1,3%
Efectivo Médio a cargo	3 766	3 710	56	1,5%
<b>Frota - Parque Ativo</b>				
Automotoras	245	242	3	1,2%
Locomotivas	44	35	9	25,7%
Carruagens	126	118	8	6,8%

<b>Indicadores Financeiros</b> (10 <sup>3</sup> €)	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Proveitos Tráfego	171 570	150 652	20 918	13,9%
Rendimentos Operacionais *	317 428	294 758	22 670	7,7%
Subsídios à Exploração **	89 386	88 127	1 259	1,4%
Gastos Operacionais *	303 404	298 879	4 525	1,5%
EBITDA *	14 024	-4 121	18 145	440,3%
Resultado Operacional	-42 462	-64 477	22 015	34,1%
Resultado Líquido	-65 554	-95 399	29 845	31,3%

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

\*\* Contidos nos Rendimentos Operacionais. Inclui subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público.

<b>Rácios</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Peso dos Gastos no VN s/ Subsídios à Exploração ***	92,6%	90,2%	2,4 p.p.	-

\*\*\* (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal) / (Volume de Negócios+ Trabalhos para a Própria Entidade), excluindo o efeito da Pandemia

# 04

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO





# Enquadramento Macroeconómico<sup>1</sup>

## Conjuntura

Os anos de 2020 e 2021 foram decisivamente influenciados pela Pandemia Covid19. No cronograma seguinte sintetizam-se as diversas fases de restrições à mobilidade.

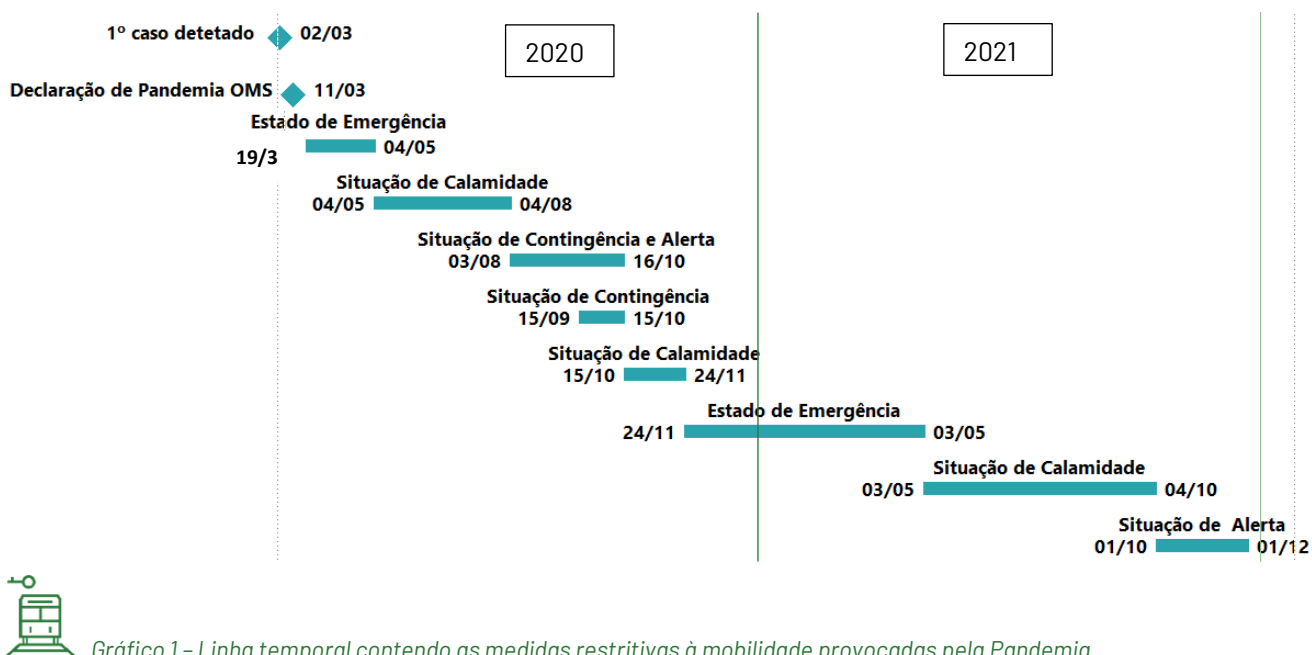


Gráfico 1 - Linha temporal contendo as medidas restritivas à mobilidade provocadas pela Pandemia

Fonte: <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-covid-19>

As conjunturas nacional e internacional relatadas neste capítulo influenciaram fortemente os indicadores de gestão da empresa. A procura da CP ressentiu-se particularmente do facto de grande parte da população se encontrar em situação de *Layoff* ou em teletrabalho e, por outro lado, da diminuição do turismo e das viagens de lazer, motivando uma redução muito elevada nos padrões de mobilidade. Só a partir do terceiro trimestre de 2021 se assistiu a alguma recuperação efetiva.

## Contas Nacionais

O ano de 2021 iniciou-se com o Estado de Emergência declarado desde dezembro do ano anterior, o que contribuiu para a manutenção da tendência de decréscimo do Produto Interno Bruto, que registou uma redução homóloga de 5,3% no primeiro trimestre, no seguimento de quatro trimestres anteriores igualmente em quebra.

<sup>1</sup> Fonte: [www.INE.pt](http://www.INE.pt).

Variação do PIB em Portugal (%)						
2018	2019	2020	1T 2021	2T 2021	3T 2021	4T 2021
2,6	2,2	-8,4	-5,3	16,5	4,4	5,8

No conjunto do ano de 2021, o PIB registou um crescimento de 4,9% em volume,

Em termos nominais, o PIB aumentou 5,7% em 2021, atingindo cerca de 211 mil milhões de euros.

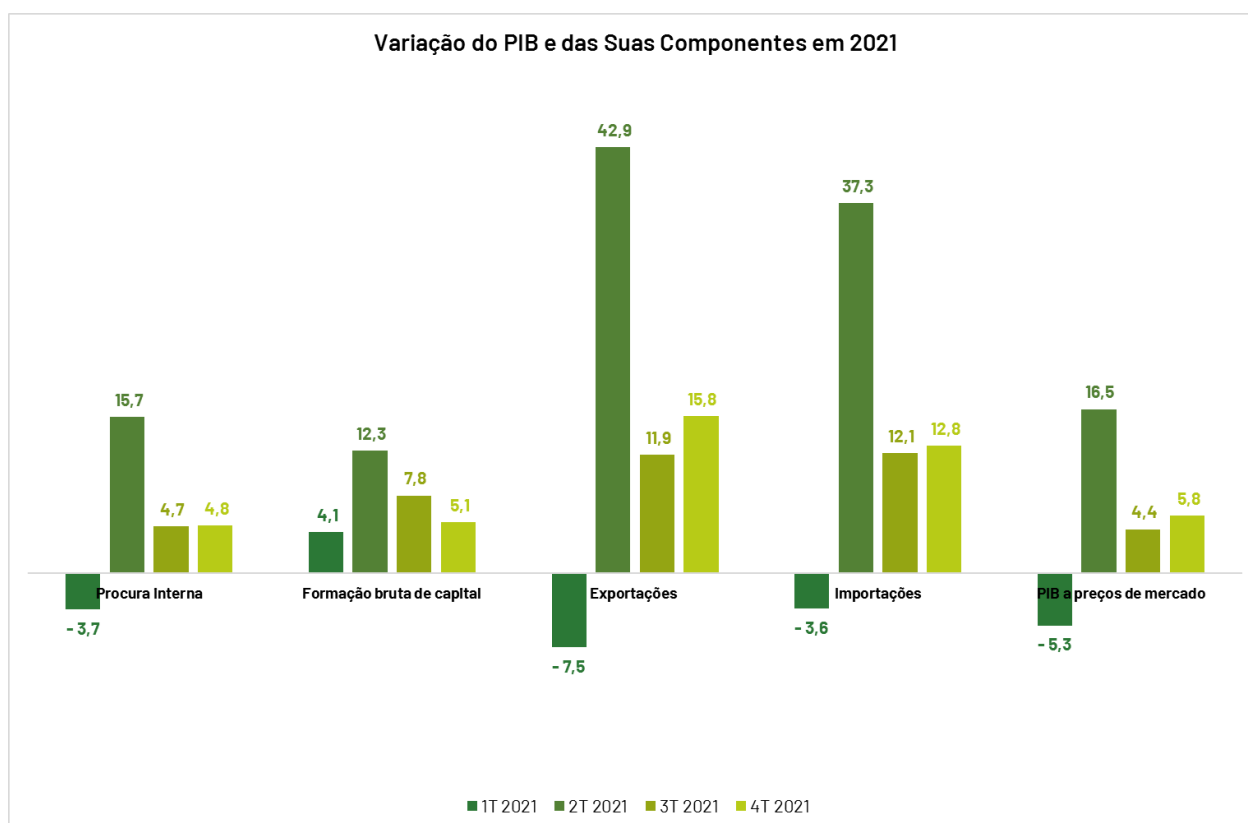


Gráfico 2 - Variação homóloga do PIB em termos reais e das suas componentes durante 2021.

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

A procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para a variação do PIB, após ter registado uma variação significativamente negativa em 2020, impulsionada pelo consumo privado. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e de serviços.

## Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego em 2021 situou-se em 6,6%, o que corresponde a uma redução face ao ano anterior de 0,4 p.p.

Apesar da avassaladora redução da atividade económica, este indicador não registou variações da mesma dimensão devido às medidas extraordinárias de apoio à manutenção do emprego, destinado às entidades empregadoras, no âmbito da Pandemia COVID-19.

Por outro lado, uma parte significativa do total da população empregada exerceu a sua profissão em teletrabalho.

## Inflação

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou, durante o primeiro semestre de 2021, pequenas variações homólogas. Contudo, no terceiro trimestre, apresentou um acréscimo significativo, que continuou no último trimestre, refletindo, principalmente, o impacto da variação dos preços dos produtos energéticos e alguma recuperação da atividade económica.

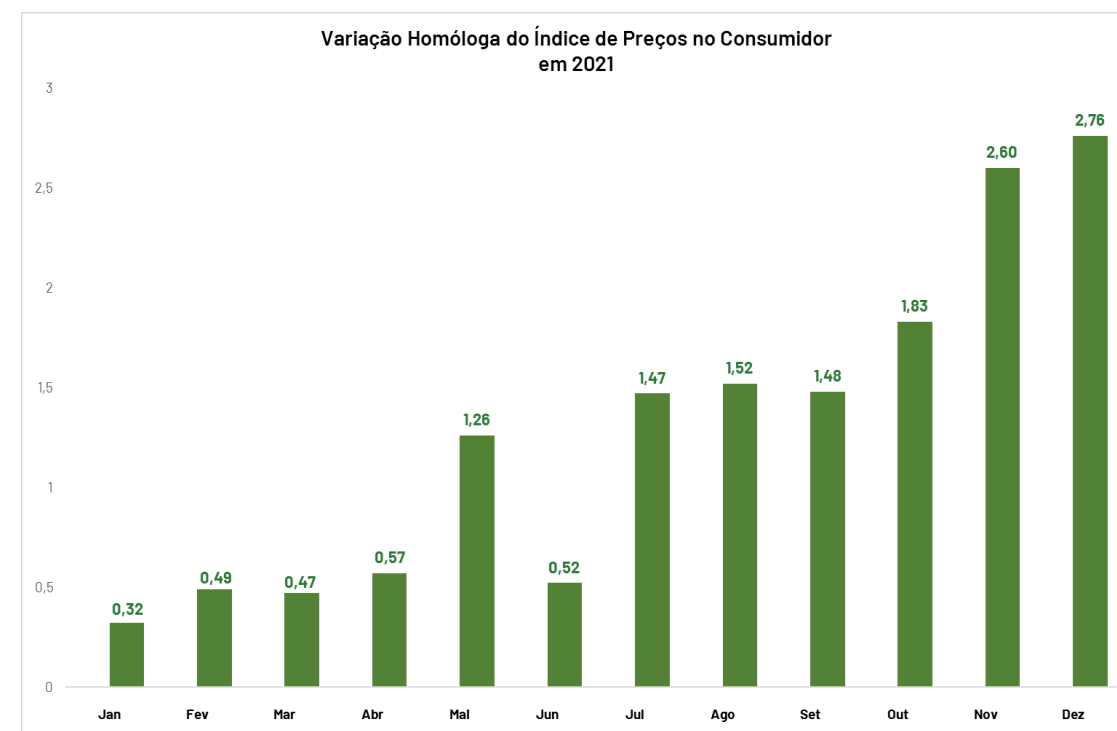


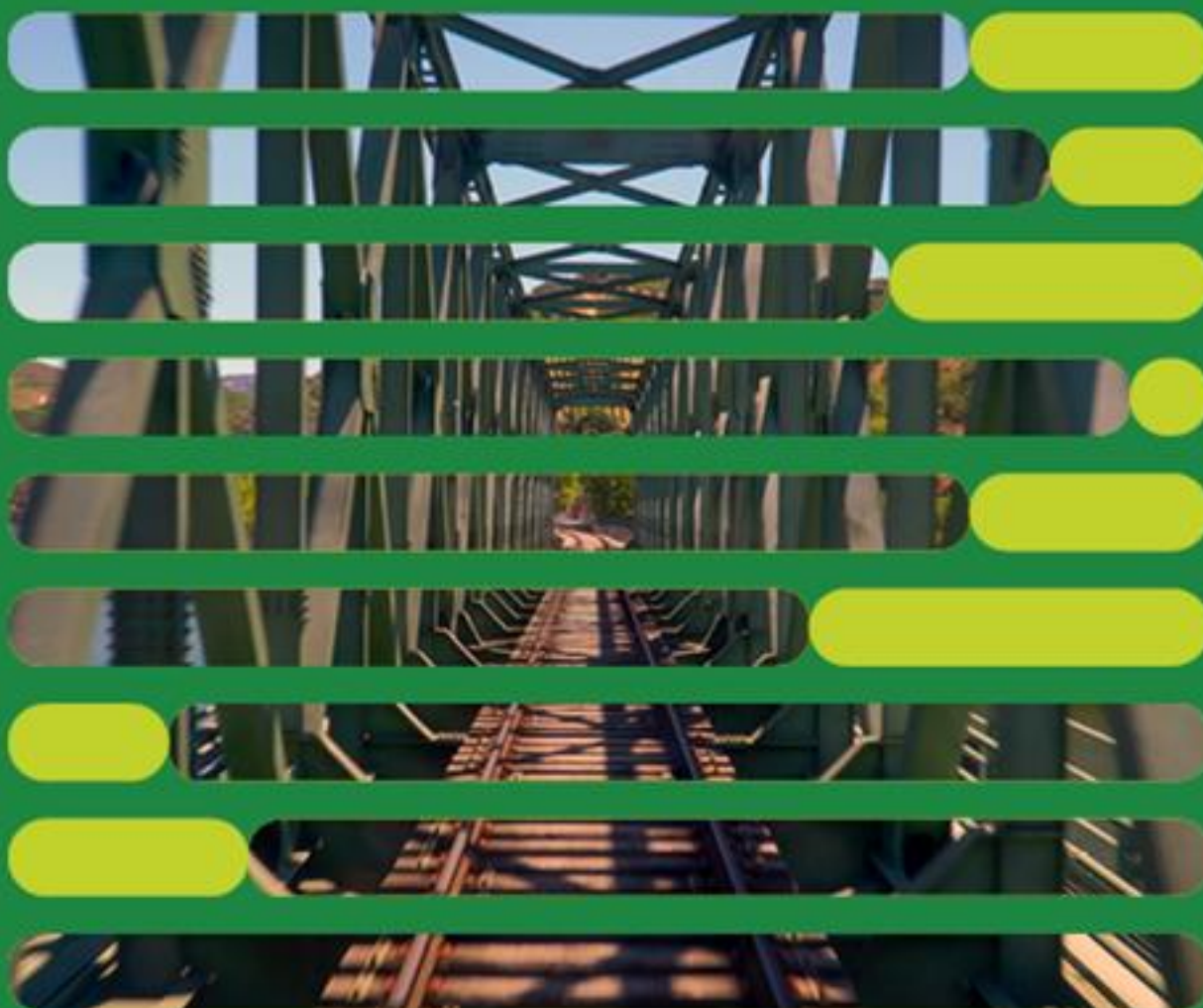
Gráfico 3 – Variação homóloga mensal do IHPC durante 2021.

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

05

2021

EM RETROSPECTIVA



## Introdução

A Pandemia continuou a ter um papel decisivo na atividade da Empresa durante o ano de 2021, embora, apesar de tudo, tenha sido menos penalizante do que no ano anterior.

No primeiro trimestre de 2021, a declaração de dever geral de recolhimento domiciliário e a obrigatoriedade de teletrabalho a partir de 15 de janeiro, até ao final de março, com o ensino à distância e a redução drástica do turismo, contribuíram para uma forte retração da procura.

O plano de contingência aplicado no início do ano levou a uma redução dos comboios dos Serviços Alfa Pendular e Intercidades e à suspensão do Serviço Internacional Porto-Vigo (comboio CELTA), tendo o comboio RAIANO deixado de passar a fronteira, sendo o seu destino apenas a estação de Elvas.

No segundo trimestre, com algum alívio das medidas de confinamento face ao trimestre anterior e em contraposição ao verificado no período homólogo, assistiu-se a uma moderada recuperação da procura, que prosseguiria nos trimestres seguintes.

A partir do dia 5 de abril foi reposta a quase totalidade da oferta do Serviço Intercidades e parte significativa da oferta do Serviço Alfa Pendular, na sequência do levantamento gradual das medidas de confinamento.

A partir de 1 de maio foi reposto parcialmente o Comboio Celta, entre Porto e Vigo e o Comboio Raiano, que assegura a ligação entre Entroncamento e Badajoz - Elvas.

A partir de outubro o Celta foi reposto na totalidade, com quatro ligações diárias.



Celta: o comboio que  
liga o Porto à Galiza

## Serviço



### Linha do Minho com tração elétrica até Valença

No final do mês de abril iniciou-se o serviço de comboios de tração elétrica no troço Viana do Castelo - Valença, da Linha do Minho, depois da conclusão das obras de modernização e eletrificação da via.

A CP passou, assim, a operar com tração elétrica em toda a extensão das ligações entre a cidade do Porto e a fronteira com Espanha, em Valença, com uma melhoria significativa em tempo de percurso, com uma redução de 15 minutos.

A nova oferta contemplou:

- dois novos comboios diários InterRegionais (um por sentido) entre Coimbra B e Valença (sendo eliminado o transbordo em Viana do Castelo, no troço Nine - Valença);
- Prolongamento dos Intercidades de Viana do Castelo a Valença;
- Reforço, durante o fim de semana, da oferta de comboios Regionais entre Viana do Castelo e Valença;
- Reforço da oferta em Porto São Bento, alterando para aí a origem / destino de dois comboios InterRegionais e um Regional, no período de ponta da manhã.

Vá mais longe  
com o Intercidades

Viagem direta de Lisboa a Valença

+ serviço  
+ conforto  
+ sustentável

Ligue-se a Valença,  
ligue-se a Portugal



COMBOIOS DE PORTUGAL

## Nova oferta nas Linhas da Beira Baixa e da Beira Alta

A reabertura dos 41 quilómetros de linha entre a Guarda e a Covilhã, depois de 12 anos encerrados para renovação integral, permitiu, a partir de maio de 2021, a criação de um novo modelo de oferta integrada dos Serviços Intercidades e Regional das Linhas da Beira Baixa e da Beira Alta.

Esta modernização permitiu à CP a extensão até à Guarda dos Intercidades e de dois comboios Regionais da Beira Baixa. Por sua vez, a marcha do comboio Intercidades Lisboa-Guarda foi prolongada até à Covilhã. Deste modo, passou a existir uma ligação direta entre a Covilhã e Coimbra.

Em termos de tarifário, independentemente do serviço em que o Cliente viaje, o preço aplicado entre a Guarda e a Covilhã será sempre de tarifa Regional.

Tudo fica mais  
à beira com  
o Intercidades

+ serviço  
+ sustentável



COMBOIOS DE PORTUGAL



## Novo Horário na Linha do Oeste

Consistiu no prolongamento de 4 comboios já existentes, para reforçar a mobilidade com Coimbra e Lisboa, assim como dentro da própria Linha, o que permitiu assegurar:

- duas ligações diárias adicionais entre Caldas da Rainha e Coimbra e entre Caldas da Rainha e Lisboa, estas através da ligação em Meleças aos comboios Urbanos,
- duas novas ligações entre Torres Vedras e Caldas da Rainha, uma por sentido, de modo a aumentar as soluções de mobilidade ao final da manhã / início da tarde.

## Melhorias do Horário na Região do Alentejo

Ao fim de 11 anos foi reposta, em junho, a ligação direta entre as capitais de distrito alentejanas, Beja e Évora, por meio de três circulações Intercidades diárias por sentido. Com um tempo de trajeto de 1 hora e 13 minutos, os novos comboios servem Cuba, Alvito, Vila Nova da Baronia, Alcáçovas e Casa Branca com automotoras *diesel* da série 450.

Igualmente em junho, foram lançados, aos dias úteis, dois novos comboios Intercidades, um por sentido, na ligação Lisboa-Évora. Esta relação passou assim a contar com cinco viagens diárias em cada sentido.

## Novo Horário no Vale do Douro

Para dar resposta ao acréscimo de procura na época de verão, foram criadas duas ligações em comboio Miradouro, uma por sentido, entre Porto São Bento e Pocinho, nos períodos de início do dia e da tarde.

A ligação entre a Régua e o Pinhão foi igualmente reforçada no período da tarde, através da extensão de dois comboios, um por sentido, que atualmente apenas faziam o percurso entre Porto e Régua.

Foram ainda introduzidos alguns ajustes pontuais à oferta na Linha do Douro.

Linha do Douro

# MIRA DOURO

Outra forma de  
navegar no Douro.





## Ligação direta entre Valença e Figueira da Foz

Foi criada uma ligação direta entre Valença e Figueira da Foz, prolongando os dois comboios InterRegionais que faziam a ligação Coimbra-Valença, até à cidade da Figueira da Foz.

## Comboios Históricos

A campanha 2021 dos Comboios Históricos do Douro e do Vouga, realizou-se principalmente durante o verão e obteve grande adesão de clientes.

A campanha do Vouga foi marcada pela entrada ao serviço de duas novas carruagens, recentemente recuperadas para o serviço turístico da via estreita: uma carruagem "napolitana", com 30 lugares e uma carruagem de 1908, fabricada nas oficinas do Barreiro, com 32 lugares.

# COMBOIO HISTÓRICO DO DOURO

Uma viagem de outros tempos  
numa paisagem única.



## Material Circulante



### **Criação do Centro de Competências Ferroviário**

Este Centro, situado em Guifões, Matosinhos, tem como objetivo o desenvolvimento em Portugal de um novo *cluster* ferroviário e de uma nova indústria nacional da ferrovia, que permita ao país inclusivamente produzir comboios.

O Centro terá uma incubadora de empresas e integrará uma escola de formação de ferroviários, que terá um curso profissional para técnicos de manutenção e operação ferroviários. Será ainda dotado de um centro de saber ferroviário da Universidade do Porto, que ficará localizado no edifício do Centro de Competências, com doutoramentos, e integrará laboratórios para certificação de peças que necessitam da mesma para serem montadas nos comboios.

### **Lançamento de concurso para Aquisição de Material Circulante**

Em linha com os objetivos de descarbonização da economia, para os quais o setor dos transportes deve contribuir expressivamente, mas também com o propósito de garantir uma melhoria das condições de mobilidade da população e a coesão do território nacional, foi autorizada, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2021, de 27 de julho, a aquisição de 117 unidades automotoras elétricas, 62 das quais para os Serviços Urbanos e 55 para os Serviços Regionais, incluindo as respetivas peças de parque e ferramentas especiais.

O concurso incluirá ainda, o direito de opção de aquisição de até 36 unidades adicionais para os Serviços Urbanos e respetivas peças, o qual só pode ser acionado após 2026 e mediante autorização expressa das tutelas setorial e financeira.

O concurso prevê a construção de uma nova instalação oficial, que a CP usará no futuro para a manutenção destas unidades, a instalar em Guifões.

A data prevista para a adjudicação é o final de 2022, com início da entrega dos primeiros comboios em 2026, sendo as últimas unidades entregues em 2029.

## Comercial



### Nova Loja CP na Estação de Cascais

No início do mês de fevereiro reabriu a bilheteira da estação de Cascais, remodelada de acordo com o conceito de loja multisserviços (Loja CP), orientada para as diferentes necessidades dos clientes e apostando numa imagem mais contemporânea e que garante a identidade gráfica da Marca CP.

Privilegia a facilidade de acesso à informação para consulta e compra de produtos CP, gestão de filas de espera, espaços de apoio ao cliente e venda de *merchandising*.

O projeto Loja CP integra também preocupações ambientais que se encontram refletidas na escolha de equipamentos e sistemas com boa eficiência energética, nomeadamente na iluminação e na climatização.



## Lançamento da venda de títulos da CP na plataforma OMIO

A CP conta com mais um canal de venda, a plataforma "OMIO.COM", para os seus Serviços de Longo Curso, Regionais, InterRegionais e urbanos do Porto e de Coimbra.

Esta parceria permite reforçar a capacidade de venda no contexto internacional e representa a entrada da CP em plataformas internacionais que comparam vários modos de transporte e permitem a venda sem remissão do Cliente para os sites dos operadores selecionados.

Uma das principais particularidades da plataforma é a visão conjunta e comparativa entre modos de transporte para as pesquisas do cliente, evidenciando de forma muito clara a competitividade em preço e tempo de trajeto entre modos de transporte.

## Campanha Alfa Pendular

Tratou-se de uma campanha inovadora, em suporte outdoors, com uma mensagem clara: "Alfa Pendular: Viajar de forma rápida, segura e sustentável", expondo, com humor, uma comparação direta e entre o transporte individual e o Alfa Pendular.

Esteve exposta em vias rodoviárias de grande acesso automóvel entre Lisboa e Porto.

**Não adormeça!**  
**Para isso, ia**  
**de Alfa...**

**ALFA PENDULAR**  
Viajar de forma rápida, segura  
e sustentável



## **Campanha “Celta: o Comboio que Liga o Porto à Galiza”**

Com o objetivo de comunicar a reposição do Serviço Celta a partir de outubro, foi lançada uma campanha de comunicação, que incluiu a redução no preço final dos bilhetes, para a compra antecipada de viagens.

A reposição da oferta Celta, aliada à criação de condições promocionais foi a resposta da Empresa à crescente procura, numa época marcada pela ocorrência de diversos eventos em Santiago de Compostela.

## **Vouchers para Comboios Históricos**

A CP lançou na quadra natalícia uma campanha de venda de vouchers de Natal para utilização em viagens nos Comboios Históricos das edições de 2022 e 2023.



# Celta: o comboio que liga o Porto à Galiza

## Presença no LinkedIn

O LinkedIn é uma rede social com uma audiência em Portugal de 3,5M de utilizadores, sendo utilizada por companhias no mundo inteiro como instrumento de incremento reputacional e de goodwill.

Continuando a forte aposta no digital, a CP iniciou em 2021 uma presença ativa no [LinkedIn](#), com uma abordagem diferenciada face às restantes redes onde a CP já tem presença ativa há diversos anos, dado o carácter mais profissional e corporativo da rede.

## Certificações



### Renovação da Certificação de Segurança

A CP obteve a renovação da Certificação de Segurança, na sequência da revisão do Sistema de Gestão de Segurança da Circulação e da sua avaliação pelo IMT, tornando-se na primeira empresa ferroviária portuguesa a obter o Certificado de Segurança Único.

Todo o processo foi conduzido na nova plataforma informática gerida pela ERA - Agência Ferroviária da União Europeia, que suporta os processos de certificação de empresas ferroviárias e autorização de veículos ao nível europeu (OSS - *One Stop Shop*, Balcão Único).

### Renovação da acreditação do Laboratório de Metrologia do Entroncamento

O IPAC avaliou e renovou a acreditação do Laboratório de Metrologia, tendo igualmente estendido a mesma para micrómetros de exteriores e chaves dinamométricas, face à atualização das respetivas normas de calibração.

No seguimento, foi criada uma sala própria para calibração de chaves dinamométricas, com condições ambientais controladas, e equipamento semiautomático que vai eliminar o esforço, e mitigar a influência dos técnicos na respetiva calibração, que de outro modo não seria possível.

# PRÓXIMA VIAGEM:



Siga-nos!



## Melhorias no Património

### Acesso ao torno de fosso do Parque de Material e Oficinas de Campolide

Foi levada a cabo uma intervenção que contemplou trabalhos de conservação de via, substituição da terra vegetal por balastro granítico, para maior elasticidade e melhor drenagem e substituição de travessas de madeira apodrecidas, assim com as respetivas fixações, o que veio potenciar a integridade da geometria de via.

A obra possibilitou, ainda, que fosse criada uma nova passagem de nível rodoviária para, por exemplo, facilitar o acesso do camião de recolha das limalhas.

### Renovação da Sala de Formação de Contumil

Tendo como mote a história da CP, a sala de formação das Oficinas de Contumil foi redecorada com fotografias de todas as séries de material circulante.

Percorrendo as imagens que figuram agora nas paredes deste espaço é possível identificar o material circulante de diversas épocas e, assim, acompanhar e apreciar os 165 anos de história ilustrados.

## Ambiente



### Manifesto sobre alterações climáticas

A CP assinou o Manifesto do BCSD Portugal intitulado "Rumo à COP26". A COP26 das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas foi um momento crucial para acelerar a transição necessária para a descarbonização e cumprir o Acordo de Paris sobre o clima.

Os 11 pontos do Manifesto refletem os diferentes aspetos a considerar para aumentar a ambição da resposta global e coletiva, alinhada com o objetivo de limitar o aquecimento da Terra a 1,5°C, atingir a meta de redução de emissões de carbono e acelerar o processo de descarbonização em todo o mundo.

### Licença de águas industriais em Sernada do Vouga

Foi realizada uma obra de ligação entre as várias descargas de águas residuais industriais da Oficina de Sernada. A obra compreendeu, além da referida ligação, a colocação de um separador de gorduras na zona de refeições e a criação de um parque de resíduos próprio, para o correto acondicionamento dos resíduos gerados naquela Oficina.

O processo culminou com a emissão da licença de descarga de águas residuais industriais de Sernada.

### **Comboio e bicicleta, uma realidade cada vez mais integrada**

A CP tem assumido uma crescente aposta na disponibilização de espaço a bordo dos seus comboios para o transporte de bicicletas, numa lógica de promoção da integração dos diversos meios de transporte. Neste contexto, foi transformada uma carruagem Sorefame para permitir o transporte de 12 bicicletas a bordo.

### **Prémio Nacional de "Mobilidade em Bicicleta" 2021**

A CP foi uma das entidades premiadas pela Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB), na 16.ª edição do Prémio Nacional da "Mobilidade em Bicicleta". O Prémio Nacional da "Mobilidade em Bicicleta" está inserido na "Semana Europeia da Mobilidade" que decorre de 16 a 22 setembro, e em 2021 foi dedicada ao tema "Mobilidade Sustentável: em Segurança e com Saúde".

## **Sustentabilidade Financeira**



### **Subida do Rating da CP**

A agência de notação financeira Moody's anunciou em setembro a subida do rating da CP para Baa3, com perspetiva estável.



# 06

## O NOSSO NEGÓCIO EM 2021



## Evolução dos Indicadores Comerciais

### Os Nossos Clientes – Procura

Após quatro anos particularmente positivos para a CP, com um crescimento recorrente da procura, as restrições à mobilidade em 2020 e 2021, na sequência da Pandemia, originaram uma retração sem precedentes.

Em 2021, a declaração de dever geral de recolhimento domiciliário e a obrigatoriedade de teletrabalho no primeiro trimestre, com o ensino à distância e a redução drástica do turismo, contribuíram para uma forte diminuição da procura, face a igual período do ano anterior.

Posteriormente com algum alívio das medidas de confinamento e em contraposição ao verificado no período homólogo, assistiu-se a uma moderada recuperação da procura, ainda assim muito distante do verificado nos anos anteriores à Pandemia.

O ano terminou com cerca de 99,1 milhões de passageiros transportados, o que representou uma recuperação de 14% face ao verificado em 2020, mas ainda assim 31,6% abaixo do ano de 2019.

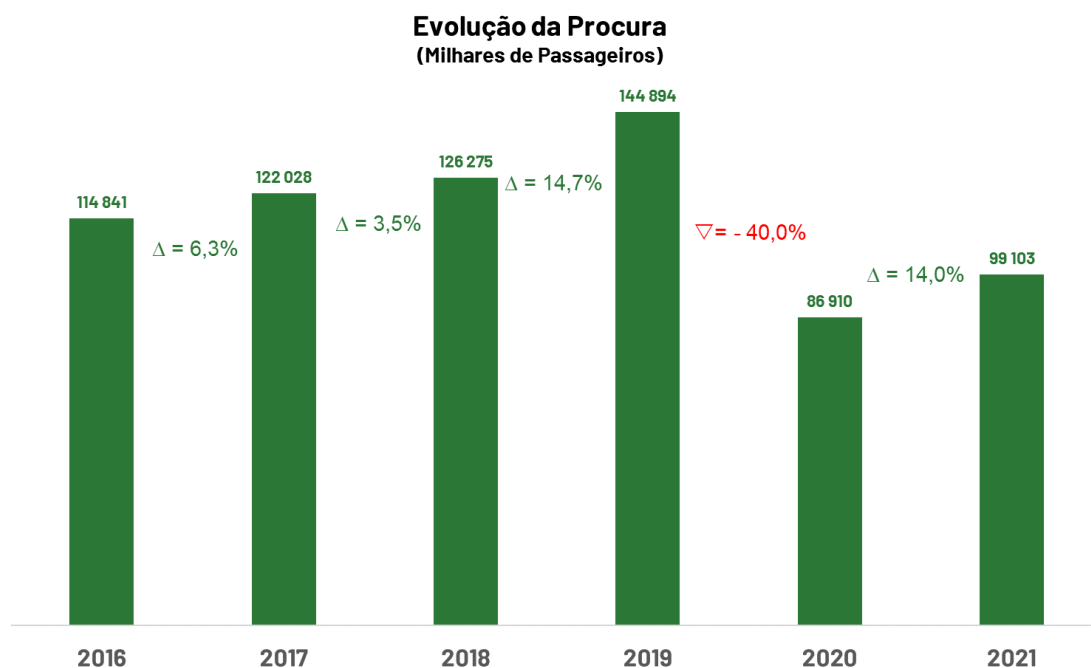


Gráfico 4 - Evolução da Procura no período 2016-2021.

A procura situou-se acima da verificada em 2020 em todos os Serviços, com exceção do Internacional. Este Serviço manteve durante o ano de 2021 a supressão da oferta nas ligações a Madrid e Hendaye, na fronteira com França. Apenas se manteve a ligação a Vigo, sempre que o alívio das restrições de circulação, por via da Pandemia, o permitiu.

<b>Passageiros</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	74 500	65 940	8 559	13,0%
Serv. Urbano Porto	13 751	11 647	2 105	18,1%
Serv. Urbano Coimbra	602	559	43	7,7%
Serv. Longo Curso	3 159	2 604	554	21,3%
Serv. Regional	7 066	6 126	940	15,3%
Serv. Internacional	26	33	-8	-23,0%
<b>TOTAL</b>	<b>99 103</b>	<b>86 910</b>	<b>12 194</b>	<b>14,0%</b>

<b>Passageiros-Km</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	1 136 234	1 005 525	130 709	13,0%
Serv. Urbano Porto	339 884	303 762	36 122	11,9%
Serv. Urbano Coimbra	16 487	15 339	1 148	7,5%
Serv. Longo Curso	736 269	612 689	123 580	20,2%
Serv. Regional	293 171	248 271	44 900	18,1%
Serv. Internacional	4 568	15 230	-10 662	-70,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2 526 613</b>	<b>2 200 817</b>	<b>325 796</b>	<b>14,8%</b>

## Proveitos

A evolução dos proveitos de tráfego acompanhou a tendência da procura, tendo o seu acréscimo rondado os 14% face ao ano anterior. Os proveitos de tráfego situaram-se nos 171,6 milhões de euros, o que constituiu um aumento de 19,1 milhões de euros face a 2020.

Em 2021 não se verificaram aumentos tarifários. Os valores de proveitos apresentados, incluem participações extraordinárias atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

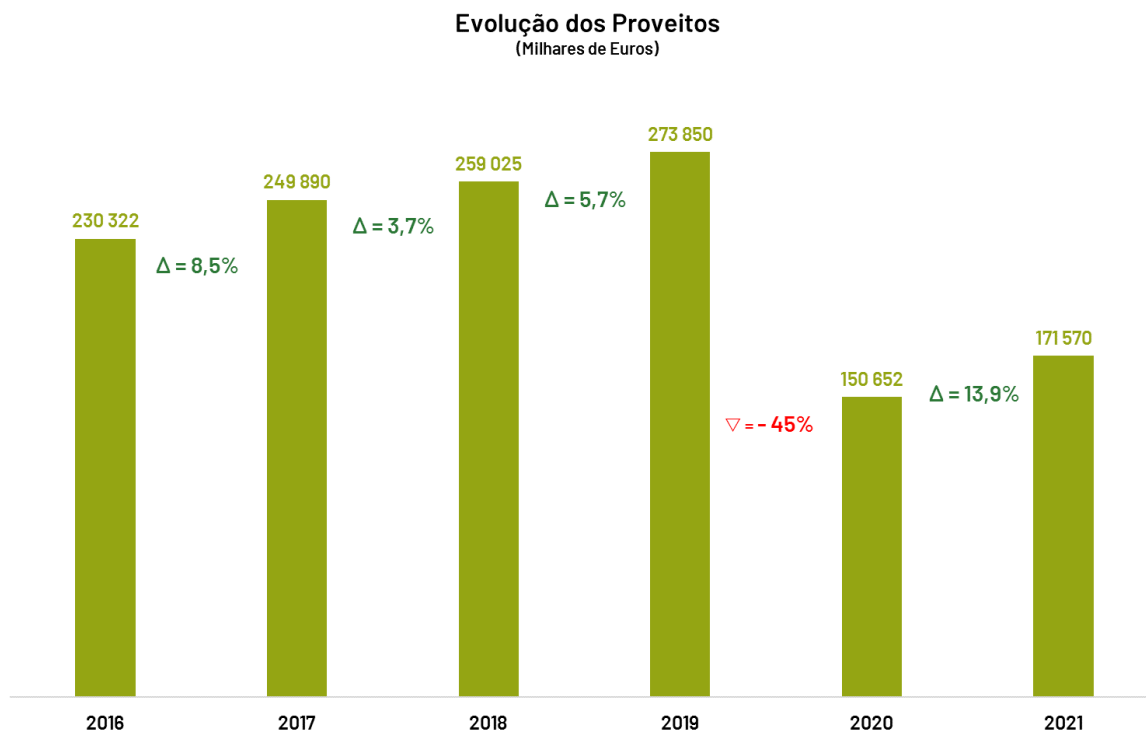


Gráfico 5 – Evolução dos Proveitos de Tráfego no período 2016-2021.

Proveitos Tráfego (*10 <sup>3</sup> €)	2021	2020	Δ 21-20	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	78 847	72 628	6 218	8,6%
Serv. Urbano Porto	23 024	18 954	4 070	21,5%
Serv. Urbano Coimbra	798	737	61	8,2%
Serv. Longo Curso	50 101	41 448	8 652	20,9%
Serv. Regional	18 494	15 461	3 033	19,6%
Serv. Internacional	307	1 423	-1 116	-78,4%
<b>TOTAL</b>	<b>171 570</b>	<b>150 652</b>	<b>20 918</b>	<b>13,9%</b>

**Nota:** não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

## Quanto Produzimos

Apesar dos efeitos da pandemia COVID-19, a CP manteve durante o ano de 2021 a generalidade da sua oferta, tendo realizado cerca de 423 mil comboios. Recordar-se que em 2020, se verificou uma redução temporária do número de circulações, de todos os Serviços, durante o primeiro estado de emergência e subsequente reposição gradual.

Manteve-se suspenso o Serviço Internacional Lisboa/Madrid/Hendaye.

O Serviço Alfa Pendular Lisboa/Guimarães permaneceu também suspenso, devido à limitação de unidades disponíveis, após o acidente ocorrido em 2020 que tornou inoperacional uma das composições.

<b>Comboios</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	201 674	195 452	6 222	3,2%
Serv. Urbano Porto	83 763	81 024	2 739	3,4%
Serv. Urbano Coimbra	11 005	10 699	306	2,9%
Serv. Longo Curso	21 983	19 189	2 794	14,6%
Serv. Regional	104 108	96 879	7 229	7,5%
Serv. Internacional	674	884	-210	-23,8%
<b>TOTAL</b>	<b>423 207</b>	<b>404 127</b>	<b>19 080</b>	<b>4,7%</b>

<b>Comboios Quilómetro (*10<sup>3</sup>)</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	6 441	6 248	192	3,1%
Serv. Urbano Porto	4 617	4 501	116	2,6%
Serv. Urbano Coimbra	476	456	21	4,6%
Serv. Longo Curso	6 715	5 861	854	14,6%
Serv. Regional	9 124	8 378	745	8,9%
Serv. Internacional	91	218	-127	-58,3%
<b>TOTAL</b>	<b>27 463</b>	<b>25 662</b>	<b>1 801</b>	<b>7,0%</b>

<b>Lugares Km Oferecidos</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	5 867 120	5 754 794	112 326	2,0%
Serv. Urbano Porto	2 202 667	2 212 898	-10 231	-0,5%
Serv. Urbano Coimbra	132 563	123 980	8 583	6,9%
Serv. Longo Curso	1 937 970	1 807 243	130 727	7,2%
Serv. Regional	2 220 416	2 010 907	209 509	10,4%
Serv. Internacional	23 625	53 235	-29 610	-55,6%
<b>TOTAL</b>	<b>12 384 361</b>	<b>11 963 056</b>	<b>421 305</b>	<b>3,5%</b>

A taxa de ocupação registou um acréscimo face ao ano anterior em todos os tráfegos, com exceção do Serviço Internacional:

<b>Taxa de Ocupação</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>
Serv. Urbano Lisboa	19,4%	17,5%	1,9 p.p.
Serv. Urbano Porto	15,4%	13,7%	1,7 p.p.
Serv. Urbano Coimbra	12,4%	12,4%	0,1 p.p.
Serv. Longo Curso	38,0%	33,9%	4,1 p.p.
Serv. Regional	13,2%	12,3%	0,9 p.p.
Serv. Internacional	19,3%	28,6%	-9,3 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>20,4%</b>	<b>18,4%</b>	<b>2,0 p.p.</b>

## Qualidade do Serviço

O Índice Global de Pontualidade de 2021 situou-se nos 87,3%, 1,2 p.p. superior ao do ano anterior.

Pontualidade Diária	2021	2020	Δ 2021-2020
<b>Serv. Urbano Lisboa (1)</b>			
Sintra / Azambuja	89,0%	89,3%	-0,3 p.p.
Cascais	91,7%	94,2%	-2,5 p.p.
Sado	86,5%	85,2%	1,3 p.p.
<b>Serv. Urbano Porto (1)</b>			
Aveiro	90,2%	88,9%	1,3 p.p.
Braga	86,9%	88,4%	-1,5 p.p.
Caíde	83,4%	80,8%	2,6 p.p.
Guimarães	77,4%	81,2%	-3,8 p.p.
<b>Serv. Urbano Coimbra (1)</b>			
Coimbra-Fig.Foz	84,7%	92,4%	-7,7 p.p.
<b>Serv. Longo Curso (2)</b>			
Alfas	71,9%	76,7%	-4,8 p.p.
Intercidades	75,6%	74,6%	0,9 p.p.
Internacional	36,4%	34,8%	1,6 p.p.
<b>Serv. Regional (2)</b>			
Serv. Regional	86,9%	85,5%	1,4 p.p.
<b>Global CP</b>	<b>87,3%</b>	<b>86,1%</b>	<b>1,2 p.p.</b>

**Notas: (1)** Atrasos superiores a 3 minutos

**(2)** Atrasos superiores a 5 minutos

As principais ocorrências com impacto negativo na pontualidade foram as limitações de velocidade na Rede Ferroviária Nacional, nomeadamente nas linhas do Norte, Minho e Beira Alta (essencialmente devido a deficiência de via, trabalhos na via / conservação / modernização).

A conclusão da eletrificação da Linha do Minho e da renovação do troço Covilhã-Guarda permitiu uma subida nos índices de pontualidade dos Serviços aí realizados, reflexo do levantamento das limitações de velocidade.

O Índice Global de Regularidade de 2021 foi de 98%, 1,2 p.p. inferior ao registado em 2020.

<b>Regularidade</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 2021-2020</b>
<b>Serv. Urbano Lisboa</b>			
Sintra / Azambuja	98,3%	99,3%	-1,0 p.p.
Cascais	97,6%	99,3%	-1,7 p.p.
Sado	97,9%	99,3%	-1,4 p.p.
<b>Serv. Urbano Porto</b>			
Aveiro	97,1%	99,3%	-2,3 p.p.
Braga	98,7%	99,6%	-0,9 p.p.
Caíde	98,3%	99,5%	-1,1 p.p.
Guimarães	98,7%	99,5%	-0,9 p.p.
<b>Serv. Urbano Coimbra (1)</b>			
Coimbra-Fig.Foz	97,5%	98,5%	-0,9 p.p.
<b>Serv. Longo Curso</b>			
Alfas	97,7%	99,3%	-1,5 p.p.
Intercidades	97,9%	99,2%	-1,3 p.p.
Internacional	95,8%	98,0%	-2,1 p.p.
<b>Serv. Regional</b>			
Serv. Regional	98,0%	99,1%	-1,1 p.p.
<b>Total CP</b>	<b>98,0%</b>	<b>99,2%</b>	<b>-1,2 p.p.</b>

O decréscimo verificado é justificado, essencialmente, pelas greves ocorridas<sup>2</sup>, com perturbações transversais a praticamente todos os Serviços.

<sup>2</sup> Greves decretadas por várias Organizações Representativas dos Trabalhadores, na CP, em maio, junho, agosto e outubro e na Infraestruturas de Portugal nos meses de maio, junho, julho e setembro.



## Atividade de Manutenção

### Introdução

Esta atividade destina-se a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transporte, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

Para o efeito a CP dispõe de diversos estabelecimentos oficiais, situados em pontos chaves do país, designadamente, Contumil, Guifões, Sernada do Vouga, Entroncamento, Figueira da Foz, Santa Apolónia, Campolide, Oeiras, Barreiro e Vila Real de Santo António.

A atividade desenvolvida abrange três segmentos principais:

- a reparação e modernização de veículos ferroviários e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária da CP e dos clientes externos;
- a reabilitação de material circulante.

Complementarmente, a Empresa assegura ainda:

- o serviço de prevenção permanente para intervenções de emergência, envolvendo o material circulante e as operações de socorro em linha;
- a realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- a realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica.

### Atividade Interna

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2021 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas.

Prosseguiram os trabalhos de reabilitação das 50 Carruagens adquiridas à RENFE em 2020. As primeiras 6 unidades reabilitadas aguardam homologação da ERA (*European Union Agency for Railways*) para poderem iniciar o serviço comercial.

Com o objetivo de reforçar o parque ativo e minimizar o número de supressões, prosseguiram as intervenções de reposição ao serviço de veículos que estavam inoperacionais, designadamente:

- Automotoras Elétricas: 2 UQE da série 3500 e 2 UQE da série 2400, para reforço do Serviço Urbano de Lisboa;

- Automotoras *Diesel*: 2 Allan, da série 0350, para serviço na Linha do Leste;
- Locomotivas Elétricas: 7 Locomotivas da série LE 2600/2620 para o Serviço Regional na Linha de Minho e para criação de redundância às Locomotivas Elétricas da série 5600;
- Locomotivas *Diesel*: 2 Locomotivas da série LD 1400, para o Serviço Regional na Linha do Douro e para serviços turísticos;
- Carruagens Schindler: 5 carruagens para o Serviço Regional da Linha do Douro e para serviços turísticos;
- Carruagens Sorefame: 3 carruagens para o Serviço Regional nas Linhas do Douro e Minho e para serviços turísticos;
- Carruagens Napolitanas VE: 2 carruagens para serviços turísticos - Comboio Histórico do Vouga.

Graças à recuperação de material imobilizado, durante 2021 foram devolvidas 3 automotoras *diesel* que estavam alugadas à RENFE.

No cômputo geral o parque ativo registou um acréscimo de 20 unidades, com a seguinte distribuição:

<b>Tipologia do Material</b>	<b>Recuperadas 2021</b>	<b>Devolução de MC Alugado</b>	<b>Δ 21-20</b>
Automotoras Elétricas	4	0	4
Automotoras Diesel	2	3	-1
Locomotivas Elétricas	7	0	7
Locomotivas Diesel	2	0	2
Carruagens	8	0	8
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>20</b>

Paralelamente, prosseguiu o esforço de redução da percentagem de material a circular grafitado, com forte impacto positivo em termos de qualidade do serviço, de imagem e, acima de tudo, de sentimento de segurança e de conforto dos Clientes.

## Prestação de Serviços de Manutenção a Terceiros

O volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, durante o ano de 2021, ascendeu a 16,4 milhões de euros, distribuído da seguinte forma por principais clientes:

<b>Cilente</b> <b>(Valores em 10<sup>3</sup>€)</b>	<b>2021</b>	<b>Importância do</b> <b>Cilente</b>
VIAPORTO, Operação e Manutenção	7 159	43,6%
METRO DO PORTO, S.A.	2 104	12,8%
SIMEF, ACE	2 812	17,1%
RENFE Fabricación Y Mantenimientos	1 340	8,2%
MEDWAY - Maintenance & Repair, S.A.	2 197	13,4%
Infraestruturas de Portugal, S.A.	462	2,8%
ADP Fertilizantes S.A.	88	0,5%
FERTAGUS	106	0,6%
GMF - Railway Maintenance Services	32	0,2%
SOMAFEL	38	0,2%
APDL - ADMIN DOS PORTOS DO DOURO	72	0,4%
Outros	27	0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>16 436</b>	

Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- Metro do Porto - manutenção da frota EUROTRAM E TRAMTRAIN, tendo sido concluída a revisão geral dos 960.000Kms dos veículos da frota EUROTRAM;
- RENFE - manutenção das automotoras *diesel* da série 592, alugadas pela CP;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- ADP - manutenção de Locotrator Sentinel e vagões.

Para o SIMEF, MEDWAY e FERTAGUS foram executadas reparações de rotáveis.

## Frota ao Serviço Comercial

No final de 2021 a CP dispunha de 415 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial, com a seguinte tipologia e distribuição pelos serviços:

<b>Tipologia do Material</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>
Automotoras Elétricas	195	191	4
Automotoras Diesel	50	51	-1
Locomotoras Elétricas	33	26	7
Locomotoras Diesel	11	9	2
Carruagens	126	118	8
<b>TOTAL</b>	<b>415</b>	<b>395</b>	<b>20</b>

<b>Onde Prestam Serviço</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 21-20</b>
Serv. Urb. Lisboa	98	94	4
Serv. Urb. Porto	34	34	0
Serviço Reg./LC	278	262	16
Aluguer Medway	5	5	0
<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>395</b>	<b>20</b>

No parque acima indicado incluem-se 20 automotoras *diesel* alugadas à RENFE, afetas ao Serviço Regional e ao Comboio Celta (ligação internacional Porto-Vigo). Durante o ano foram devolvidas 3 automotoras à RENFE.

No terceiro trimestre de 2020 foram adquiridas à RENFE 50 carruagens. Por se encontrarem ainda em reabilitação ou à espera da certificação para poderem circular em serviço comercial, não foram incluídas nos quadros anteriores.

A CP dispõe ainda das seguintes unidades para serviços pontuais:

- Comboios Históricos de Via Estreita - 11 unidades: Locomotiva a Vapor 9214, Locomotiva Diesel 9004, 7 carruagens, Cisterna e Vagão de apoio a incêndios;
- Comboios Históricos de Via Larga - 7 unidades: Locomotiva a Vapor 0186, 5 carruagens e Cisterna.

## As Nossas Pessoas

### Efetivo

No final de 2021 o efetivo total a cargo da CP era de 3784 trabalhadores, mais 48 do que no final de 2020.

<b>Efetivo Final a 31 de Dezembro</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 2021- 2020</b>
Vinculado	3 791	3 744	47
A Cargo	3 784	3 736	48
Ao Serviço	3 775	3 727	48

**Legenda:**

**Efetivo Vinculado** - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido ou requisitado que não é pago pela empresa).

**Efetivo a Cargo** - efetivo ao qual a empresa paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido ou requisitado pago pela empresa).

**Efetivo ao Serviço** - efetivo que presta serviço na empresa.

O quadro seguinte sintetiza as movimentações ocorridas durante o ano de 2021 no Efetivo:

<b>Variações do Efetivo 2021</b>			
<b>Entradas por Motivo</b>		<b>Saídas por Motivo</b>	
Despacho nº 603/2020-SET (17)	14	Reforma	61
Despacho Nº 133 / 2021 - SET	1	Falecimento	4
DESPACHO Nº 911/2021-SET	1	Revogação/Caducidade	2
No âmbito da negociação AE SMAO	23	Denúncia (do trabalhador)	16
RCM 110/2019 Nº10 (120)	4	Outro Motivo	1
RCM 110/2019 Nº13 (67)	2	Início Cedência/Requisição	1
RCM 110/2019 Nº12 Substituições	23	Início Suspensão (Licença sem vencimento, Baixa superior 1095 dias)	2
RCM 110/2019 Nº14 Substituições	29	<b>TOTAL Saídas</b>	<b>87</b>
Reab Of Guifões Despacho Nº80/2020	13	<b>Saldo</b>	<b>48</b>
Reab Of Guifões Despacho Nº82/2020	21		
Fim Cedência/Requisição	1		
Fim Suspensão (Licença sem vencimento, Baixa superior 1095 dias)	3		
<b>TOTAL Entradas</b>	<b>135</b>		

## Absentismo

A taxa de absentismo registou em 2021 um decréscimo de 1,0 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 7,4%. Os principais motivos de absentismo foram as ausências por doença e por assistência à família no âmbito da pandemia.

Representou um total de 832 987 horas de ausência.

Taxas (%)	2021	2020	Δ 2021-20
Absentismo (sem greves)	7,4%	8,4%	-1,0 p.p.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do absentismo pelas principais áreas da Empresa.

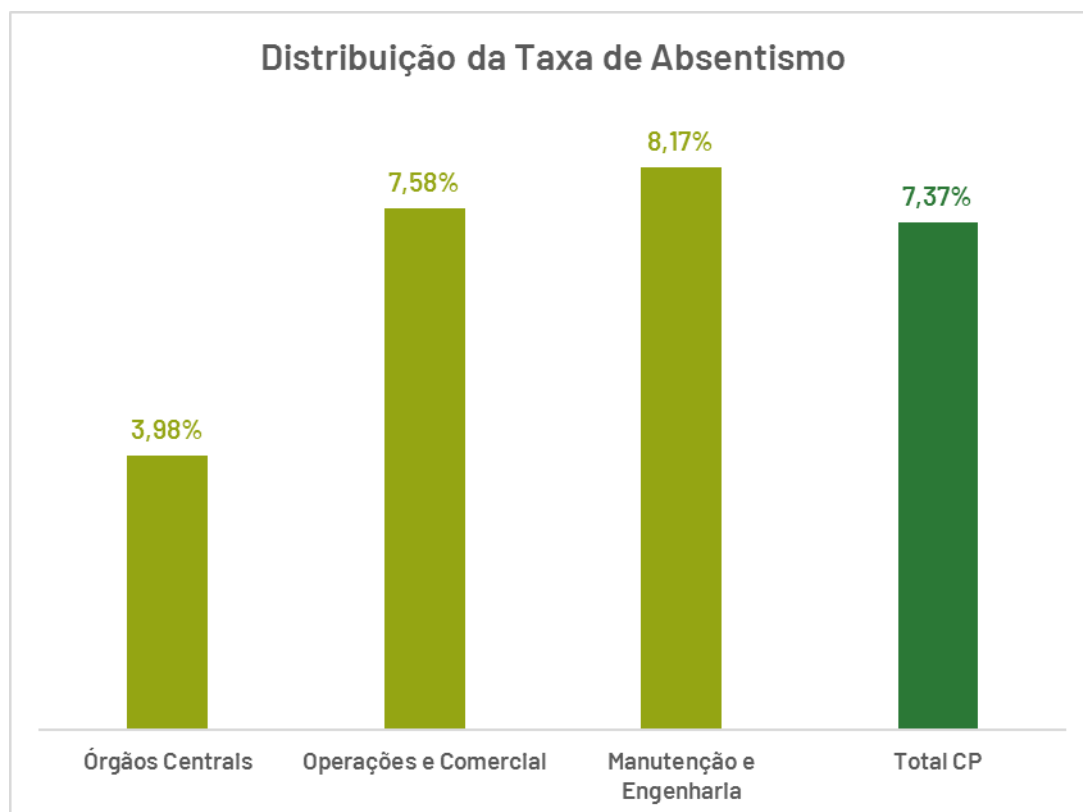


Gráfico 6 – Taxa de Absentismo em 2021.

## Trabalho Suplementar

Na sequência da retoma da atividade, a taxa de trabalho suplementar apresentou em 2021 um acréscimo de 1,7 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 10,3%.

Representou 707 392 horas de trabalho suplementar.

Taxas (%)	2021	2020	Δ 2021-20
Trabalho Suplementar	10,3%	8,6%	1,7 p.p.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do trabalho suplementar pelas principais áreas da Empresa.

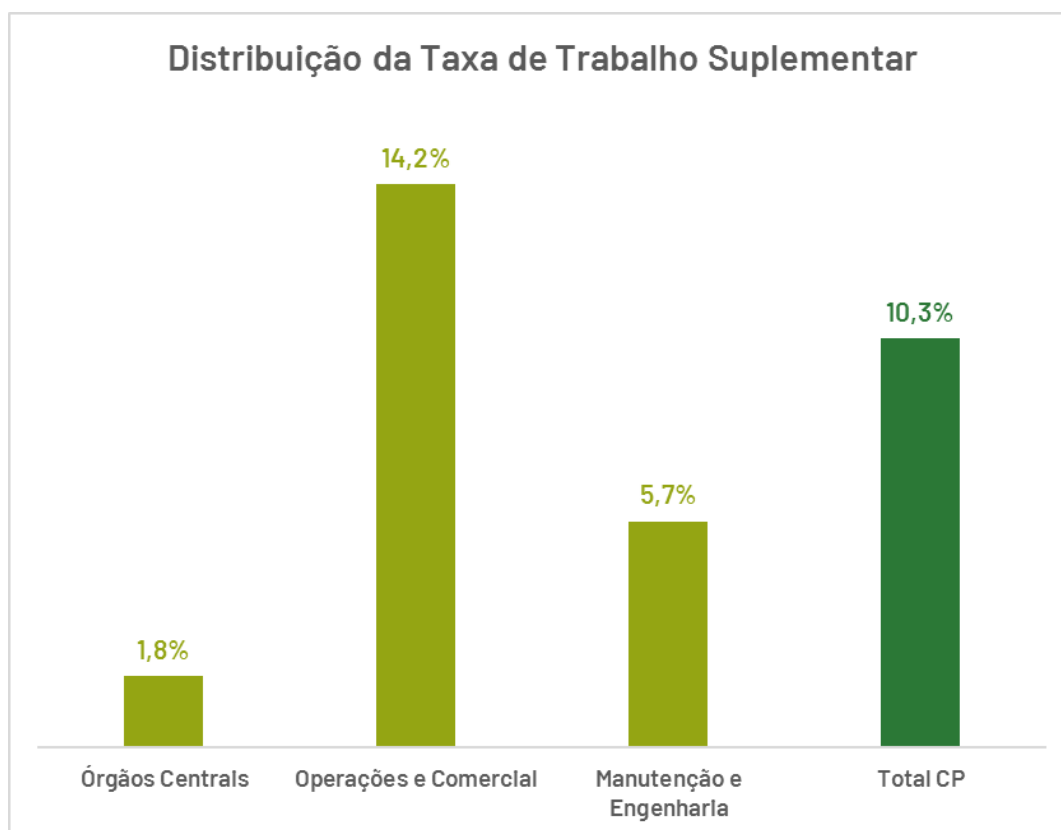


Gráfico 7 - Trabalho Suplementar em 2021.

## Formação

Em 2021, foram ministradas mais de 140 mil horas de formação, a 7 367 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP.

<b>Formação Por Categorias Profissionais 2021</b>	<b>Nº Formandos</b>	<b>Nº Horas</b>
Administrativa	152	894,5
Comercial	581	16 642,5
Condução	1 230	35 918,5
Material	29	212,5
Outras	107	1 309,0
Produção	4 045	69 201,3
Quadros Técnicos	1 180	16 117,5
Transporte	43	519,5
<b>TOTAL</b>	<b>7 367</b>	<b>140 815,3</b>

<b>Formação Por Temas 2021</b>	<b>Nº Formandos</b>	<b>Nº Horas</b>
Caixa/Tração e Choque	5	176,0
Cliente	225	3 228,0
Comando, Controlo e Proteção	72	2 083,0
Eletricidade e Energia	148	3 641,0
Eletrónica e Automação	9	144,0
Enquadramento Org/Empresa	383	9 125,8
Gestão	1 052	17 820,0
Hidráulica e Pneumática	23	713,0
Manutenção e Engenharia	914	38 430,0
Metalurgia e Metalomecânica	213	3 551,0
Potência Elétrica	18	552,0
Potência Térmica	10	15,0
Produção de Ar e Freio	276	2 248,0
Qualidade e Ambiente	560	2 711,0
Rolamento e Suspensão	89	1 394,0
Segurança - Geral	1 638	6 571,0
Segurança - Qualificação Técnica	770	42 493,0
Serviços/Línguas	49	1 253,0
Tecnologias de Informação	913	4 666,5
<b>TOTAL</b>	<b>7 367</b>	<b>140 815,3</b>

A segurança e a manutenção foram os temas onde se registaram mais horas de formação e formandos abrangidos.



## Investimentos Realizados

Foram realizados em 2021, mais de 29 milhões de euros de investimentos. Destes, cerca de 56% foram despendidos na modernização do material circulante, 22% na aquisição de material circulante, 10% em equipamento diverso e 9% em intervenções em instalações fixas.

### Distribuição dos Investimentos em 2021

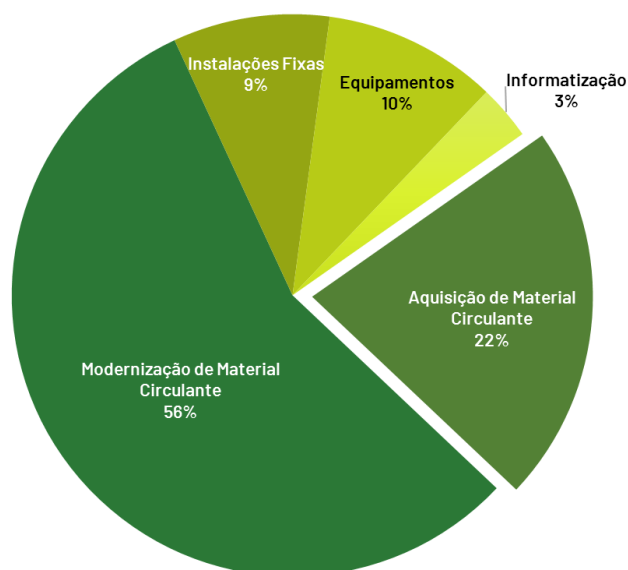


Gráfico 8 - Discriminação dos Investimentos em 2020.

Investimento Total (Valores em 10 <sup>3</sup> €)	Valor Realizado	Peso
Aquisição de Material Circulante	6 365	21,8%
Modernização de Material Circulante (*)	16 393	56,1%
Trabalhos para a própria Empresa	13 317	45,5%
Outros Material Circulante	3 076	10,5%
Instalações Fixas	2 638	9,0%
Equipamentos	2 929	10,0%
Equipamentos Comerciais	0	0,0%
Informatização	918	3,1%
<b>TOTAL</b>	<b>29 243</b>	

(\*) Inclui Trabalhos para a Própria Empresa

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada.

Desta forma, as grandes intervenções de reparação de material circulante, realizadas internamente, que têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança ou a modernização / modificação do material circulante, passaram a ser capitalizadas como “Trabalhos para a Própria Empresa”.

Na rubrica de “Aquisição de material circulante” inclui-se o pagamento final relativos à aquisição de 50 carruagens à RENFE e o primeiro adiantamento relativo à aquisição de 12+10 Automotoras para o Serviço Regional.

No que respeita a intervenções em Instalações Fixas, os projetos mais relevantes foram os seguintes:

- Beneficiação do Edifício de Sta. Apolónia;
- Reforço da segurança nos Parques de Material (vedações, portões, CCTV);
- 2.ª Fase de Beneficiação de Via-Férrea no Entroncamento.

Em termos de investimentos em Equipamentos, destacam-se as aquisições realizadas no contexto do projeto Loja CP, Instalação de Sistemas de Detecção de Incêndios e Cibersegurança.

Os investimentos de 2021 foram financiados com recurso a:

- Transferências do Fundo Ambiental, para financiamento do primeiro adiantamento pela aquisição de 12+10 Automotoras para o Serviço Regional;
- Receitas próprias da empresa, para os restantes investimentos.

## O Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

As contas consolidadas do Grupo serão apresentadas no Relatório & Contas Consolidadas de 2021.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas no final de 2021:

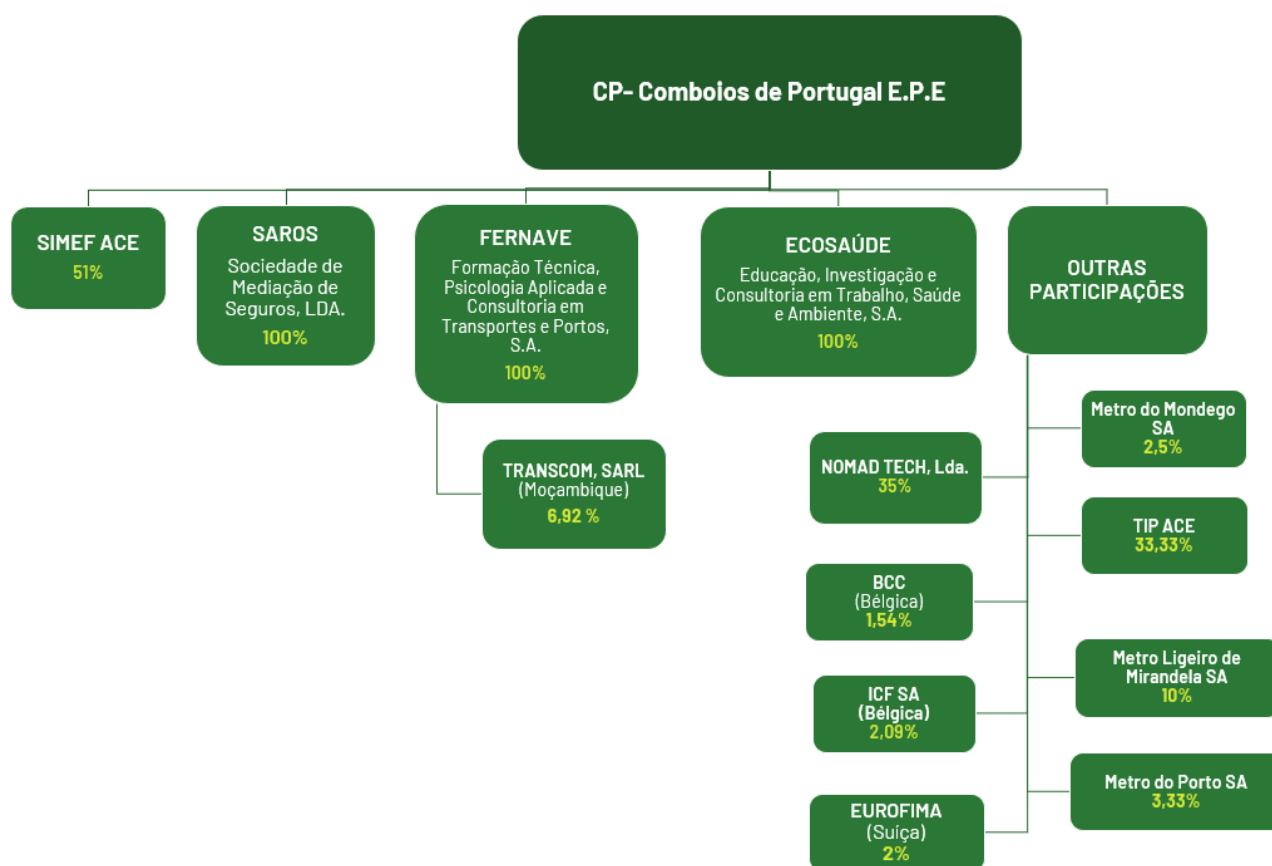


Gráfico 9 - Grupo CP.

Como consequência do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto a OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. foi extinta, sendo sucedida pela TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. a partir do dia 17 de fevereiro de 2021. A CP não tem qualquer participação no capital desta nova entidade.

# 07

## CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS



## Quadro – Resumo

Cumprimento das Orientações legais 2021	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
<b>Objetivos de Gestão</b>			
Objetivos	NA		
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2021</b>			
Melhorar EBITDA	S	+18,1 M€ face a 2020 e - 31,4 M€ que o PAO	EBITDA recorrente / Ver "Objetivos de Gestão" e "Execução da Conta de Resultados"
Redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios	N	+2,4 p.p. face a 2020 e -7 p.p. que o PAO	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
Proveitos de Tráfego	S	+20,9 M€ face a 2020 e + 7,6 M€ que o PAO	Ver "Objetivos de Gestão"
Passageiros Transportados	S	+12,2 M pass. face a 2020 e +5,1 M pass. que o PAO	Ver "Objetivos de Gestão"
Efetivo Médio a Cargo	S	+56 face a 2020 e -148 que o PAO	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais" e "Efetivo"
Investimento	S	52% de execução do Orçamento Anual	Ver "Objetivos de Gestão" e "Investimento"
Nível de Endividamento	S	2,132 mil milhões de euros	Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita 48,5% Despesa 48,4%	Ver "Objetivos de Gestão"
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			
	S	3,03%	Taxa média de financiamento / Ver "Gestão do Risco Financeiro"
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>			
Endividamento Ajustado	S	0,01%	Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>			
	S	+11 dias	Variação entre o 4º trimestre de 2021 e o 4º trimestre de 2020. / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>			
	S	0	Não existem pagamentos em atraso por motivos imputáveis à empresa / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
	NA	-	As contas da empresa relativas aos anos 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 aguardam aprovação pela Tutela.
<b>Recomendações emitidas na última CLC</b>			
	NA	-	Não foram emitidas "Recomendações", apenas Ênfases".
<b>Remunerações:</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não existiram	Ver "Remunerações"
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	21858,05 €	Na vigência da Lei nº 75-B/2020, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos Membros do Conselho de Administração (cfr. artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho). Ver "Remunerações"
Fiscalização (CF/ROC) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	NA	Não aplicável	Ver "Remunerações"
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	NA	Não aplicável	Ver "Remunerações"

Cumprimento das Orientações legais 2021	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
<b>EGP - artigo 32º e 33º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existiram	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	80 €	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	1/4 das despesas de representação	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artº 16º do RJSPE e artº 1º do EGP</b>			
Proibição de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Não existiram	Ver "Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 1º do EGP"
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 16/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	No <i>site</i> da CP	<a href="http://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo">www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo</a>
<b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>			
Relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	No <i>site</i> da CP	<a href="http://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo">www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo</a>
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	100%	Ver "Contratação Pública"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	Não aplicável	Ver "Contratação Pública"
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	0 contratos	Ver "Contratação Pública"
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Ver "Contratação Pública"
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>			
Eficiência Operacional	S	Vários	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
<b>Contratação de Estudos</b>			
Cont. estudos, pareceres, projetos e consultoria (artº 49º do DLEO 2019)	S	0	Ver "Contratação de Estudos"
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artº 28º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações Centralizadas no IGCP	S	15 780 526 €	Valor depósitos à ordem no IGCP no final do ano. Ver "Princípio da Unidade de Tesouraria"
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	933 344 €	Valor de DO na Banca Comercial no final do ano, de acordo com a dispensa obtida do Princípio da UTE.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0 €	Não existem juros auferidos.
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			
	S	0	Não ocorreram auditorias do Tribunal de contas durante o ano 2021
<b>Elaboração de Plano para a Igualdade de Género</b>			
Det. No Artº7º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	No <i>site</i> da CP	Ver "Plano para a Igualdade"
<b>Demonstração Não Financeira</b>			
Apresentação da Demonstração Não Financeira	S	No RGS 2021	Ver RGS 2021

## Objetivos de Gestão

### Orientações Estratégicas

A RCM n.º 110/2019 aprovou as linhas de orientação estratégicas para a revitalização do serviço de transporte ferroviário de passageiros, mandatando a CP para a definição e implementação de um plano com vista à recuperação no curto prazo dos níveis de serviço, a fim de garantir o direito à mobilidade das populações, com adequados padrões de fiabilidade, regularidade e qualidade do serviço, e, simultaneamente, ao desenvolvimento e à sustentabilidade do setor no médio e longo prazo.

Essas linhas de orientação previam, entre outras, as seguintes ações:

- Fusão por incorporação da EMEF na CP;
- Reabertura da Oficina de Guifões;
- Recuperação de material circulante imobilizado para redução dos constrangimentos e das supressões de circulações;
- Promoção da digitalização e adaptação às novas plataformas de mobilidade integrada;
- Concretização da negociação dos acordos de empresa com as organizações representativas dos trabalhadores, através dos quais sejam valorizadas as carreiras e promovidas melhores condições de trabalho;
- Valorização dos recursos humanos através do recrutamento de pessoal, da possibilidade de subcontratação, da prestação de serviço por trabalhadores na situação de reforma e da promoção de incentivos para o aumento da produtividade;
- Recuperação das capacidades industriais, tecnológicas e empresariais do setor ferroviário em Portugal;
- Planificação e criação do Centro de Competências Ferroviário;
- Promoção da dinamização de novos investimentos em material circulante.

Estas ações tiveram tradução no Plano Estratégico da CP e nos Planos de Atividades e Orçamento da empresa, tanto de 2020 como de 2021.

A sua implementação iniciou-se de imediato, destacando-se em 2020 a concretização da fusão da CP com a EMEF, a reabertura da Oficina de Guifões, a reposição ao serviço de diversas unidades de material que estavam inoperacionais, a renegociação dos acordos de empresa, a assinatura do contrato para aquisição de 12 automotoras bi-modo e 10 automotoras elétricas para Serviço Regional e a aquisição de 50 carruagens à RENFE.

Em 2021, para além de ter prosseguido a reposição ao serviço de material que estava inoperacional e de se ter dado sequência às negociações com as organizações representativas dos trabalhadores, destaca-se a criação do Centro de Competências Ferroviário e o lançamento do concurso para a aquisição de 117 automotoras para os Serviços Urbanos e Regional.

No capítulo das “Perspetivas para 2022” detalham-se os objetivos do Plano Estratégico da CP.

## Plano de Atividades e Orçamento

### Execução da Conta de Resultados

Para efeitos de análise consideram-se as metas incluídas no Plano de Atividades e Orçamento 2021-2023 (PAO) aprovado pelas Tutelas em novembro de 2021.

Em 2021, a CP transportou cerca de 99 milhões de passageiros, mais 5,1 milhões que o previsto (+5,4%).

Os rendimentos de tráfego ascenderam a cerca de 172 milhões de euros, ficando 7,6 milhões de euros acima do previsto (+4,6%). Este desvio é explicado pelo desvio da procura e pelas participações extraordinárias recebidas no âmbito do programa de apoio à redução tarifária.

A oferta, medida em comboios-quilómetro, ficou 2,6% abaixo do previsto, essencialmente em virtude de as restrições à mobilidade se terem prolongado além do inicialmente pressuposto e devido às greves ocorridas.

O Resultado Líquido de 2021 foi de -65,6 milhões de euros, cerca de 49 milhões de euros pior que o previsto. Para esse desvio contribuiu, fundamentalmente, o facto de o acerto das compensações financeiras pelas obrigações de serviço público prestadas em 2020 aguardar visto do Tribunal de Contas.

Excluindo da comparação o valor deste acerto, verifica-se que o resultado obtido em 2021 seria cerca de 20 milhões de euros melhor que o previsto (23,3%).

Os principais desvios registaram-se nos gastos, nomeadamente, nas rubricas relativas à manutenção e reparação do material circulante, tanto ao nível do consumo de materiais (Custos de Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas), como dos subcontratos (Fornecimentos e Serviços Externos), devido a um número de intervenções inferior ao previsto. Esta situação justifica, também, por sua vez, o desvio apurado em rendimentos nos Trabalhos para a Própria Empresa.

Ainda nos Fornecimentos e Serviços Externos, de referir o contexto de contenção generalizada dos gastos e o facto das tarifas relativas à energia eléctrica para tração e à taxa de utilização das infraestruturas terem sido inferiores ao previsto.

Os Gastos com Pessoal ficaram cerca de 1 milhão de euros abaixo do previsto, devido, essencialmente, ao número de admissões ter sido inferior ao esperado (-258 trabalhadores que o previsto para o final do ano).

De referir, por fim, o desvio apurado no Resultado Financeiro, em virtude de se ter previsto que o saneamento financeiro ocorreria em 2021, o que não se veio a verificar. A proposta apresentada pela empresa permanece em apreciação pelas Tutelas. A dívida remunerada a 31 de dezembro de 2021 manteve-se quase inalterada face ao final do ano anterior.



RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação	
	REAL 31-12-2021	PLANO 31-12-2021	Valor	%
Vendas e serviços prestados	192 841	185 756	7 085	3,8%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	171 977	164 352	7 625	5%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	16 436	14 802	1 634	11%
Vendas e serviços prestados - Outros	4 428	6 602	-2 174	-33%
Subsídios à exploração	89 386	158 384	-68 998	-44%
Variação nos inventários da produção	-825	0	-825	s/s
Trabalhos para a própria entidade	13 317	20 916	-7 599	-36%
Outros rendimentos	22 709	14 228	8 481	60%
	<b>317 428</b>	<b>379 284</b>	<b>-61 857</b>	<b>-16%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-25 383	-37 361	11 978	32%
Fornecimentos e serviços externos	-129 391	-147 131	17 740	12%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-145 765	-146 781	1 016	1%
Outros gastos	-2 865	-2 600	-265	-10%
	<b>-303 404</b>	<b>-333 873</b>	<b>30 469</b>	<b>9%</b>
<b>Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)</b>	<b>14 024</b>	<b>45 412</b>	<b>-31 388</b>	<b>-69%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-56 385	-55 354	-1 031	-2%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/rev	814	0	814	s/s
Indemnizações por rescisão	-8	-355	347	98%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1700	0	-1700	s/s
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	255	0	255	s/s
Provisões (aumentos/reduções)	-352	-3	-349	-13838%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas	1462	0	1462	s/s
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-1751	0	-1751	s/s
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendin	2 440	1274	1166	91%
Aumentos/reduções de justo valor	3	0	3	s/s
Outros rendimentos (não core)	171	260	-89	-34%
Outros gastos (não core)	-1435	-779	-656	-84%
<b>Resultado operacional</b>	<b>-42 462</b>	<b>-9 544</b>	<b>-32 918</b>	<b>-345%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	9	14	-5	-35%
Juros e gastos similares suportados	-22 766	-6 670	-16 096	-241%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-22 757</b>	<b>-6 656</b>	<b>-16 101</b>	<b>-242%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-65 219</b>	<b>-16 201</b>	<b>-49 019</b>	<b>-303%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-335	-312	-23	-7%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-65 554</b>	<b>-16 513</b>	<b>-49 042</b>	<b>-297%</b>

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

## Execução do Plano de Investimentos

O valor de investimentos realizado em 2021 ascendeu a 29,2 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 51,7% do orçamento previsto.

Os investimentos de 2021 foram financiados com recurso a receitas próprias da empresa, com exceção da aquisição de 22 automotoras para o Serviço Regional, para a qual houve lugar a transferência do fundo ambiental.

Investimento/Projeto (Valores em 10 <sup>3</sup> €)	PAO 2021	Executado 2021	Desvio
<b>Material Circulante</b>	<b>36 424,03</b>	<b>22 757,81</b>	<b>-13 666,42</b>
Aquisição 22 Automotoras Regional	5 100,00	5 100,00	0,00
Aquisição 50 Carruagens RENFE	1 289,47	1 264,97	-24,50
Trabalhos para a Própria Empresa	20 916,46	13 316,59	-7 599,87
Aquisição de Equipamentos GSM-r	2 289,99	143,42	-2 146,56
Aquisição Conversores Tracção	1 200,00	1 900,43	700,43
Outros Material Circulante	5 628,12	1 032,20	-4 595,92
<b>Instalações Fixas</b>	<b>6 116,18</b>	<b>2 638,36</b>	<b>-3 477,82</b>
Edifícios Oficiais	2 312,68	1 282,42	-1 030,26
Edifícios e Instalações Fixas Operacionais	1 809,50	185,78	-1 623,72
Edifícios Administrativos	1 994,00	1 170,15	-823,85
<b>Informatização</b>	<b>3 509,28</b>	<b>918,07</b>	<b>-2 591,21</b>
<b>Equipamentos</b>	<b>10 568,25</b>	<b>2 929,31</b>	<b>-7 638,94</b>
Equipamentos Comerciais	4 138,50	0,00	-4 138,50
Equipamentos Oficiais	2 071,62	921,03	-1 150,59
Equipamentos Operacionais	3 114,90	1 734,86	-1 380,04
Equipamentos Administrativos	1 243,22	273,41	-969,81
<b>TOTAL</b>	<b>56 817,74</b>	<b>29 243,35</b>	<b>-27 574,39</b>

Os desvios apresentados são justificados, nomeadamente, pelo atraso registado em diversos fornecimentos, devido ao impacto da pandemia COVID-19.

De referir ainda os atrasos na obtenção da homologação pela ERA (*European Railway Agency*) de material reabilitado (carruagens adquiridas à RENFE) e dos equipamentos GSM-r.

A aquisição de Máquinas de Venda Automática e Validadores (Equipamentos comerciais) aguarda autorização para assunção do encargo plurianual.

Após visto do Tribunal de Contas, efetuou-se no final de 2021 o primeiro adiantamento relativo ao contrato assinado em 2020 para a aquisição de 22 automotoras para Serviço Regional.

Também contratada no final de 2020, foi concluída em 2021 a aquisição de 50 carruagens à RENFE.

Recorda-se que com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as reposições ao serviço de material que estava inoperacional e as grandes intervenções de reparação de material circulante, que têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança ou a modernização / modificação do material circulante, passaram a ser capitalizadas como "Trabalhos para a Própria Empresa".

## Execução Orçamental

A CP registou em 2021 um nível de execução de receita de 48,5% face ao orçamento corrigido e de 50,2% relativamente ao aprovado em Orçamento de Estado.

Execução Orçamental da Receita Todas as fontes		2021			
Rubrica	Designação	Orçamento Aprovado (1)	Orçamento Corrigido (2)	Recebimentos (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
R3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	240 000 €	240 000 €	290 185 €	120,9%
R4 / R12	Rendimentos de Propriedade / Ativos Financeiros	679 775 €	679 775 €	2 465 385 €	362,7%
R6	Venda de Bens e Serviços Correntes	325 164 916 €	325 164 916 €	208 053 891 €	64,0%
R7	Outras Receitas Correntes	29 700 669 €	29 700 669 €	14 566 563 €	49,0%
R5 / R9	Transferências Correntes / Transferências de Capital	131 679 179 €	133 679 179 €	99 902 022 €	74,7%
R8	Vendas de Bens de Investimento	260 000 €	260 000 €	295 200 €	113,5%
R13.1	Receita com Passivos Financeiros - Emp. Médio e Longo Prazo	468 595 731 €	468 595 731 €	156 333 333 €	33,4%
R13.2	Receita com Passivos Financeiros - Dotação Capital	70 000 000 €	70 000 000 €	0 €	0,0%
R10 / R11	Outras Receitas de Capital / Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0 €	0 €	138 673 €	-
R16	Saldo de Gerência	0 €	32 777 902 €	32 777 901 €	100,0%
<b>TOTAL</b>		<b>1 026 320 270 €</b>	<b>1 061 098 172 €</b>	<b>514 823 152 €</b>	<b>48,5%</b>

Nota: Não Inclui Operações Extraorçamentais

Os principais desvios face ao orçamento corrigido ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

### Venda de bens e serviços (R.06)

Quebra significativa de receita com serviços prestados, decorrente do impacto da pandemia COVID-19.

### Outras receitas correntes (R.07)

O valor de reembolsos de IVA situou-se aquém do esperado, por variados constrangimentos orçamentais que levaram a que um volume significativo de despesa transitasse para 2022.

### Transferências correntes (R.05)

Durante o ano foi transferido para a CP o valor de participações pelas obrigações de serviço público estabelecido na RCM n.º 43/2020, para o ano de 2021. O acerto de compensações previsto na RCM n.º 162/2021, de 10 de dezembro, aguarda Visto do Tribunal de Contas.

Registou-se a transferência de 2 milhões de euros do IMT - Instituto da Mobilidade e dos

Transportes, I.P., para cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 5, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2021, de 27 de julho, correspondente à participação da CP na constituição do Centro de Competências Ferroviário.

Por ausência de enquadramento legal não foi transferido o valor de apoio ao investimento (1,8 milhões de euros).

### Transferências de capital (R.9)

Transferência de 534,2 milhares de euros do Fundo Ambiental para financiamento do primeiro adiantamento relativo ao contrato de aquisição de 22 automotoras para Serviço Regional, conforme RCM n.º 98/2021, de 27 de julho.

Não houve lugar à transferência de fundos previstos para o financiamento da aquisição de equipamentos comerciais e de material circulante para Serviço Urbano e Regional, visto estes projetos terem sido objeto de recalendarização.

### Passivos financeiros (R.13)

Contrariamente ao previsto, não se verificou o saneamento financeiro da dívida histórica da Empresa.

Em 2021, foram contratados três empréstimos com a DGTF, num total de 156,3 milhões de euros, com vista a assegurar:

- a amortização dos financiamentos da *Eurofima* que se venceram em julho (100 milhões de euros);
- a amortização dos financiamentos do BEI, num total de 23,8 milhões de euros, que se venceram em setembro;
- o reembolso antecipado do valor remanescente dos financiamentos do BEI, num total de 32,5 milhões de euros, em 15 de dezembro, data de vencimento de juros.

A CP registou em 2021 uma execução da despesa de 48,4% do orçamento disponível e de 48,5% relativamente ao aprovado em Orçamento de Estado.

Execução Orçamental da Despesa Todas as fontes		2021					
Rubrica	Designação	Orçamento Aprovado (1)	Orçamento Corrigido (2)	Cativações (3)	Orçamento Disponível (4)=(2)-(3)	Pagamentos Efetuados (5)	Taxa de Execução (6)=(5)/(4)
D1	Despesa com o Pessoal	150 000 000 €	150 000 000 €	0 €	150 000 000 €	143 183 385 €	95,5%
D2	Aquisição de bens e serviços	236 000 000 €	236 000 000 €	0 €	236 000 000 €	161 605 159 €	68,5%
D3 / D11	Juros e outros encargos / Passivos Financeiros	568 034 739 €	568 034 739 €	0 €	568 034 739 €	172 557 553 €	30,4%
D7	Investimento	58 500 000 €	58 500 000 €	0 €	58 500 000 €	14 407 699 €	24,6%
D4 / D6 / D10	Transferências Correntes / Outras Despesas Correntes / Ativos Financeiros	13 785 530 €	15 785 530 €	0 €	15 785 530 €	5 963 838 €	37,8%
<b>TOTAL</b>		<b>1 026 320 269 €</b>	<b>1 028 320 269 €</b>	<b>0 €</b>	<b>1 028 320 269 €</b>	<b>497 717 634 €</b>	<b>48,4%</b>

Nota: Não Inclui Operações Extraorçamentais

Em consequência da forte quebra de receitas próprias, devido ao impacto da pandemia e atendendo à indefinição quanto ao cenário de financiamento alternativo, a CP debateu-se durante 2021 com fortes constrangimentos de tesouraria e de fundos disponíveis.

A estes acresceram os constrangimentos orçamentais decorrentes do facto das autorizações para descativação e para utilização do saldo de gestão de 2020 só terem sido concedidas nos últimos dias do ano.

Os principais desvios face ao orçamento disponível ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

### **Despesas com pessoal (D.01)**

O desvio é justificado, essencialmente, por um número de entradas inferior ao previsto.

### **Aquisição de bens e serviços (D.02)**

As referidas dificuldades decorrentes da forte quebra de receitas próprias, da indefinição quanto ao cenário de financiamento alternativo e da demora na obtenção das autorizações para a descativação desta rubrica, bem como para a utilização do saldo de gerência, originaram a transição de diversos processos de compra para 2022. O valor de compromissos transitados nesta rubrica para 2022 ascende a 50,7 milhões de euros, valor muito acima do que seria expectável.

### **Investimento (D.07)**

Verificou-se a recalendarização de vários projetos, dos quais se destacam as aquisições de equipamentos comerciais e de material circulante para os Serviços Urbanos e Regional, e o adiamento de diversos fornecimentos, devido ao impacto da pandemia COVID-19.

Após visto do Tribunal de Contas, houve lugar ao pagamento do primeiro adiantamento relativo ao contrato de aquisição de 22 automotoras para Serviço Regional, assinado em 2020.

### **Passivos financeiros (D.11)**

Contrariamente ao previsto, não se verificou o saneamento financeiro da dívida histórica da Empresa.

Assim, conforme avançado no ponto sobre a receita, registaram-se apenas as amortizações dos financiamentos da *Eurofima*, no valor de 100 milhões de euros e do BEI, no montante global de 23,8 milhões de euros, bem como o reembolso antecipado do valor remanescente dos financiamentos do BEI, num total de 32,5 milhões de euros.

**Nota:** Por contingências diversas derivadas do período de Pandemia vivido nos últimos dois anos e da fusão por incorporação da EMEF na CP em 2020, não estão ainda reunidas as condições técnicas para a elaboração das demonstrações orçamentais de acordo com a NCP 26. Assim, conforme previsto no ponto 7 da Resolução n.º 2/2021 do Tribunal de Contas, foi obtida dispensa de apresentação das mesmas, tendo sido autorizado pelo Tribunal de Contas a prestação de contas de 2021 no regime do SNC, nos termos da Instrução n.º 1/2019 -PG.

## Gestão do Risco Financeiro

Os encargos financeiros mantiveram a tendência decrescente dos últimos anos devido, sobretudo, à diminuição do valor médio da dívida remunerada.

A taxa média de financiamento sofreu um ligeiro acréscimo de 0,33 p.p., em resultado do aumento do peso relativo, na estrutura da dívida remunerada, dos empréstimos com taxa fixa.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Juros e Gastos Similares Suportados (€)	22 765 925,81 €	30 622 455,91 €	55 776 721,60 €	68 303 617,82 €	76 570 728,96 €
Taxa Média de Financiamento (%)	3,03%	2,7%	2,4%	2,6%	2,7%

No subcapítulo “Financiamento” do capítulo “Análise Económico-Financeira” é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2021.

## Limite de Crescimento do Endividamento

A dívida remunerada a 31 de dezembro de 2021 manteve-se quase inalterada face ao final do ano anterior, não tendo a CP beneficiado de qualquer aumento de capital em 2021.

O valor de endividamento ajustado foi assim praticamente nulo.

Variação do Endividamento (execução)	2021	2020
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	2 132 493 240,74 €	2 132 106 150,44 €
Capital estatutário	3 959 489 351,01 €	3 959 489 351,01 €
Aumentos de Capital por dotação	0,00 €	0,00 €
Novos investimentos em 2021 (com expressão material)		0,00 €

<b>Variação do endividamento</b>	<b>0,01%</b>
----------------------------------	--------------

**Novos investimentos** - Nos termos do n.º2 do artº 146 do DLEO 2018, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 000 000 € ou a 10% do orçamento anual da empresa.

fórmula da variação do endividamento: 
$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR=Financiamento Remunerado

Capital = Capital Estatutário Realizado

No subcapítulo “Financiamento” do capítulo “Análise Económico-Financeira” é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de reporte.

## Prazo Médio de Pagamento

A 31 de dezembro de 2021 a CP apresentava o seguinte cenário de dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011 (€)			
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	12 204 817,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de Capital	4 299 300,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>16 504 117,36 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

**Nota:** Tal como previsto na lei, foram excluídas as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e as situações relativas a processos judiciais em curso.

No quadro abaixo apresenta-se a comparação do prazo médio de pagamentos (PMP) trimestral, medido em número de dias:

PMP	Prazo (dias)		Δ 20-19	
	2021	2020	Valor	%
1º	50	33	17	51,5%
2º	45	49	-4	-8,2%
3º	48	54	-6	-11,1%
4º	60	49	11	22,4%

Comparando o número de dias referente ao PMP do 4º trimestre de 2021 face ao período homólogo, existe um acréscimo de 11 dias, explicado pelos constrangimentos orçamentais e pela indefinição quanto ao cenário de financiamento alternativo da Empresa, no contexto de pandemia, que originaram um aumento do valor em dívida a fornecedores, maioritariamente, à IP.



## Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2020

As Contas de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 aguardam aprovação pela Tutela.

### Remunerações

#### Medidas de Redução Salarial

Durante o ano de 2021, na vigência da Lei nº 75-B/2020, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos Membros do Conselho de Administração (cfr. artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho).

#### Remunerações do Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos Últimos 3 Anos <sup>(4)</sup>				Indicação do número total de mandatos
			Forma	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
19-07-2019 a 30-09-2021 <sup>(1)</sup>	Presidente	Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>	N	-	CP	-	1
19-07-2019 a 31-12-2021 <sup>(3)</sup>	Vice Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>	N	-	CP	-	1
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>	N	-	CP	-	2
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>	N	-	CP	-	1
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	RCM nº118/2019	24-07-2019 <sup>(2)</sup>	N	-	CP	-	1

**Legenda:**

O/D - Origem/destino

(1) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.

(2) com efeitos ao dia 19 de julho de 2019

(3) Com funções de Presidente em Exercício a partir de 1 de outubro de 2021.

(4) Opção prevista nos nºs 8 e 9 do artº28º do EGP, indicar entidade pagadora

Acumulação de Funções - 2021				
Membro do Órgão de Administração	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 30-07-2019

## Legenda:

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

C.A. - Conselho de Administração

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público		Remuneração Mensal Bruta (€)	
	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	A	5 150,48 €	2 060,19 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

(\*) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (*)	82 121,46 €	0,00 €	82 121,46 €	4 106,07 €	78 015,39 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	96 829,00 €	0,00 €	96 829,00 €	4 841,45 €	91 987,55 €
Ana Maria dos Santos Malhó	86 070,16 €	0,00 €	86 070,16 €	4 303,51 €	81 766,65 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	86 070,16 €	0,00 €	86 070,16 €	4 303,51 €	81 766,65 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	86 070,16 €	0,00 €	86 070,16 €	4 303,51 €	81 766,65 €
			<b>437 160,94 €</b>	<b>21 858,05 €</b>	<b>415 302,90 €</b>

(1) Vencimento + Desp Representação (sem reduções)

(4) Previstas no Artº12º da Lei nº 12 - A/2010, de 30 de junho. Incidem sobre valores da coluna (1).

(\*) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.

Encargos com viaturas – 2021 (valores com IVA incluído)										
Membro do CA	Viatura	Celebração de	Valor de	Modalidade	Ano	Ano	Valor da	Gasto Anual	Nº Prestações	Período de Afetação
	Atribuída (S/N)	Contrato (S/N)	Referência da Viatura (€)	(ALD/AOV)	Início	Termo	Renda Mensal (€)	com Rendas (€)	Contratuais Remanescentes	
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (*)	S	N	27 500,06 €	ALD	2018	2022	714,18 €	6 427,62 €	11	01-01 a 30-09-2021
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	N	22 937,61 €	ALD	2018	2022	581,13 €	5 230,17 €	11	01-01 a 06-10-2021
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	N	27 500,06 €	ALD	2018	2022	714,18 €	2 142,54 €	11	07-10 a 31-12-2021
Ana Maria dos Santos Malhó	S	N	23 750,89 €	ALD	2018	2022	605,82 €	7 269,84 €	12	01-01 a 31-12-2021
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	N	9 302,23 €	AOV	2017	2022	314,47 €	1 512,83 €	4	01-01 a 08-06-2021
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	N	14 101,42 €	AOV	2017	2022	535,53 €	3 748,71 €	3	09-06 a 31-12-2021
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	N	22 937,61 €	ALD	2018	2022	581,13 €	1 743,39 €	11	07-10 a 31-12-2021

(\*) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa		
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (*)	7,60 €	1 580,80 €	Segurança Social	18 668,45 €	--	262,91 €	Seguro de Acidentes Pessoais	3,84 €		
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	7,60 €	1 892,40 €	Segurança Social	21 847,08 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
Ana Maria dos Santos Malhó	7,60 €	1 618,80 €	Segurança Social	19 419,60 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	7,60 €	1 892,40 €	Segurança Social	19 419,60 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
Pedro Manuel Franco Ribeiro	7,60 €	1 892,40 €	Segurança Social	19 419,60 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
<b>TOTAL</b>		<b>8 876,80 €</b>		<b>98 774,33 €</b>		<b>1 665,11 €</b>		<b>24,29 €</b>		

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais *per capita* (prémios comerciais e taxas inerentes).

(\*) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.

Membro do Órgão de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor (€)	
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas <sup>(1)</sup>	0,00 €	151,20 €	0,00 €	Refeições	618,68 €	769,88 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	0,00 €	551,00 €	0,00 €	Refeições	516,51 €	1 067,51 €
Ana Maria dos Santos Malhó	0,00 €	412,00 €	0,00 €	Refeições	768,76 €	1 180,76 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	0,00 €	333,00 €	0,00 €	Refeições	541,61 €	874,61 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	9 318,00 €	2 593,40 €	0,00 €	Refeições	935,33 €	12 846,73 €
<b>TOTAL</b>	<b>9 318,00 €</b>	<b>4 040,60 €</b>	<b>0,00 €</b>		<b>3 380,89 €</b>	<b>16 739,49 €</b>

(1) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.

## Fiscalização

## Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal) (*)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2019-2021	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e das Infraestruturas e Habitação	28-08-2019	1 602,37 €	2
2019-2021	Vogal Efetivo	Teresa Isabel Carvalho Costa			1 201,78 €	1
2019-2021	Vogal Efetivo	Cristina Maria Pereira Freire			1 201,78 €	1
2019-2021	Vogal Suplente	Mário José Alveirinho Carrega			-	-

(\*) Montantes indicados no Despacho de nomeação

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2021 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
António José Farinha Simão	22 433,18 €	0,00 €	22 433,18 €
Teresa Isabel Carvalho Costa	16 824,92 €	0,00 €	16 824,92 €
Cristina Maria Pereira Freire	16 824,92 €	0,00 €	16 824,92 €
Mário José Alveirinho Carrega	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>56 083,02 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>56 083,02 €</b>

## Revisor Oficial de Contas

Mandato		Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Início-Fim	Cargo	Nome	Número Inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
08-07-2021 a 31-12-2022	SROC	Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Lda	74	20 161 408	Despacho Conjunto s/número de 26 de junho de 2021, do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, iniciaram funções em 8 de julho de 2020 para completar o mandato de 2020-2022.	26-06-2020	04-08-2021	1	1
08-07-2021 a 31-12-2022	ROC	Dr. José Luís Alves da Cunha	585	20 160 240		1	1		

Mandato		Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Início-Fim	Cargo	Nome	Número Inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
01-08-2014 a 31-12-2015 (*)	SROC	Oliveira Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	23	20 161 381	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciaram funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	8	8
01-08-2014 a 31-12-2015 (*)	ROC	Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20 160 668		8	8		

(\*) Permanecendo em funções até 07-07-2021

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Lda, representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha	13 165,16 €	0,00 €	13 165,16 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	11 168,12 €	0,00 €	11 168,12 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
<b>Total</b>	<b>24 333,28 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>24 333,28 €</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2020 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2020 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	21 500,04 €	0,00 €	21 500,04 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
<b>Total</b>	<b>21 500,04 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>21 500,04 €</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>

## Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome	NºRegisto na OROC	NºRegisto na CMVM	Data	Duração		
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	197	20 161 495	23-06-2021	2 anos	8	8
Representado por: Drª Maria Filomena Neves Marques	1201	20 160 812	23-06-2021	2 anos	1	1

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	21 500,00 €	N.A.	21 500,00 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

**Nota:** o valor da prestação de serviços de auditoria contratada engloba os serviços de auditoria da CP (contas individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo, com um total de 27.500€ (valor sem IVA). Os encargos respeitantes exclusivamente à CP (contas individuais e consolidadas) ascendem a 21.500€ (valor sem IVA).

## Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, Rect. n.º 2/2012, de 25 de janeiro e Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, pelo Despacho n.º 761/SETF/2012, de 25 de maio (2ª série DR), de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, é limitado a 80 euros mensais.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)	
	Plafond mensal definido	Valor Anual
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (*)	80	478
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	80	44
Ana Maria dos Santos Malhó	80	288
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	80	273
Pedro Manuel Franco Ribeiro	80	458
<b>TOTAL</b>		<b>1540</b>

(\*) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.

No que diz respeito à utilização de viaturas, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Membro do CA	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (*)		1701,90 €	1009,20 €	2 711,10 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira		1556,55 €	877,85 €	2 434,40 €
Ana Maria dos Santos Malhó	1/4 despesas representação	1495,85 €	635,90 €	2 131,75 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro		2 089,71 €	1 422,45 €	3 512,16 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro		780,56 €	1102,50 €	1883,06 €
			<b>TOTAL</b>	<b>12 672,47 €</b>

(\*) O Eng. Nuno Freitas pediu a renúncia ao exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 1 de outubro de 2021.

## Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP

Não foram realizadas pela empresa nem pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

## Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/remuneracoes-pagas-mulheres-homens.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/remuneracoes-pagas-mulheres-homens.pdf).

## Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção

Encontram-se disponíveis dois relatórios nos seguintes endereços:

**Relatório de Execução Anual do Plano de Gestão de Riscos, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/relatorio-execucao-riscos.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/relatorio-execucao-riscos.pdf)

**Plano de Gestão de Riscos, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/plano-gestao-riscos.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/plano-gestao-riscos.pdf)

## Contratação Pública

A CP enquanto entidade adjudicante que atua nos setores especiais está sujeita, nos procedimentos de contratação de bens e serviços e de empreitadas cujo objeto esteja direta e principalmente relacionado com a atividade de transporte e de valor igual ou superior aos limiares comunitários, ao Código da Contratação Pública.

Nos procedimentos de contratação de bens e serviços e de empreitadas cujo objeto esteja direta e principalmente relacionado com a atividade de transporte, mas de valor inferior aos limiares comunitários, e nos procedimentos que não dizem respeito à atividade de transporte da CP,



aplica-se o Normativo de Contratação aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de Julho de 2020, com a redação aprovada em 24 de março de 2021, e do qual figura em anexo um Regulamento pré contratual.

Em 2021, não foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas quaisquer contratos, dado que nenhum ultrapassou o montante global acumulado de 5.000.000€.

Neste ano, foi autorizado pelo Tribunal de Contas o contrato que havia sido submetido no ano anterior, relativo à Aquisição 12 Unidades Bi-Modo e 10 Unidades Automotoras Elétricas, incluindo Peças Parque e Ferramentas Especiais, no valor global de 158.140.672 €

## **Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

## Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	14 022 882 €	45 411 711 €	-4 121 068 €	48 124 125 €	18 143 951 €	440%	-34 101 242 €	-71%
(1) CMVMC	25 383 190 €	37 360 584 €	22 695 541 €	6 287 643 €	2 687 649 €	12%	19 095 547 €	304%
(2) FSE	129 391 072 €	147 131 349 €	131 145 167 €	175 203 486 €	-1754 095 €	-1%	-45 812 414 €	-26%
(3) Gastos com o pessoal	145 772 520 €	147 135 775 €	138 845 085 €	109 014 542 €	6 927 435 €	5%	36 757 977 €	34%
i. Indemnizações pagas por rescisão	7 536 €	355 000 €	139 335 €	1 289 532 €	-131 799 €	-95%	-1 281 995 €	-99%
ii. Valorizações remuneratórias	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0%	0 €	0%
iii. Impacto da aplicação dos IRCT	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0%	0 €	0%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii e iii	145 764 984 €	146 780 775 €	138 705 750 €	107 725 011 €	7 059 234 €	5%	38 039 973 €	35%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais <sup>a)</sup>	606 057 €	1 184 975 €	707 195 €	0 €	-101 138 €	-14%	606 057 €	0%
<b>(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)</b>	<b>206 940 725 €</b>	<b>330 442 732 €</b>	<b>291 676 696 €</b>	<b>280 505 672 €</b>	<b>7 862 126 €</b>	<b>3%</b>	<b>9 435 053 €</b>	<b>3%</b>
(7) Volume de negócios (VN) <sup>b)</sup>	192 840 642 €	185 755 629 €	171 333 641 €	280 719 729 €	21 507 001 €	13%	-87 879 087 €	-31%
Subsídios à exploração	89 386 058 €	158 384 372 €	88 127 384 €	3 543 €	1 258 674 €	1%	89 382 515 €	2522642%
Indemnizações Compensatórias	0 €	0 €	0 €	40 000 000 €	0 €	0%	-40 000 000 €	-100%
(8) Trabalhos para a Própria Entidade	13 316 590 €	20 916 456 €	14 047 696 €	0 €	-731 106 €	-5%	13 316 590 €	0%
(9) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19	117 747 990 €	124 966 163 €	138 403 326 €	0 €	-20 655 336 €	-15%	117 747 990 €	0%
<b>(10) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8+9)</b>	<b>323 905 221 €</b>	<b>331 658 247 €</b>	<b>323 784 662 €</b>	<b>280 719 729 €</b>	<b>120 559 €</b>	<b>0%</b>	<b>43 185 492 €</b>	<b>16%</b>
<b>(11) Peso dos Gastos/VN = (6)/(10)</b>	<b>62,6%</b>	<b>98,6%</b>	<b>90,2%</b>	<b>103,5%</b>	<b>2,4p.p.</b>		<b>-10,9p.p.</b>	
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	2 550 571 €	2 684 455 €	2 576 669 €	5 730 052 €	-26 097 €	-1%	-3 179 481 €	-55%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	4 083 364 €	3 981 184 €	3 757 784 €	4 194 445 €	325 580 €	9%	-111 081 €	-3%
iii. Gastos associados à frota automóvel <sup>c)</sup>	530 755 €	639 701 €	476 989 €	269 447 €	53 767 €	11%	261 308 €	97%
<b>(12) Total = (i) + (ii) + (iii)</b>	<b>7 164 690 €</b>	<b>7 305 340 €</b>	<b>6 811 441 €</b>	<b>10 183 944 €</b>	<b>353 250 €</b>	<b>5%</b>	<b>-3 029 253 €</b>	<b>-30%</b>
(13) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 331 972	2 714 686	1 808 828	473 347	-476 856	-26%	858 625	181%
<b>Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)<sup>d)</sup></b>	<b>3 768</b>	<b>3 914</b>	<b>3 710</b>	<b>2 834</b>	<b>58</b>	<b>2%</b>	<b>1 132</b>	<b>43%</b>
N.º Órgãos Sociais (OS) <sup>d)</sup>	8	8	8	7	0	0%	1	14%
N.º Cargos de Direção (CD) <sup>d)</sup>	23	22	22	22	1	5%	1	5%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) <sup>d)</sup>	3 735	3 884	3 680	2 605	55	1%	1 130	43%
N.º Trabalhadores/N.º CD <sup>d)</sup>	162	177	167	118	-5	-3%	44	38%
<b>N.º de viaturas</b>	<b>111</b>	<b>116</b>	<b>116</b>	<b>49</b>	<b>-5</b>	<b>-4%</b>	<b>63</b>	<b>131%</b>

Nota: Os valores relativos ao ano de 2019 não incluem a EMEF, fundada por incorporação na CP com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

a) Em conformidade com a execução orçamental reportada.

b) Não inclui subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.

c) Inclui rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

d) Efetivo médio a cargo.

A CP registou em 2021 um EBITDA recorrente de 14 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 18,1 milhões de euros face ao ano anterior, mas que foi cerca de 31,4 milhões de euros pior que o previsto.

Excluindo da comparação o valor do acerto previsto relativo às compensações financeiras pelas obrigações de serviço público prestadas em 2020, a aguardar visto do Tribunal de Contas, o EBITDA recorrente seria cerca de 37,6 milhões de euros melhor que o previsto.

Para a variação face ao ano anterior, contribuiu fundamentalmente a recuperação ao nível da prestação de serviço de transporte de passageiros que cresceu 21,1 milhões de euros (+14%),

explicada pelo acréscimo de procura e dos rendimentos relacionados com o programa de apoio à redução tarifária nos transportes (PART)<sup>3</sup>.

Face ao previsto, o desvio é justificado essencialmente pela contenção generalizada dos gastos, nomeadamente na área da manutenção, em virtude de um menor número de intervenções realizadas face ao planeado<sup>4</sup>.

O peso das principais rubricas de gastos (CMVMC + FSE + Pessoal) no volume de negócios (sem subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público) e trabalhos para a própria empresa, expurgando o impacto da pandemia<sup>5</sup>, situou-se em 2021 nos 92,6%, mais 2,4 p.p. que no ano anterior, mas cerca de 7 p.p. melhor que o previsto.

A evolução face ao ano anterior é explicada essencialmente pelo aumento dos gastos com pessoal, resultado não só do aumento do número de trabalhadores<sup>6</sup>, mas também de um aumento dos abonos variáveis, na sequência da retoma da atividade da empresa.

A retoma da atividade justifica também o ligeiro acréscimo dos encargos com deslocações, alojamento, ajudas de custo e frota automóvel face a 2020. Este agregado situou-se ainda assim bastante abaixo do previsto.

É política da Empresa procurar minimizar o recurso a prestadores de serviço externos. Neste sentido, a CP recorre a contratação externa apenas em situações excecionais, devidamente fundamentadas, e desde que devidamente demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios.

Devido às medidas de contenção adotadas e às imposições legais à contratação desse tipo de serviços, o volume de trabalhos especializados contratado em 2021 ficou aquém do previsto e do ano anterior.

## Contratação de Estudos

A CP deu cumprimento ao disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, através da submissão à Párpública para parecer prévio, sempre que esteve em causa a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias de natureza não intelectual e sempre que os serviços incidiram sobre o âmbito específico do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do Decreto-Lei atrás citado.

Em 2021 a CP não submeteu a parecer qualquer processo que se enquadrasse legalmente nesta necessidade.

---

<sup>3</sup> Mais informações no capítulo “Análise Económico-financeira”.

<sup>4</sup> Mais informações no ponto “Objetivos de Gestão”.

<sup>5</sup> Face à evolução registada nos últimos anos pré-pandemia, com um crescimento sustentado da procura desde 2013, ao que acresceu o impulso decorrente da implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) em 2019, seria expectável a manutenção, em condições normais, desta tendência. Admitindo, por prudência, que pudesse ocorrer algum abrandamento desse crescimento face ao registado em 2019, as previsões da CP apontavam para rendimentos de transporte de passageiros em 2021 acima dos 289 milhões de euros (conforme estudo de sustentabilidade enviado para as Tutelas).

<sup>6</sup> Mais informações no ponto “As Nossas Pessoas”.

## Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, a CP tem requerido a dispensa do seu cumprimento. Igualmente tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento integral deste princípio, centrando o máximo de serviços no IGCP. Assim:

- A generalidade dos pagamentos é efetuada via IGCP;
- Os recebimentos dos clientes estão a ser canalizados para a conta do IGCP;
- Desde dezembro de 2010 que excedentes de tesouraria pontuais são aplicados no IGCP – CEDIC's;
- Os valores disponíveis, ainda que não aplicados, dado o seu montante, são mantidos na conta do IGCP.

No entanto, dadas as especificidades da atividade da CP, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao funcionamento da Empresa serem prestados pelo IGCP.

Encontram-se entre estes serviços a recolha, transporte e contagem de valores, o recebimento de valores de vendas efetuadas por canais Web em conta da banca comercial, empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de empresas participadas.

O despacho do IGCP de 23 de novembro de 2020 concedeu o parecer favorável ao pedido de isenção ao cumprimento deste princípio formulado pela CP. Esta dispensa é válida pelo período máximo de 2 anos, pelo que a mesma se manteve válida em 2021.

A CP não auferiu no período em análise, de quaisquer rendimentos decorrentes de aplicações financeiras na Banca Comercial. Apresenta-se seguidamente um quadro contendo os saldos depositados na Banca Comercial no final de cada trimestre de 2021:

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	33 520 520,35 €	28 990 806,05 €	29 719 682,05 €	15 780 526,24 €
Aplicações Financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>33 520 520,35 €</b>	<b>28 990 806,05 €</b>	<b>29 719 682,05 €</b>	<b>15 780 526,24 €</b>

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BPI	882 220,08 €	1 157 750,22 €	1 339 766,68 €	932 593,01 €
CGD	830,12 €	818,43 €	762,84 €	751,15 €
Millennium BCP	69 045,01 €	68 770,01 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>952 095,21 €</b>	<b>1 227 338,66 €</b>	<b>1 340 529,52 €</b>	<b>933 344,16 €</b>
Juros auferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

## Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas desde 2014.

## Plano para a Igualdade

O Plano para a Igualdade de Género foi elaborado e comunicado às Entidades previstas na legislação, de acordo com os seguintes comprovativos:

**A entrega a estes destinatários ou grupos está concluída, mas não foi enviada nenhuma notificação de entrega pelo servidor de destino:**

[geral@cite.pt](mailto:geral@cite.pt) ([geral@cite.pt](mailto:geral@cite.pt))

Assunto: Plano para a Igualdade de Género CP\_ 2021

**A entrega a estes destinatários ou grupos está concluída, mas não foi enviada nenhuma notificação de entrega pelo servidor de destino:**

[cig@cig.gov.pt](mailto:cig@cig.gov.pt) ([cig@cig.gov.pt](mailto:cig@cig.gov.pt))

Assunto: Plano para a Igualdade de Género CP\_ 2021

## Relato Não Financeiro

O Relato Não Financeiro do ano 2021, encontra-se em anexo ao Relatório de Governo Societário 2021.

## Informação no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N	Data Atualização	
Estatutos	S	11-03-2022	
Caracterização da Empresa	S	11-03-2022	
Função de tutela e accionista	S	11-03-2022	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	11-03-2022	
Identificação dos órgãos sociais	S	11-03-2022	
Estatuto remuneratório fixado	S	11-03-2022	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	11-03-2022	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	11-03-2022	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	11-03-2022	
Esforço Financeiro Público	S	11-03-2022	
Ficha Síntese	S	11-03-2022	
Informação Financeira histórica e atual	S	11-03-2022	Com referência às Contas Aprovadas de 2015.
Princípios de Bom Governo	S	11-03-2022	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	11-03-2022	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	11-03-2022	
Outras transações	S	11-03-2022	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	11-03-2022	
Económico	S	11-03-2022	
Social	S	11-03-2022	
Ambiental	S	11-03-2022	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	11-03-2022	
Código de Ética	S	11-03-2022	

# 08

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA



# Conta de Exploração

## Resultado Líquido

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2021/2020	
	REAL 31-12-2021	REAL 31-12-2020	Valor	%
Vendas e serviços prestados	192 841	171 333	21 508	13%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	171 977	150 899	21 078	14%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	16 436	15 475	961	6%
Vendas e serviços prestados - Outros	4 428	4 959	-531	-11%
Subsídios à exploração	89 386	88 127	1 259	1%
Variação nos inventários da produção	-825	3 981	-4 806	-121%
Trabalhos para a própria entidade	13 317	14 048	-731	-5%
Outros rendimentos	22 709	17 269	5 440	32%
	<b>317 428</b>	<b>294 758</b>	<b>22 670</b>	<b>8%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-25 383	-22 696	-2 687	-12%
Fornecimentos e serviços externos	-129 391	-131 145	1 754	1%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-145 765	-138 706	-7 059	-5%
Outros gastos	-2 865	-6 332	3 467	55%
	<b>-303 404</b>	<b>-288 678</b>	<b>-4 525</b>	<b>-2%</b>
<b>Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)</b>	<b>14 024</b>	<b>-4 121</b>	<b>18 145</b>	<b>440%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-56 385	-59 211	2 826	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	814	548	266	49%
Indemnizações por rescisão	-8	-139	131	94%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2 440	1 187	1 253	106%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 700	-4 919	3 219	65%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	255	-3 558	3 813	107%
Provisões (aumentos/reduções)	-352	-49	-303	-618%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 462	3 486	-2 024	-58%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-1 751	-188	-1 563	-831%
Aumentos/reduções de justo valor	3	0	3	s/s
Outros rendimentos (não core)	171	2 539	-2 368	-93%
Outros gastos (não core)	-1 435	-52	-1 383	-2660%
	<b>-42 462</b>	<b>-84 477</b>	<b>22 015</b>	<b>34%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	9	12	-3	-25%
Juros e gastos similares suportados	-22 766	-30 622	7 856	26%
	<b>-22 757</b>	<b>-30 610</b>	<b>7 853</b>	<b>28%</b>
	<b>-85 219</b>	<b>-95 087</b>	<b>29 868</b>	<b>31%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-335	-312	-23	-7%
	<b>-85 554</b>	<b>-95 399</b>	<b>29 845</b>	<b>31%</b>

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* da empresa.

O *Resultado Líquido* de 2021, apresenta uma melhoria de 31% face ao ano anterior (29,8 milhões de euros), passando de -95,4 milhões de euros, em 2020, para -65,6 milhões de euros em 2021.

Para esta variação contribuiu, fundamentalmente, o aumento dos rendimentos relativos à prestação de serviços de transporte de passageiros e a melhoria do resultado financeiro.



## Resultado Operacional das Atividades de Transporte de Passageiros e Manutenção (EBITDA)

O EBITDA recorrente das atividades de transportes e manutenção foi em 2021 de 14 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 18,1 milhões de euros face ao ano anterior. De seguida, evidencia-se a origem das principais variações registadas:

- Aumento dos *serviços prestados*, na ordem dos 21,5 milhões de euros, com origem essencialmente nos serviços de transporte de passageiros, decorrente do acréscimo de procura e dos rendimentos relacionados com o programa de apoio à redução tarifária nos transportes (PART). De salientar também, o aumento observado nos serviços de manutenção e reparação, em especial na reparação de rotáveis que registou um acréscimo de 1,8 milhões de euros;
- Aumento dos subsídios à exploração, relativos às compensações pelas obrigações de serviço público, em 1,3 milhões de euros;
- Diminuição generalizada dos *fornecimentos e serviços externos* em cerca de 1,8 milhões de euros, com especial destaque para os subcontratos ligados à área da manutenção (-4,3 milhões de euros), o aluguer de material circulante (-1 milhão de euros) e a suspensão do Acordo CP/RENFE para a realização dos Serviços Internacionais SUD Express e Lusitânia (-0,9 milhões de euros). Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos que se verificaram em algumas rubricas, designadamente, na eletricidade para tração (+1,5 milhões de euros) e na taxa de utilização da infraestrutura (+4,1 milhões de euros), na sequência da retoma da atividade operacional;
- Aumento dos *outros rendimentos*, em cerca de 5,4 milhões de euros, decorrente essencialmente dos acertos finais efetuados pela Área Metropolitana de Lisboa aos valores do PART relativos aos anos de 2019 e 2020, que ascenderam a cerca de 4,6 milhões de euros (valores sem IVA). De referir ainda, a conclusão de trabalhos de intervenção nos rotáveis, que levaram a um aumento nos rendimentos na ordem dos 2,5 milhões de euros e, em sentido contrário, o decréscimo registado no valor reconhecido em subsídios ao investimento, na ordem dos 1,3 milhões de euros;
- Diminuição dos *outros gastos*, em cerca de 3,5 milhões de euros, explicado, nomeadamente, por, em 2020, se terem registado acertos de faturação de transporte de trabalhadores IP, de indemnizações por danos materiais (acidente ocorrido em Espanha) e de penalidades de contratos de prestação de serviços de manutenção e reparação a entidades terceiras à CP, sem idêntica contrapartida em 2021;
- Diminuição da *variação nos inventários da produção*, no valor de 4,8 milhões de euros, por os consumos ocorridos terem superado a produção efetuada;
- Aumento do *custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, em 2,7 milhões de euros;
- Aumento dos *gastos com pessoal* (sem indemnizações), em 7,1 milhões de euros, em resultado, não só do aumento do número de trabalhadores, mas também de um aumento dos abonos variáveis, na sequência da retoma da atividade da empresa.

## Resultado Operacional

O Resultado Operacional de 2021, situou-se nos -42,5 milhões de euros, o que representou uma melhoria de cerca de 22 milhões de euros face ao registado no ano anterior (-64,5 milhões de euros). Realçam-se as seguintes variações mais significativas, para além das já mencionadas para o EBITDA:

- Diminuição dos *gastos de depreciação e de amortização*, em 2,8 milhões de euros;
- Aumento dos *ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos*, em 1,3 milhões de euros, em função da aplicação do método de equivalência patrimonial às participações financeiras e igualmente em resultado da liquidação da OTLIS;
- Diminuição das *imparidades de inventários*, constituídas para acautelar a perda de valor dos mesmos (em caso de não utilização) ao longo do período esperado de utilização das séries de material circulante em que os mesmos podem ser aplicados, em cerca de 3,2 milhões de euros face ao ano anterior. Contribuíram para este efeito:
  - (i) o ajuste dos critérios de avaliação de imparidade realizado em 2020, que agravou a imparidade acumulada nesse exercício;
  - (ii) as reduções, em 2021, de existências em armazém de inventários que se encontravam em imparidade;
- Variação positiva das *imparidades de dívidas a receber*, em 3,8 milhões de euros, decorrente do esforço de cobrança desenvolvido pela empresa e pelo facto de, em 2020, ter sido constituída imparidade significativa em função da antiguidade de algumas dívidas de clientes e expectativa de recebimento das mesmas, o que não se verificou em 2021;
- Diminuição dos rendimentos registados na rubrica de *imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)*, relativos a reversão de perdas por imparidade de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda, em cerca de 2 milhões de euros;
- Diminuição dos *outros rendimentos (não core)* em 2,4 milhões de euros, em resultado fundamentalmente, de, em 2020, ter ocorrido o (i) reconhecimento de rendimentos como excesso de estimativa de imposto (situação que resultou da fusão por incorporação da EMEF na CP) e o (ii) registo de juros indemnizatórios e de mora relacionados com um processo judicial / fiscal;
- Variação desfavorável de 1,6 milhões de euros nas *diferenças de câmbio*, correspondente à variação cambial do valor das ações subscritas e não realizadas da participação financeira da empresa na *Eurofima* (em francos suíços);
- Aumento dos *outros gastos (não core)*, em 1,4 milhões de euros, em resultado do abate de equipamentos descontinuados, inoperacionais e sem condições de reparação.

## Resultado Financeiro

O *Resultado Financeiro* em 2021 foi negativo em 22,8 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior de cerca de 7,9 milhões de euros (+26%). Esta situação resulta, fundamentalmente, da redução do passivo remunerado da empresa.

## Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2021/2020	
	31-12-2021	31-12-2020	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Não Corrente	415 982	441 399	-25 417	-6%
Ativo Corrente	86 817	91 516	-4 699	-5%
<b>Total do Ativo</b>	<b>502 799</b>	<b>532 915</b>	<b>-30 116</b>	<b>-6%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Capital Próprio que inclui:	-1 852 160	-1 778 677	-73 483	-4%
Resultado Líquido do período	-65 554	-95 399	29 845	31%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>-1 852 160</b>	<b>-1 778 677</b>	<b>-73 483</b>	<b>-4%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo Não Corrente	261 304	396 197	-134 893	-34%
Passivo Corrente	2 093 655	1 915 395	178 260	9%
<b>Total do Passivo</b>	<b>2 354 959</b>	<b>2 311 592</b>	<b>43 368</b>	<b>2%</b>
<b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>	<b>502 799</b>	<b>532 915</b>	<b>-30 115</b>	<b>-6%</b>

## Ativo

Em 2021 o Ativo da CP diminuiu cerca de 30,1 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *ativos fixos tangíveis*, em 25,9 milhões de euros, em virtude de as depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de investimento;
- Aumento dos *inventários* em 5,6 milhões de euros;
- Aumento do saldo de *clientes e outros créditos a receber* em 7,6 milhões de euros, explicado essencialmente pela especialização dos montantes já atribuídos pelos Transportes Metropolitanos de Lisboa, relativos aos meses de junho a agosto, no âmbito do programa de apoio à redução tarifária nos transportes (PART). De referir também, que têm sido efetuadas diversas diligências junto das diferentes entidades no sentido de assegurar o recebimento dos valores em dívida;
- Diminuição do saldo do *Estado e outros entes públicos* em 1,7 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da redução dos valores de IVA a recuperar e reembolsos de IVA pedidos;
- Diminuição do saldo de *caixa e depósitos bancários* em 15,7 milhões de euros, para assegurar o cumprimento das responsabilidades financeiras da empresa.

## Capital Próprio

Em 2021, não foram realizadas quaisquer operações de aumento ou recomposição do capital da empresa pelo Estado Português.

As variações registadas no capital próprio da empresa resultaram dos seguintes movimentos:

- transferência para *resultados transitados do resultado líquido* da empresa de 2020, o que ainda aguarda aprovação pela Tutela;
- diminuição da rubrica de *ajustamentos / outras variações no capital próprio*, em resultado da imputação, como rendimento do exercício dos *subsídios ao investimento* recebidos, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

## Passivo

O Passivo da CP registou em 2021 um aumento de 43,4 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição das *provisões* constituídas em 1,7 milhões de euros, em resultado, essencialmente, de reversão da provisão para pensões de acidentes de trabalho, de acordo com o estudo atuarial efetuado por entidade externa;
- Aumento do saldo em dívida ao *Estado e outros entes públicos*, em 1,6 milhões de euros, decorrente do aumento do valor de contribuições a liquidar ao Estado, relacionadas com o imposto sobre rendimento. As respetivas contribuições serão liquidadas dentro do prazo legal, no mês seguinte ao do processamento (dezembro). Em 2020, foram liquidadas ainda no próprio mês;
- Aumento do saldo de *fornecedores e outras dívidas a pagar* em 43,3 milhões de euros, destacando-se a dívida à IP (energia para tração e taxa de utilização da infraestrutura), assim como o acréscimo de gastos relativo a juros de financiamento.

## Financiamento

A CP recebeu, durante o ano de 2021, 89,4 milhões de euros a título de compensações financeiras pelas obrigações de serviço público contratadas com o Estado (valores sem IVA), conforme RCM n.º 43/2020. Aguarda visto do Tribunal de Contas para recebimento do acerto de compensações previsto na RCM n.º 162/2021.

Com esforço significativo na gestão da sua liquidez, a empresa não aumentou em 2021 o valor total de financiamentos.

Através do Despacho n.º 1138/2021 – SET, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foi autorizada a prorrogação, para 31 de dezembro de 2022, do pagamento do serviço de dívida dos empréstimos DGTf com vencimento em 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais.

Foi prorrogado para 2022 o vencimento de dois empréstimos contratualizados em 2020 com a DGTf, um em março, no valor de 29,56 milhões de euros, concedido para financiar a amortização de empréstimos BEI, e o outro em dezembro, de 73,14 milhões de euros, que teve como finalidade financiar a atividade operacional da empresa.

Em 2021, foram contratados três empréstimos com a DGTf, num total de 156,3 milhões de euros, com vista a assegurar:

- a amortização de financiamentos da *Eurofima* que se venceram em julho (100 milhões de euros);
- a amortização de financiamentos do BEI, num total de 23,8 milhões de euros, que se venceram em setembro;
- o reembolso antecipado do valor remanescente dos financiamentos do BEI, num total de 32,5 milhões de euros, em 15 de dezembro, data de vencimento de juros.

Apesar de os financiamentos concedidos pela DGTf terem resolvido as necessidades mais prementes no que respeita à amortização dos empréstimos com vencimento no período, a CP continua a aguardar decisão formal do Estado no que respeita ao saneamento financeiro da dívida histórica da empresa.

## Dívida Financeira

A dívida remunerada da CP a 31 de dezembro de 2021 era de aproximadamente 2,132 mil milhões de euros, mantendo-se inalterada face ao ano anterior. No entanto, derivado do exposto no ponto anterior, as fontes de financiamento registaram uma alteração significativa, conforme se pode comprovar no gráfico seguinte:

## Fontes de Financiamento (Milhares de Euros)

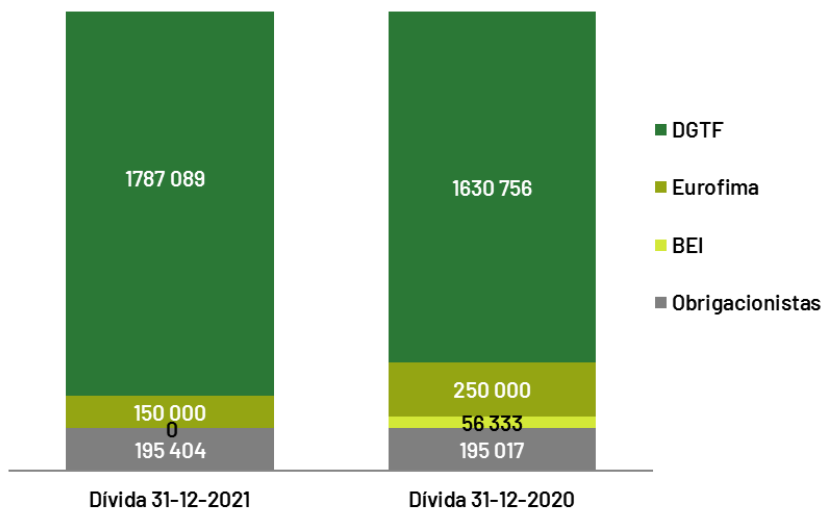


Gráfico 10 - Fontes de Financiamento.

Por se aguardar a concretização do saneamento da dívida histórica da empresa, os empréstimos contratados, bem como as sucessivas prorrogações do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos do Estado, têm sido feitos em prazos inferiores a 1 ano.

## Estrutura da Dívida

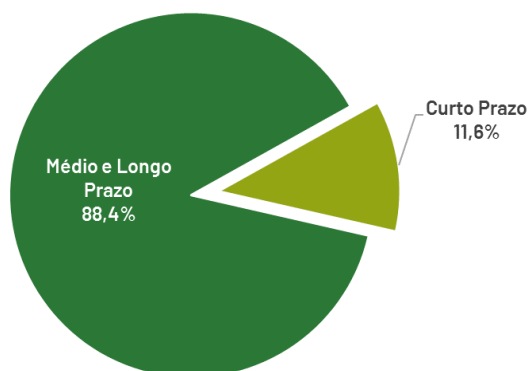


Gráfico 11 - Estrutura da Dívida.

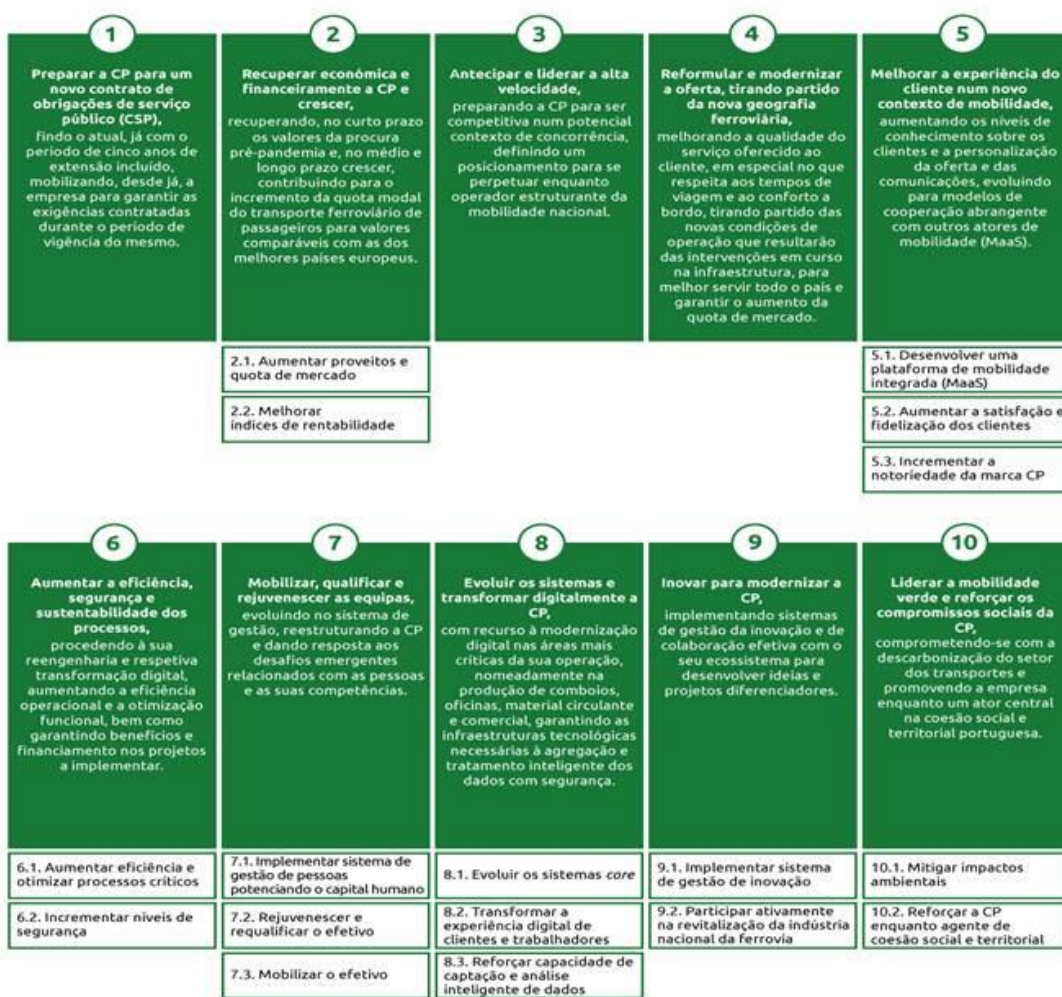
# 09

## PERSPETIVAS PARA 2022



As orientações do Governo definidas na RCM n.º 110/2019, de 5 de julho, definem uma conjuntura favorável ao investimento na ferrovia, permitindo à CP assumir-se como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado de transportes, criando valor para todos os *stakeholders*, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do país.

Assim, face aos desafios futuros e com base nos pontos fortes e fracos, assim como nas ameaças e oportunidades que se avizinhm, foram estabelecidos os seguintes Objetivos Estratégicos e específicos para a CP:



Perspetiva-se para 2022 uma recuperação gradual da procura, acompanhando a retoma económica. A procura deverá, contudo, manter-se ainda significativamente abaixo do registado nos anos anteriores à pandemia.

Prosseguirão as negociações sobre os Regulamentos de Carreiras e os Acordos de Empresa com as Organizações Representativas dos Trabalhadores. Prevê-se a realização de recrutamentos com vista a aumentar a capacidade de resposta oficial e repor os quadros de efetivos diretamente relacionados com a operação de transporte.

Ao nível do material circulante, prosseguirá em 2022 o procedimento concursal para a aquisição de 117 automotoras para serviço urbano e regional, com 36 unidades adicionais de opção e deverá ser lançado o processo de aquisição de 12 automotoras para o segmento comercial de longo curso,



com 14 unidades adicionais de opção. Continuará a reabilitação de material que se encontrava imobilizado e a reabilitação das 50 carruagens adquiridas à RENFE. Prevê-se o início da modernização das automotoras diesel da série 450.

Tirando benefício das reposições ao serviço e da modernização de material, bem como das intervenções de eletrificação de infraestrutura, prosseguirá a libertação gradual de automotoras diesel da série 592, alugadas à RENFE.

Quanto aos investimentos, para além das ações referidas para o material circulante, destaca-se também o lançamento de procedimento para a aquisição de Máquinas de Venda Automática e Validadores.

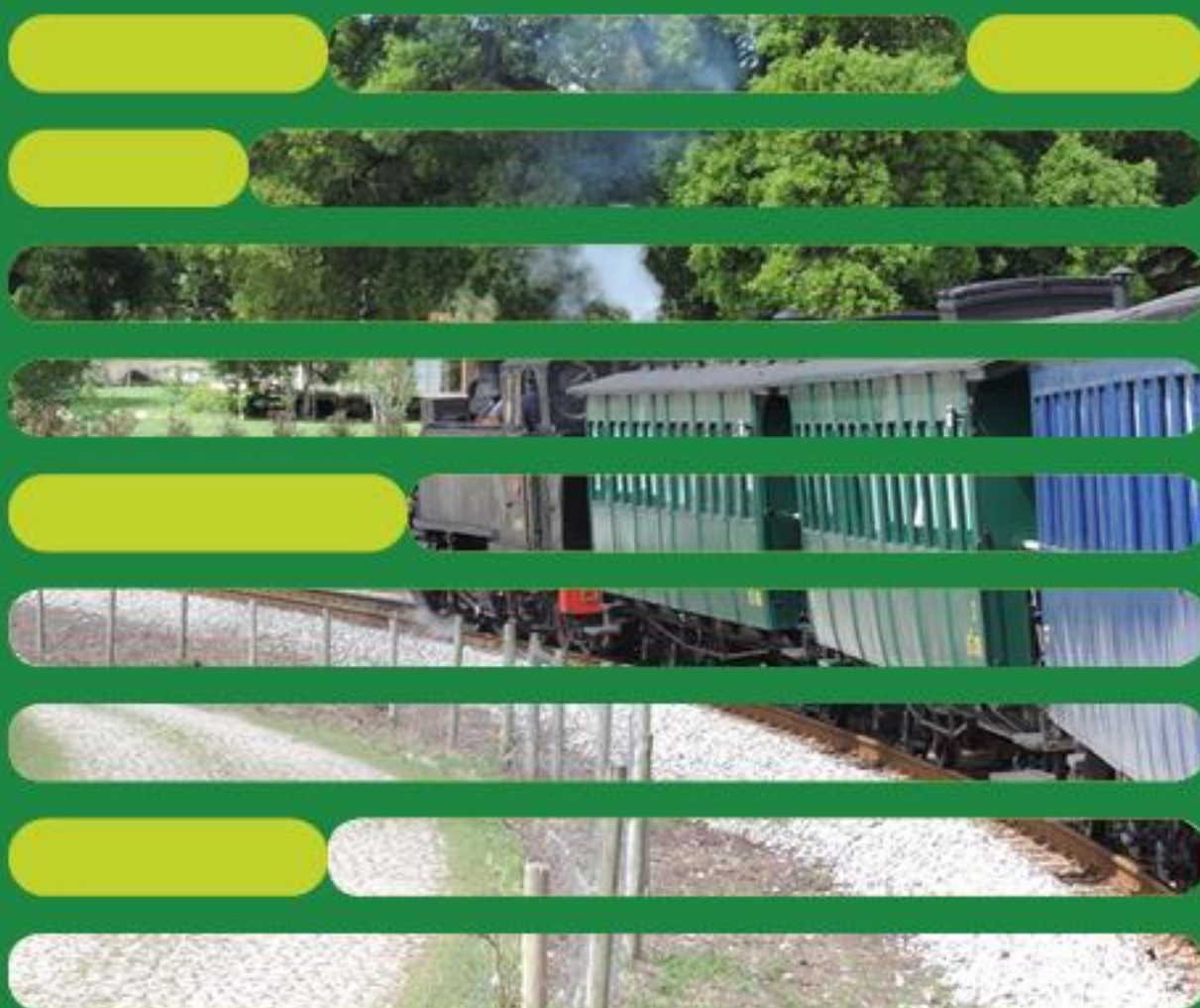
Em termos financeiros, com a atividade enquadrada pelo Contrato de Obrigações de Serviço Público, a sustentabilidade futura da empresa pressupõe que a compensação atribuída não se cinja aos valores previstos na RCM n.º 43/2020, de 12 de junho, mas que sejam regularizados os acertos da compensação efetivamente devidos, designadamente, por impacto da pandemia, bem como quaisquer outras verbas que se entendam devidas a título de reequilíbrio financeiro do Contrato.

Pressupõe-se ainda que o saneamento financeiro da dívida histórica será concretizado em 2022.

No pressuposto do saneamento financeiro da dívida histórica, da recuperação da procura e da atribuição das devidas compensações financeiras pelo serviço público prestado, prevê-se que a CP passe a apresentar a curto prazo uma situação financeira equilibrada e sustentável.

# 10

## FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO



De referir os seguintes acontecimentos:

- Decorrente da situação de pandemia provocada pelo vírus COVID-19, é possível verificar a recuperação gradual da atividade, ainda que a quebra de receita continue a verificar-se no transporte ferroviário, essencialmente nos primeiros meses do ano, com impacto direto nos réditos da empresa;
- Nesta data verifica-se um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que afeta também as economias ocidentais, não sendo ainda possível prever o impacto que esta realidade terá na atividade da empresa;
- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

# 11

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, prejuízo de 65.554.294 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 21 de abril de 2022

### **O Conselho de Administração**

**Vice-presidente:** Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

**Vogal:** Ana Maria dos Santos Malhó

**Vogal:** Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

**Vogal:** Pedro Manuel Franco Ribeiro



12

# DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



**Nota:** No que se refere à apresentação das demonstrações orçamentais de acordo com a NCP 26, ainda não estão reunidas as condições técnicas para a elaboração das mesmas pela CP, pelo que, conforme previsto no ponto 7 da Resolução n.º 2/2021 do Tribunal de Contas, foi obtida dispensa de apresentação das mesmas, tendo sido autorizado pelo Tribunal de Contas a prestação de contas de 2021 no regime do SNC, nos termos da Instrução n.º 1/2019 -PG.

Relatório e Contas 2021

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





**Balço individual**

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-21	31-dez-20
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	383 083 553	408 935 865
Ativos intangíveis	8	44 244	139 047
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	4 880 495	4 420 702
Outros Investimentos Financeiros	13	27 973 085	27 903 237
		<b>415 981 377</b>	<b>441 398 851</b>
Ativo corrente			
Inventários	15	42 199 458	36 631 813
Clientes	16	10 960 096	3 954 383
Estado e outros entes públicos	17	5 889 848	7 546 508
Outros créditos a receber	18	7 393 704	6 811 745
Diferimentos	19	993 873	1 091 023
Ativos não correntes detidos para venda	10	2 274 859	2 702 526
Caixa e depósitos bancários	5	17 105 519	32 777 904
		<b>86 817 357</b>	<b>91 515 902</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>502 798 734</b>	<b>532 914 753</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio			
Capital subscrito	20	3 959 489 351	3 959 489 351
Reservas legais	21	24 703	24 703
Outras reservas	22	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	23	(5 924 128 913)	(5 828 729 654)
Ajust/out variações capital próprio	24	176 702 037	184 631 308
Resultado líquido do período		( 65 554 294)	( 95 399 259)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(1 852 160 466)</b>	<b>(1 778 676 901)</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	25	13 900 302	15 646 965
Financiamentos obtidos	26	247 403 908	380 550 150
		<b>261 304 210</b>	<b>396 197 115</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	28	34 950 492	7 292 799
Estado e outros entes públicos	17	1 984 137	340 563
Financiamentos obtidos	26	1 885 089 333	1 751 556 000
Outras dívidas a pagar	27	171 218 148	155 577 280
Diferimentos	19	412 880	627 897
		<b>2 093 654 990</b>	<b>1 915 394 539</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 354 959 200</b>	<b>2 311 591 654</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>502 798 734</b>	<b>532 914 753</b>

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

## Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	29	192 840 642	171 333 641
Subsídios à exploração	30	89 386 058	88 127 384
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12,31	2 439 788	1 186 780
Varição nos inventários da produção	32	( 824 703)	3 980 568
Trabalhos para a própria entidade	33	13 316 590	14 047 695
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	34	( 25 383 190)	( 22 695 541)
Fornecimentos e serviços externos	35	( 129 391 072)	( 131 145 167)
Gastos com o pessoal	36	( 145 772 520)	( 138 845 085)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	15	( 1 699 559)	( 4 919 449)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16,18	254 999	( 3 557 690)
Provisões (aumentos/reduções)	25	( 351 586)	( 48 724)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	37	1 462 230	3 485 991
Aumentos/reduções de justo valor	38	2 965	-
Outros rendimentos	39	24 041 740	21 463 935
Outros gastos	40	( 7 214 871)	( 8 227 654)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>13 107 511</b>	<b>( 5 813 316)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9,41	( 56 384 553)	( 59 211 388)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8,9,42	81 4 485	548 477
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 42 462 557)</b>	<b>( 64 476 227)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	43	9 078	11 539
Juros e gastos similares suportados	44	( 22 765 926)	( 30 622 456)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 65 219 405)</b>	<b>( 95 087 144)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14	( 334 889)	( 312 115)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 65 554 294)</b>	<b>( 95 399 259)</b>

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana CoelhoVice-Presidente - Eng.<sup>o</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.<sup>o</sup> Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período de 2021		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					(valores em euro)			
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total
NOTAS	DESCRÇÃO									
1	Posição no início do período de 2021	20 a 24	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 828 729 654)	184 631 308	(95 399 259)	(1 778 676 901)	(1 778 676 901)
	Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
	Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-
	Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
2	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(95 399 259)	(7 929 271)	95 399 259	(7 929 271)	(7 929 271)
3	Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(65 554 294)	(65 554 294)	(65 554 294)
4 = 2 + 3	Resultado integral		-	-	-	-	-	29 944 965	(73 483 565)	(73 483 565)
	O perécões com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
	Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
5	Posição no fim do período de 2021	3 = 1+2+3+4+5	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 924 128 813)	176 702 037	(65 554 294)	(1 852 160 466)	(1 852 160 466)

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período de 2020		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							(valores em euro)	
		NOTAS	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam
1	20 a 24	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 777 151 280)	1 95 235 424	( 51 578 374)	( 1 672 673 526)	-	( 1 672 673 526)
	Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	( 51 578 374)	( 10 604 116)	51 578 374	( 10 604 116)	-	( 10 604 116)
<b>2</b>		-	-	-	<b>( 51 578 374)</b>	<b>( 10 604 116)</b>	<b>51 578 374</b>	<b>( 10 604 116)</b>	-	<b>( 10 604 116)</b>
3		-	-	-	-	-	( 95 399 259)	( 95 399 259)	-	( 95 399 259)
<b>4 = 2 + 3</b>		-	-	-	-	-	<b>( 43 820 895)</b>	<b>( 106 003 375)</b>	-	<b>( 106 003 375)</b>
	Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5</b>		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Posição no fim do período de 2020	3 959 489 351	24 703	1 306 650	( 5 828 729 654)	1 94 631 308	( 95 399 259)	( 1 778 676 901)	-	( 1 778 676 901)

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administrador - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhão

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

## Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2021

(valores em euros)

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31-dez-21</b>	<b>31-dez-20</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	299 255 164	280 483 153
Pagamentos a fornecedores	( 159 574 263)	( 206 194 020)
Pagamentos ao pessoal	( 136 374 223)	( 132 879 854)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>3 306 678</b>	<b>( 58 590 721 )</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	( 247 367)	( 5 846)
Outros recebimentos/pagamentos	8 552 350	9 572 943
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>11 611 661</b>	<b>( 48 023 624 )</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	( 14 367 906)	( 7 610 563)
Investimentos financeiros	( 2 000 000)	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	295 200	-
Investimentos financeiros	829 150	30 000
Subsídios ao investimento	2 534 215	-
Juros e rendimentos similares	4 348	20 818
Dividendos	1 150 846	1 241 629
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>( 11 554 147 )</b>	<b>( 6 318 116 )</b>
Fluxos de caixa das atividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	156 333 333	136 700 000
Outras operações de financiamento	481 042	48 038
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	( 156 333 333)	( 71 693 333)
Juros e gastos similares	( 16 210 249)	( 16 654 345)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>( 15 729 207 )</b>	<b>48 400 360</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>( 15 671 693 )</b>	<b>( 6 941 380 )</b>
Efeito das diferenças de câmbio	( 692)	79
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>32 777 904</b>	<b>39 719 205</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>17 105 519</b>	<b>32 777 904</b>

\* O saldo inicial de caixa e bancos do período homólogo inclui o saldo proveniente da EMEF decorrente do processo de fusão a 01/01/2020 no valor de € 9.034.952,91.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>º</sup> Ana CoelhoVice-Presidente - Eng.<sup>º</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.<sup>º</sup> Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.<sup>º</sup> Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.<sup>º</sup> Pedro Manuel Franco Ribeiro

Relatório e Contas 2021

# ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## Identificação da entidade e período de relato (nota 1)

### Identificação da Entidade

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-lei n.º137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei nº 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei nº124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º174-B/2019, de 26 de dezembro<sup>7</sup>, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- o fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da entidade uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 7.

---

<sup>7</sup> A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

## Acesso à Infraestrutura

O estatuto do gestor da infraestrutura ferroviária, Infraestruturas de Portugal, S.A. (abreviadamente IP), consta do Decreto-lei n.º91/2015, de 29 de maio.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura ferroviária encontra-se atualmente vertida no Decreto-lei n.º217/2015, alterado pelo Decreto-lei n.º124-A/2018, de 31 de dezembro.

O artigo 10.º e seguintes regulam as regras de acesso à infraestrutura e aos serviços ferroviários.

Aí se prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 11.º-A do referido diploma deveria ser celebrado um contrato de acesso e utilização da infraestrutura entre a IP e a CP, o que até agora não aconteceu.

Essa circunstância não obsta a que sejam devidas pela CP ao gestor da infraestrutura taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização do pacote mínimo de acessos da infraestrutura ferroviária, o diploma prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais, acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2021, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e transportes excecionais e matérias perigosas. Ainda que a IP não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços de acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços, compreendem, utilização de estações e apeadeiros, disponibilização de instalações operacionais em estações,



disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações e fornecimento de Informações de natureza comercial. Estas instalações de serviços são geridas pela IP, nas quais podem ser prestados serviços a todas as empresas de transporte ferroviário que o solicitem, respeitando sempre o princípio da não discriminação.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

## Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951, a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única, outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-lei n.º38246, de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-lei n.º104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-lei n.º205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-lei n.º80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente, as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos comunitários n.º1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento comunitário n.º1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterado pelo Regulamento n.º2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, e o Decreto-lei n.º167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público, medida essa foi transposta pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, no que concerne a CP.

Efetivamente o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, estipulou que constitui serviço concessionado o serviço público de transporte ferroviário de passageiros no território nacional prestado pela CP, E. P. e, no que se refere às indemnizações compensatórias pela prossecução de obrigações de serviço público, seria aplicável o regime jurídico da concessão de subvenções públicas, previsto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 20 de agosto.

O Decreto-lei n.º124-A/2018, de 31 de dezembro, que procede a revisão do Decreto-lei 58/2018, de 26 de março, do Decreto-lei n.º137-A/2009, de 12 de junho, e do Decreto-lei n.º217-/2015, de 7 de outubro, estabelece: (i) as regras gerais aplicáveis a todos os operadores de transporte ferroviário de passageiros, (ii) altera o regime jurídico aplicável à CP, e (iii) revê o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária e acesso à atividade ferroviária, com vista ao reforço da independência do gestor de infraestrutura e à introdução dos mecanismos necessários para que a organização da rede ferroviária permita a exploração de serviços de acesso livre e de serviços prestados ao abrigo de um contrato de serviço público, procedendo:

- a) À transposição da Diretiva (UE) 2016/2370, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2012/34/UE no que respeita à abertura do mercado nacional de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária; e
- b) À conformação das normas legais nacionais ao Regulamento (UE) 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera o Regulamento (CE) n.º1370/2007 no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

A Resolução do Conselho de Ministros 188-A/2018, de 31 de dezembro, vem esclarecer a competência dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, com a faculdade de subdelegação, para aprovar a minuta do contrato de serviço público a celebrar com a CP, bem como autorizar a despesa com a respetiva indemnização compensatória a pagar pelo Estado nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2019.

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2021.

## Contrato de serviço público

A celebração de contrato de serviço público, no qual se definem as obrigações de serviço público no que concerne o transporte ferroviário de passageiros em território nacional, e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a CP, bem como as respetivas responsabilidades das partes, constituindo um procedimento previsto no Decreto-lei n.º558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º300/2007, de 23 de agosto, e entretanto revogados e substituídos pelo Decreto-lei n.º133/2013, de 3 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei n.º75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º42/2016, de 28 de dezembro. No artigo 39.º do Decreto-lei n.º133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios setoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-lei n.º137-A/2009, alterado pelo Decreto-lei n.º59/2012, de 14 de março, e pelo Decreto-lei n.º124-A/2018, de 31 de dezembro, veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, reconhecendo que a CP, E. P. E, é um operador interno do Estado, devendo a sua atividade de prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros ser enquadrada em contrato de serviço público, que deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público. Esse contrato é celebrado nos termos do Regulamento (CE) n.º1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e da Lei n.º52/2015, de 9 de junho, ambos na sua redação atual, e as disposições contratuais relativas à prestação de serviços públicos incluídas no contrato devem ser compatíveis com os objetivos estratégicos da política de transportes públicos.

Anteriormente, em 24 de março de 2011, a CP tinha celebrado com o Estado o contrato denominado "Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público", tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, sendo devidas à CP, enquanto não fosse formalizado novo contrato de serviço público, indemnizações compensatórias, que se destinavam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

Por isso as indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2019, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º156/2019, publicada em Diário da República n.º177/2019, Série I de 16 de setembro de 2019.

Finalmente, em cumprimento do referido Regulamento (CE) n.º1370/2007, na sua redação atual, e do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 20 de agosto, em 28 novembro de 2019 a CP celebrou com o Estado o contrato de serviço público respeitante ao transporte ferroviário nacional de passageiros, por um período de 10 anos (com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos, se entretanto se tiverem verificado as condições para o efeito), onde constam os serviços abrangidos, as obrigações de serviço público a que a CP está obrigada, a respetiva compensação, os direitos exclusivos e os indicadores operacionais quantificáveis de aferição de incumprimento.

O referido contrato de serviço público foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2021, tendo sido pagas à CP as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado, sem prejuízo de eventuais acertos que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas. As compensações financeiras associadas ao mesmo estão identificadas na nota 30 deste anexo.

## **Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)**

### **Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao período de 2021 foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme regime de exceção obtido junto do Tribunal de Contas, de acordo com o previsto no n.º 7 da sua Resolução n.º2/2021, de 24 de dezembro.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa no dia 21 de abril de 2022, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020.

## Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros materiais que afetem a comparação de valores entre os anos.

## Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória (nota 3)

A empresa efetuou a transição para as NCRF, em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para as NCRF.

## Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

### Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de alienação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, "Juízos de valor", "Principais pressupostos relativos ao futuro" e "Principais fontes de incerteza das estimativas" constantes desta nota.

## Políticas contabilísticas relevantes

### Ativos Intangíveis

#### Reconhecimento e valorização

Nem todos os itens intangíveis satisfazem a definição de um ativo intangível. Se um item intangível não satisfizer a definição de ativo intangível é reconhecido como gasto quando for incorrido.

Um ativo intangível é um ativo não monetário, sem substância física, que cumpre os seguintes critérios: identificabilidade, controlo sobre o recurso, e existência de benefícios económicos futuros. Adicionalmente o custo do ativo tem de ser fiavelmente mensurado, e tem de existir uma expectativa de utilização por mais do que um exercício económico.

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de novos programas informáticos é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do *software* para utilização. Encontram-se registados ao custo de aquisição e são capitalizados sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas habitualmente pelo método das quotas constantes, pelo período de 3 anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.

É provável que a maioria dos dispêndios subsequentes mantenham os futuros benefícios económicos esperados incorporados num ativo intangível existente. Portanto, apenas raramente os dispêndios subsequentes – dispêndios incorridos após o reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido ou após a conclusão de um ativo intangível gerado internamente – são reconhecidos na quantia escriturada de um ativo. Consistentemente, os dispêndios subsequentes com itens substancialmente semelhantes são reconhecidos como gastos quando incorridos. As despesas posteriores ao reconhecimento inicial não são adicionadas ao custo inicial do ativo intangível a não ser que seja provável que permitam ao ativo gerar fluxos de caixa superiores aos inicialmente previstos e essas despesas possam ser avaliadas e atribuídas ao ativo de uma forma fiável.

## Ativos fixos tangíveis

### Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou a sua capacidade produtiva ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os

critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida, de acordo com o previsto na NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

### **Ativos fixos tangíveis do Estado afetos às operações da CP e subsídios ao investimento**

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da *performance* económica da Entidade.

### **Despesas de manutenção e reparação**

#### **Material circulante:**

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, como componentes específicas do material circulante, e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e,
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

#### **Edifícios e instalações fixas:**

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com grandes intervenções que aumentam a vida útil ou a capacidade do ativo são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis são da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.



## Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

## Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança de que o subsídio será recebido e que a CP cumprirá com os requisitos exigidos para a sua atribuição. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

## **Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis**

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado pela aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

## **Imparidade**

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado para este material, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, se deve ter em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade para que o valor líquido de um ativo corresponda à estimativa do seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado de entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas**

### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

Considera-se que existe controlo sobre uma entidade quando se detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem detida seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurado o justo valor dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento, o qual é amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

## **Associadas**

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

## Outros Ativos/Passivos Financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

### Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros:
  - À vista ou com uma maturidade definida;
  - Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
  - Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
  
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
  - Não possam ser liquidados em base líquida,
  - Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
  - A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
  
- Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

## Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

## Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

## Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

## **Inventários**

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo. Periodicamente a empresa analisa estes ativos e sempre que estejam escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso, a empresa ajusta o seu valor reconhecendo uma imparidade.

## **Clientes e outros créditos a receber**

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço, as quais são registadas sempre que a dívida ultrapassa os 240 dias e não está coberta por garantias e/ou notas de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

## **Empréstimos e descobertos bancários**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;

- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de serem negociados;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço; e,
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente seja superior a um ano.

## **Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação**

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estejam disponíveis para venda imediata e que a sua venda seja muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor valor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de alienação.

## **Transações em moeda estrangeira**

### **Moeda Funcional e de apresentação**

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

## Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## Reconhecimento do rédito

Os rendimentos gerados pela CP decorrem essencialmente da prestação de serviços de transporte de passageiros, da venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário e da prestação de serviços de manutenção, deduzidos de descontos e deduções ao preço. O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Os serviços de transporte de passageiros prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os réditos decorrentes da atividade de transporte da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o serviço é prestado, ou seja, na data do início da viagem, e em que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

No que respeita a contratos de prestação de serviços de manutenção e reparação, o reconhecimento do rédito segue o previsto na NCRF 19 – Contratos de Construção.

Assim, quando o desfecho de um contrato pode ser estimado com fiabilidade, o rendimento e os gastos associados a esse contrato de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rendimento do contrato é reconhecido proporcionalmente aos gastos suportados no âmbito do mesmo, tendo por referência a proporção de trabalho concluído (fase de acabamento do contrato). Deste modo, a utilização deste método possibilita o relato do rendimento, dos gastos, e do resultado líquido que pode ser atribuído à proporção de trabalho concluído, fornecendo informação útil sobre a extensão da atividade e o grau de cumprimento do contrato no período em análise.



Para determinação da fase de acabamento do contrato é, designadamente, tida em consideração a proporção dos custos incorridos relativamente aos custos estimados totais para a execução do contrato.

Nos casos em que o desfecho de um contrato não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido apenas até ao ponto em que seja provável que os custos incorridos sejam recuperáveis, sendo os gastos reconhecidos no período em que são suportados.

Sempre que, face aos custos incorridos e a incorrer no âmbito de um contrato, seja previsível que o somatório destes exceda o total dos réditos reconhecidos e a reconhecer, é reconhecida uma perda nos resultados do período em que ela seja constatada, a título de provisão.

## **Reconhecimento de Gastos e Rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização das rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e da rubrica de diferimentos.

## **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

## **Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados**

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

## **Imposto sobre lucros**

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento no mesmo.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 2021, a empresa não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas de que o grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o RETGS (Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades), pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 14.

## **Ativos e passivos contingentes**

### **Ativos contingentes**

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando seja provável um influxo de benefícios económicos.

## Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - i. não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação; ou
  - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

## Locações

A CP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados pela CP à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

## Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 21 de abril de 2022, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 46.

## Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

## Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequada a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade, considerando os fatores adiante descritos:

- A assinatura do contrato de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, celebrado com o Estado Português, em 28 de novembro de 2019;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento; e
- Acresce ainda mencionar a relevância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa, e a relevância do transporte ferroviário de passageiros a nível europeu, sendo um fator vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar o apoio necessário à continuidade da CP.

## Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, são:

## Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

## Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber, face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## Inventários

A empresa compara semestralmente o valor realizável dos inventários, com o valor reconhecido nas contas da empresa, e sempre que necessário reconhece uma imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo o valor da imparidade apresentado como dedução ao ativo.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

- Materiais com aplicação em material circulante da CP

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

- Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

- Peças reparáveis “rotáveis”

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

- Restantes materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

Caso estes materiais sem rotatividade voltem a ter movimento a imparidade apenas é revertida no caso de o valor líquido do material ser negativo e até ao limite estritamente necessário para que o deixe de ser.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período.

## Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

## Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para os alienar. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e o montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados. Atualmente o valor do material circulante detido para venda está ajustado ao valor de sucata.

## Fluxo de Caixa (nota 5)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2021 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao período de 2021 evidencia fluxos de caixa das atividades operacionais negativos, e com um decréscimo, em cerca de 60,6 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo.

Esta situação resulta do efeito conjunto do aumento dos recebimentos de clientes (18,8 milhões de euros) em consequência do alívio das restrições provocadas pela pandemia do COVID 19, mas, essencialmente, do decréscimo dos pagamentos a fornecedores (46,6 milhões de euros), em resultado da reduzida liquidez da empresa, decorrente da situação de pandemia, a qual não foi ainda ultrapassada, e da ausência de autorização para utilização do saldo de gestão que transitou do ano 2020.

Ao nível dos fluxos de caixa das atividades de investimento, de salientar o aumento dos pagamentos de ativos fixos tangíveis (6,7 milhões de euros). Este facto resulta essencialmente do pagamento inicial previsto no contrato de aquisição de 22 automotoras no montante de 5,1 milhões de euros.

No que diz respeito às atividades de financiamento, de referir que os empréstimos contraídos se destinaram a substituir exclusivamente outros com vencimento no período. Salienta-se ainda o pagamento de juros, no decorrer do mês de março, no valor de 11,4 milhões de euros relativos ao empréstimo obrigacionista, assim como o pagamento, no mês de novembro, de juros e encargos, no montante de 3,9 milhões de euros, relativos ao empréstimo da *Eurofima*.

## Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Caixa	391 648	372 542
Depósitos bancários	16 713 871	32 405 362
<b>Sub total</b>	<b>17 105 519</b>	<b>32 777 904</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Total</b>	<b>17 105 519</b>	<b>32 777 904</b>

## Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Caixa		
Caixa central	178	49
Caixa pequena	2 600	2 600
FFC tesouraria	16 272	15 395
Caixa estações	367 598	349 498
Caixa MVAS	5 000	5 000
	<b>391 648</b>	<b>372 542</b>
Depósitos à ordem		
Banco Português de Investimento	932 594	841 298
Caixa Geral de Depósitos	751	965
Inst. Gestão Crédito Público	15 780 526	31 493 422
Millennium BCP	-	69 677
	<b>16 713 871</b>	<b>32 405 362</b>
<b>Sub total</b>	<b>17 105 519</b>	<b>32 777 904</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Total</b>	<b>17 105 519</b>	<b>32 777 904</b>

## Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.



## Partes Relacionadas (nota 7)

A CP realiza frequentemente operações com as suas empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a estrutura acionista da empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-dez-21	31-dez-20
CP CARGA, SA *	5%	5%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
OTLIS, ACE	0%	14%
SIMEF, ACE	51%	51%
NOMAD Tech	35%	35%

**\* conforme definido no acordo de venda da participada, mantendo a CP esta participação**

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	211 871	85 355
SAROS,Lda	8 301	2 700
ECOSAÚDE, SA	28 241	19 007
Associadas		
TIP, ACE	6 483 368	6 140 899
OTLIS, ACE	-	2 238 043
SIMEF, ACE	3 567 197	2 723 208
NOMAD TECH, LDA	70 684	-
<b>Total</b>	<b>10 369 662</b>	<b>11 209 212</b>
Gastos		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	( 595 093)	( 415 180)
ECOSAÚDE, SA	(1 529 554)	(1 036 854)
Associadas		
TIP, ACE	( 335 937)	( 362 191)
OTLIS, ACE	-	( 66 106)
SIMEF, ACE	(5 107 915)	(5 086 270)
NOMAD TECH, LDA	( 786 141)	( 897 689)
<b>Total</b>	<b>(8 354 640)</b>	<b>(7 864 290)</b>

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Investimento		
Associadas		
NOMAD TECH, LDA	2 337 344	(1 970 886)
<b>Total</b>	<b>2 307 344</b>	<b>(1 970 886)</b>

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-21</b>	<b>31-dez-20</b>
Ativos		
Investimento		
Subsidiárias		
ECOSAÚDE, SA	204 480	234 480
Clientes e out. contas receber		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	146 388	48 831
SAROS,Lda	277	632
ECOSAÚDE, SA	1 880	21
Associadas		
TIP, ACE	383 931	235 046
SIMEF, ACE	226 550	61 659
NOMAD TECH, LDA	290 187	277 460
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	( 302 895)	( 61 331)
ECOSAÚDE, SA	( 2 402)	( 20 834)
Associadas		
TIP, ACE	( 295 271)	( 392 310)
OTLIS, ACE	-	( 856 610)
SIMEF, ACE	( 496 804)	-
NOMAD TECH, LDA	(1 360 502)	( 341 506)
<b>Total Ativo + Passivo</b>	<b>(1 204 181)</b>	<b>( 814 462)</b>

## Ativos Intangíveis (nota 8)

No final do ano 2021 a CP apresentava um ativo fixo intangível organizado por classes, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Programas de computador e sistemas de informação	159 670	517 791
<b>Sub-total</b>	<b>159 670</b>	<b>517 791</b>
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	81 406	83 600
Amortização acumulada de períodos anteriores	<b>378 744</b>	<b>295 144</b>
Amortização acumulada dos bens abatidos no período	<b>( 344 724)</b>	-
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>115 426</b>	<b>378 744</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>44 244</b>	<b>139 047</b>

Descrição	(valores em euros)							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Programas de computador e sistemas de informação	517 791	-	-	-	( 375 891)	-	17 770	159 670
	<b>517 791</b>	-	-	-	<b>( 375 891)</b>	-	<b>17 770</b>	<b>159 670</b>
Amortização acumulada e imparidade:								
Programas de computador e sistemas de informação	378 744	81 406	-	-	( 344 724)	-	-	115 426
	<b>378 744</b>	<b>81 406</b>	-	-	<b>( 344 724)</b>	-	-	<b>115 426</b>
<b>Total</b>	<b>139 047</b>	<b>81 406</b>	-	-	<b>( 31 187)</b>	-	<b>17 770</b>	<b>44 244</b>

A redução do ativo intangível em 2021, diz respeito essencialmente a abate de ativo parcialmente amortizado, por substituição do programa informático em uso.

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista sempre que se justifique, em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

## Ativos Fixos Tangíveis (nota 9)

No final do ano de 2021 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	20 533 661
Edifícios e outras construções	97 618 874	96 702 034
Equipamento básico	<b>1 503 759 617</b>	<b>1 480 470 930</b>
Equipamento de transporte	3 169 581	3 003 692
Equipamento administrativo	27 514 086	27 394 668
Outros ativos fixos tangíveis	44 084 497	63 129 178
Investimentos em curso	17 147 051	7 696 160
Adiantamentos por conta de investimentos	5 279 520	313 973
<b>Sub-total</b>	<b>1 719 106 887</b>	<b>1 699 244 296</b>
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	56 303 147	59 127 788
Depreciação acumulada de períodos anteriores	<b>1 286 677 324</b>	<b>1 194 190 511</b>
Depreciação acumulada dos bens abatidos e transferidos no período	(9 773 759)	33 359 025
Perdas por imparidade do período	<b>( 81 4 485)</b>	<b>( 548 477)</b>
Perdas por imparidade de períodos anteriores	3 631 107	4 179 584
<b>Sub-total</b>	<b>1 336 023 334</b>	<b>1 290 308 431</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>383 083 553</b>	<b>408 935 865</b>

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 4.

A reversão das perdas de imparidade registadas no período decorre do ajustamento do valor contabilístico ao valor recuperável.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2021 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda			Outras regularizações	Saldo final
				Abates	Transferências			
Valor bruto:								
Terenos e recursos naturais	20 533 661	-	-	-	-	-	-	20 533 661
Edifícios e outras construções	96 702 034	-	-	-	-	916 840	-	97 618 874
Equipamento básico	<b>1 480 470 930</b>	584 132	-	-	(134 967)	13 261 810	941 551	<b>1 503 759 617</b>
Equipamento de transporte	3 003 692	182 088	-	-	(16 198)	-	-	3 169 582
Equipamento administrativo	27 394 668	213 614	-	-	(304 914)	210 718	-	27 514 086
Outros ativos fixos tangíveis	63 129 178	105 696	-	-	(17 415 560)	(673 506)	(1 061 313)	44 084 496
Investimentos em curso	7 696 160	23 192 274	-	-	(7 750)	(13 715 863)	(17 770)	17 147 051
Adiantamentos por conta de investimentos	313 973	4 965 547	-	-	-	-	-	5 279 520
	<b>1 699 244 296</b>	<b>29 243 351</b>	-	-	<b>(17 879 369)</b>	-	<b>(1 137 532)</b>	<b>1 719 106 887</b>
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	51 403 676	2 771 901	-	-	-	-	-	54 175 577
Equipamento básico	<b>1 156 889 673</b>	50 011 992	-	-	(134 967)	58 311	536 053	<b>1 214 182 846</b>
Equipamento de transporte	2 909 180	31 352	-	-	(16 198)	-	-	2 924 334
Equipamento administrativo	25 039 801	1 408 064	-	-	(304 840)	(58 311)	-	28 084 714
Outros ativos fixos tangíveis	50 434 994	2 079 838	-	-	(16 019 775)	-	(655 816)	35 839 241
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. -Equipam. Básico	3 631 107	(814 485)	-	-	-	-	-	2 816 622
	<b>1 290 308 431</b>	<b>55 488 662</b>	-	-	<b>(16 475 760)</b>	-	<b>(1 119 763)</b>	<b>1 336 023 334</b>
<b>Total</b>	<b>408 935 865</b>	<b>(26 245 311)</b>	-	-	<b>(1 403 609)</b>	-	<b>(17 769)</b>	<b>363 083 553</b>

Os investimentos mais significativos realizados no ano de 2021, respeitam essencialmente a grandes reparações periódicas de material circulante do tipo R2 que cumprem os critérios de reconhecimento como ativo fixo tangível.

De salientar também a recuperação de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda e que por estar em condições de voltar ao serviço comercial, foi transferido para ativos fixos tangíveis, num valor de cerca de 1,8 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2021 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da *Eurofima*:

	(valores em euros)
Descrição	V.contabilístico
Automotoras	95 125 587
<b>Total</b>	<b>95 125 587</b>

## Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 10)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente a empresa reavalia a situação destes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

O quadro seguinte resume, por classe e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	2 015 459	2 443 126
<b>Total</b>	<b>2 274 859</b>	<b>2 702 526</b>

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Edifícios e outras construções	175 369	-	-	-	-	-	-	175 369
Equipamento básico	2 443 126	-	( 38 239)	( 389 429)	-	-	-	2 015 459
<b>Total</b>	<b>2 702 526</b>	<b>-</b>	<b>( 38 239)</b>	<b>( 389 429)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 274 859</b>

## Locações (nota 11)

Os contratos de locação em vigor são classificados como operacionais e detalham-se nos mapas seguintes:

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Viaturas Leaseplan	773 606	98 348	-	159 257	-	193 875	128 251	-	322 126
Viaturas Kinto-Mobility	331 888	66 369	-	181 059	-	36 341	11 777	-	48 118
Viaturas Locarent	178 822	39 066	-	139 756	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 284 316</b>	<b>203 783</b>	<b>-</b>	<b>480 072</b>	<b>-</b>	<b>230 216</b>	<b>140 028</b>	<b>-</b>	<b>370 244</b>

Os contratos identificados, dizem respeito a viaturas ligeiras de passageiros. A grande maioria dos contratos tem um período de vigência entre os 3 e os 4 anos.

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
automotoras	67 243 259	6 998 890	-	42 155 826	-	5 606 366	11 071 515	-	16 677 882

O contrato identificado respeita a automotoras e tem período de vigência até 2025.

(valores em euros)									
BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
espaço oficial	18 065 234	339 201	-	5 514 783	-	339 201	1 686 007	10 176 041	12 211 249

O contrato identificado transitou com a operação de Fusão com a EMEF e tem período de vigência até 2056.

## Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 12)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)							
Descrição	Tipo	31-dez-21			31-dez-20		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SAROS, SA	Investimento	420 064	-	420 064	465 306	-	465 306
FERNAVE, SA	Investimento	889 638	-	889 638	524 736	-	524 736
ECOSAÚDE, SA	Investimento	120 140	-	120 140	5 477	-	5 477
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	204 480	-	204 480	234 480	-	234 480
OTLIS, ACE	Investimento	-	-	-	342 236	-	342 236
TIP, ACE	Investimento	1 522 356	-	1 522 356	1 359 611	-	1 359 611
SIMEF, ACE	Investimento	475 189	-	475 189	419 904	-	419 904
Nomad Tech, Lda.	Investimento	1 248 628	-	1 248 628	1 068 952	-	1 068 952
<b>Total</b>		<b>4 880 495</b>	<b>-</b>	<b>4 880 495</b>	<b>4 420 702</b>	<b>-</b>	<b>4 420 702</b>

Em 2021 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)						
	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
SAROS, SA	465 306	-	-	343 646	( 388 888)	420 064
FERNAVE, SA	524 736	-	-	364 902	-	889 638
ECOSAÚDE, SA	239 957	-	-	114 663	( 30 000)	324 620
OTLIS, ACE	342 236	-	-	-	( 342 236)	-
TIP, ACE	1 359 611	-	-	162 745	-	1 522 356
SIMEF, ACE	419 904	-	-	475 043	( 419 758)	475 189
Nomad Tech, Lda.	1 068 952	-	-	179 676	-	1 248 628
<b>Sub-total</b>	<b>4 420 702</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 640 675</b>	<b>( 1 180 882)</b>	<b>4 880 495</b>
Imparidade	-	-	-	-	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>4 420 702</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 640 675</b>	<b>( 1 180 882)</b>	<b>4 880 495</b>



Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, o acréscimo da rubrica de participações financeiras, deve-se essencialmente à integração dos resultados positivos da totalidade das empresas do grupo. Em 2021, de referir ainda a concretização da liquidação da participação na Otlis por acordo de transferência de património global formalizado entre os Membros da Otlis e os Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML).

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)							
Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SAROS, SA	100	31-dez-21	506 756	86 692	420 064	496 398	343 646
FERNAVE, SA	100	31-dez-21	1 262 309	372 671	889 638	1 359 917	364 902
ECOSAÚDE, SA	100	31-dez-21	837 605	717 465	120 140	2 898 743	114 663
SIMEF, ACE	51	31-dez-21	9 677 717	8 746 972	931 745	13 084 201	931 745
Nomad Tech, Lda.	35	31-dez-21	5 859 571	2 292 064	3 567 507	2 252 326	( 358 763)
TIP, ACE	33	31-dez-21	20 352 729	15 785 664	4 567 065	4 837 606	9 130

## Outros Investimentos Financeiros (nota 13)

A CP detém participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)							
Descrição	Método	31-dez-21			31-dez-20		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	( 80 000)	-	80 000	( 80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	( 12 721)	-	12 721	( 12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	( 249 399)	-	249 399	( 249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	( 382 269)	-	382 269	( 382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	Custo de aquisição	2 500	( 2 500)	-	2 500	( 2 500)	-
Centro de Competências Ferroviário	Custo de aquisição	2 000 000	(2 000 000)	-	-	-	-
Fundo Compensação Trabalho	Custo de aquisição	207 351	-	207 351	137 503	-	137 503
		<b>30 699 974</b>	<b>(2 728 889)</b>	<b>27 973 085</b>	<b>28 630 126</b>	<b>( 728 889)</b>	<b>27 903 237</b>

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários Estados-Membros Europeus

signatários. Os estatutos da *Eurofima* determinavam que a “Convenção” teria uma duração de 50 anos. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados-Membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da *Eurofima* corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da *Eurofima*, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2021 é analisado no quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2 500	-	-	-	-	2 500
Centro de Competências Ferroviário	-	2 000 000	-	-	-	2 000 000
Fundo Compensação Trabalho	137 503	66 883	-	2 965	-	207 351
	<b>28 630 126</b>	<b>2 066 883</b>	-	<b>2 965</b>	-	<b>30 699 974</b>
Imparidade						
CP Carga, SA	( 80 000)	-	-	-	-	( 80 000)
MLM, SA	( 12 721)	-	-	-	-	( 12 721)
METRO DO PORTO, SA	( 249 399)	-	-	-	-	( 249 399)
ICF	( 382 269)	-	-	-	-	( 382 269)
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	( 2 500)	-	-	-	-	( 2 500)
Centro de Competências Ferroviário	-	(2 000 000)	-	-	-	(2 000 000)
	<b>( 726 889)</b>	<b>( 2 000 000)</b>	-	-	-	<b>( 2 726 889)</b>
<b>Total</b>	<b>27 903 237</b>	<b>66 883</b>	-	<b>2 965</b>	-	<b>27 973 085</b>

A principal alteração nesta rubrica no decorrer do ano de 2021, diz respeito à participação da CP na nova entidade Centro de Competências Ferroviário. Os restantes movimentos são representativos dos descontos impostos por lei para o fundo de compensação do trabalho, e respetiva valorização, por via dos novos contratos de trabalho celebrados pela empresa.

## Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A..

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera significativamente a forma de financiamento do serviço público de transporte, e o mesmo ter sido aprovado pelo

Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2020, tendo a CP durante os anos de 2020 e 2021 recebido as compensações que lhe eram devidas ao abrigo deste contrato, por força do impacto da pandemia (COVID-19) nas contas da Empresa, não se vislumbra que num futuro próximo o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados. Por esta razão, a CP não contabiliza ativos por impostos diferidos (diferenças temporárias dedutíveis) relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões.

No final de 2021, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 312,1 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2021 e 2032.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos (diferenças temporárias tributáveis) relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar com a tributação autónoma.

## Inventários (nota 15)

Em 31 de dezembro de 2021 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Mercadorias	138 575	188 242
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	53 638 212	47 996 886
Produtos acabados e intermedios*	3 826 473	3 935 107
Produtos e trabalhos em curso	2 577 525	793 346
	<b>60 180 785</b>	<b>52 913 581</b>
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(1 699 559)	(4 919 449)
Imparidades de períodos anteriores	(16 281 768)	(11 362 319)
	<b>( 17 981 327)</b>	<b>( 16 281 768)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>42 199 458</b>	<b>36 631 813</b>

\*fabricos internos e rotaveis

No que respeita às imparidades de inventários, verifica-se uma diminuição nas imparidades constituídas no ano, em cerca de 3,2 milhões de euros face ao ano anterior. Este facto deve-se por um lado ao ajustamento decorrente da uniformização dos critérios de avaliação de imparidade realizado em janeiro de 2020 (quando foi realizada a fusão com a EMEF), que levou a um aumento das imparidades constituídas nesse ano, mas também, a reduções, em 2021, de inventários em armazém que se encontravam em imparidade.

De referir, no que respeita ao controlo do valor dos inventários, que a empresa procede a uma avaliação semestral da necessidade de ajustamento do seu valor, o que se reflete nas imparidades constituídas em conformidade.

Os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários nessa avaliação semestral, encontram-se documentados na nota 4.

Tendo em consideração a aplicação desses critérios, foi reconhecida, em 2021, uma perda por imparidade de cerca de 1,7 milhões de euros tal como identificado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	15 764 659	1 860 265	310 274	-	17 314 650
Produtos acabados e intermédios	517 109	250 614	101 046	-	666 677
Fabricos	300 716	22 204	-	-	322 920
Rotaveis	216 393	228 410	101 046	-	343 757
<b>Total</b>	<b>16 281 768</b>	<b>2 110 879</b>	<b>411 320</b>	<b>-</b>	<b>17 981 327</b>

## Clientes (nota 16)

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Gerais	10 245 651	3 535 304
Empresas associadas	383 931	235 046
Empreendimentos conjuntos	329 530	183 932
Outras partes relacionadas	984	101
Clientes - cobrança duvidosa	5 489 363	6 193 869
<b>Sub-total</b>	<b>16 449 459</b>	<b>10 148 252</b>
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	704 506	(3 493 095)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(6 193 869)	(2 700 774)
<b>Sub-total</b>	<b>( 5 489 363)</b>	<b>( 6 193 869)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>10 960 096</b>	<b>3 954 383</b>

Em 2021, a rubrica de clientes apresenta um aumento face ao período homólogo na ordem dos 7 milhões de euros. Este facto é explicado pelo aumento da dívida de clientes, essencialmente dos montantes atribuídos pela TML relativos aos meses de junho e julho de 2021, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes (PART) os quais foram recebidos em janeiro de 2022 (ver complemento na nota 29).

A variação das imparidades constituídas é evidenciada no quadro seguinte:

(valores em euros)					
Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Clientes gerais	6 193 869	-	( 509 549)	( 194 957)	5 489 363
<b>Total</b>	<b>6 193 869</b>	<b>-</b>	<b>( 509 549)</b>	<b>( 194 957)</b>	<b>5 489 363</b>

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como se segue:

(valores em euros)				
Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	9 976 579	246 536	22 536	-
Empresas associadas	364 894	19 037	-	-
Empreendimentos conjuntos	273 003	-	-	56 527
Outras partes relacionadas	984	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10 615 460</b>	<b>265 573</b>	<b>22 536</b>	<b>56 527</b>

## Estado e Outros Entes Públicos (nota 17)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-21	31-dez-20
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	214 947	238 963
Pagamento especial por conta	167 451	167 451
Imposto retido na fonte	47 496	59 275
Imposto retido na fonte-Dependente	-	12 237
IVA	5 441 013	7 134 218
IVA a recuperar	5 441 013	7 134 218
Outros Impostos	233 888	173 327
Contribuições Seg Social CNP	233 888	173 281
DGI-FCT	-	46
<b>Total</b>	<b>5 889 848</b>	<b>7 546 508</b>
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	1 976 469	334 404
Imposto sobre o rendimento	334 889	312 115
Retenções de imposto sobre o rendimento	1 641 580	22 289
Outros Impostos	7 668	6 159
Contribuição p/Seg. Social	37	-
Outras Tributações	7 631	6 159
<b>Total</b>	<b>1 984 137</b>	<b>340 563</b>

Em 2021 verificou-se um decréscimo na rubrica "IVA a recuperar" motivado pelo facto de à data de 31/12/2021 existir apenas um mês com imposto a recuperar, quando no ano transato existiam dois meses.

De salientar também que, no que diz respeito ao passivo, nomeadamente nas retenções de imposto sobre o rendimento, o incremento verificado em 2021, ficou a dever-se ao facto de não terem sido pagas as retenções na fonte do trabalho dependente no próprio mês de dezembro, ao contrário do que sucedeu em 2020, em que estas retenções foram ainda liquidadas no próprio ano.

## Outros créditos a receber (nota 18)

A rubrica de outros créditos a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	634 869	678 939
Fornecedores c/c - saldos devedores	52 206	33 100
Outros devedores - pessoal	113 028	98 268
D.diversos - c/c	1 452 019	3 732 969
D.diversos - cobrança duvidosa	5 826 096	4 585 177
C. diversos - saldos devedores	295 945	202 995
C.div.-dep. cauções prestadas	233 907	227 758
C.div.-IVA-operações a regularizar	9 595	51 317
D/C.- div. - faturação a emitir	190 300	196 941
C.div.-ODC-cartão galp frota/via verde	( 2 690)	( 4 866)
Out C.Rec/Pag - depósitos por regularizar	-	( 715)
ODC - unidades de negócio/outros	65 393	90 550
Devedores por acréscimos de receitas	4 349 132	1 504 489
<b>Sub-total</b>	<b>13 219 800</b>	<b>11 396 922</b>
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - out. div. terceiros	( 1 240 919)	( 64 595)
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	( 4 585 177)	(4 520 582)
<b>Sub-total</b>	<b>( 5 826 096)</b>	<b>( 4 585 177)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>7 393 704</b>	<b>6 811 745</b>

De referir o acréscimo que se regista na rubrica de "Devedores por acréscimos de receitas", em resultado essencialmente da especialização do rendimento relativo à receita do PART respeitante ao mês de agosto de 2021, o qual irá ser faturado e efetivamente recebido durante o 1º trimestre de 2022.

Por outro lado, verifica-se uma redução face ao ano transato, na rubrica "D.diversos - c/c" que é originada pelo registo em 2020 da faturação pendente de pagamento relativa à prestação de serviços do Comboio Socorro.

(valores em euros)

<b>Descrição</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Perdas</b>	<b>Utilização</b>	<b>Transferência</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo final</b>
Perdas por imparidade						
Outras dívidas de terceiros	4 585 177	-	( 117 160)	1 418 121	( 60 042)	5 826 096
<b>Total</b>	<b>4 585 177</b>	<b>-</b>	<b>( 117 160)</b>	<b>1 418 121</b>	<b>( 60 042)</b>	<b>5 826 096</b>

O montante referente a "Transferências" resulta de uma reclassificação da conta de provisões relativa a um valor transitado aquando da fusão da EMEF com a CP

## Diferimentos (nota 19)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-21</b>	<b>31-dez-20</b>
<b>Ativo</b>		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	993 873	1 091 023
<b>Total</b>	<b>993 873</b>	<b>1 091 023</b>
<b>Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim.-rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	412 880	627 897
<b>Total</b>	<b>412 880</b>	<b>627 897</b>

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos prémios de seguro faturados e pagos, no final do ano, de forma a garantir a efetividade dos seguros a vigorar no 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica, respeitam aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, multiriscos e de responsabilidade civil.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e reparação de material circulante, concretamente a faturação por conta de trabalhos a realizar emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

## Capital Subscrito (nota 20)

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado Português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital da CP tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do ano de 2021 não existiram operações de aumento de capital, apresentando a empresa com referência a 31 de dezembro de 2021 um capital de 3.959.489.351 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

## Reservas Legais (nota 21)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

## Outras Reservas (nota 22)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## Resultados Transitados (nota 23)

Nesta rubrica, encontram-se registadas as seguintes operações:



- A empresa tem procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para resultados transitados;
- Em outubro de 2019, foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, e realizado pelo Estado Português, uma operação de entrada de capital em numerário, no valor de 518,6 milhões de euros, para cobertura de resultados transitados negativos. Este valor foi utilizado integralmente para reembolso do empréstimo obrigacionista e dos respetivos encargos financeiros, com vencimento no mesmo mês;
- Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, encontra-se registado nesta rubrica o saldo de excedentes de revalorização, sendo explicado, de seguida, a forma como se procedeu à reavaliação dos ativos.

## Material circulante

A empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível. A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as depreciações correspondentes ao ano de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º338/95, de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04, quer aos valores do ativo fixo tangível, quer às respetivas depreciações acumuladas.

No ano de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível registado na rubrica de equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do Decreto-lei n.º31/98, de 11 de fevereiro.

## Outros ativos fixos tangíveis

No ano de 1999, a empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contabilizados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esta reavaliação livre permitiu que os ativos ficassem valorizados ao preço de mercado, com as respetivas depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada. Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico.

## Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Subsídios	85 212 029	93 141 300
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
<b>Total</b>	<b>176 702 037</b>	<b>184 631 308</b>

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca, no montante de 97.975.959 euros e, à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado, no montante de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do ano, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Fundo Ambiental _ Aquí. 12 Auto. BiM odo e 10 Elec	5 956 145	4 565 785
Subsídios PIDDAC	32 851 630	36 597 995
Subsídios FEDER	44 599 600	49 883 677
Subsídios IGCP	1 576 939	1 709 548
Outros subsídios (inclui CEF)	227 715	384 295
<b>Total</b>	<b>85 212 029</b>	<b>93 141 300</b>

## Provisões (nota 25)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

	(valores em euros)				
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 581 658	273 235	-	-	1 854 893
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	9 324 314	-	( 680 127)	( 865 918)	7 778 269
Acidentes ferroviários	2 742 861	-	-	( 118 170)	2 624 691
Investimentos financeiros	1	-	( 1)	-	-
Outras	1 998 131	1 062 439	(1 418 121)	-	1 642 449
<b>Total</b>	<b>15 646 965</b>	<b>1 335 674</b>	<b>(2 098 249)</b>	<b>( 984 088)</b>	<b>13 900 302</b>

As variações registadas na rúbrica de provisões, no decorrer do período de 2021, decorrem essencialmente da estimativa de desfecho dos processos judiciais em curso e de acidentes ferroviários, da provisão para outras contingências, e da avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho.

Tal como já referido na nota 18, o montante identificado na coluna "Utilizações" relativo à rubrica "Outras", resulta de uma reclassificação da conta de provisões para a conta de perdas por imparidade, de dívida de terceiro, referente a um valor transitado aquando da fusão da EMEF com a CP.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2021, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de desconto:** 1,0%.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,0%.

**Tábuas de Mortalidade:** Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** Pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de dezembro de 2021.

## Financiamentos Obtidos (nota 26)

No final do período de 2021 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Não corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	-	32 533 333
Empréstimos por obrigações	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	(4 596 092)	(4 983 183)
O utros financiadores	52 000 000	153 000 000
<b>Total</b>	<b>247 403 908</b>	<b>380 550 150</b>
Corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	-	23 800 000
O utros financiadores	1 885 089 333	1 727 756 000
<b>Total</b>	<b>1 885 089 333</b>	<b>1 751 556 000</b>
<b>Total financiamentos</b>	<b>2 132 493 241</b>	<b>2 132 106 150</b>

Em 2021 e com esforço significativo na gestão da liquidez, foi possível manter praticamente inalterado o valor total dos financiamentos da empresa.

Em 2021, foram contratados três empréstimos com a DGTF, num total de 156,3 milhões de euros, por forma a assegurar a amortização de financiamentos da *Eurofima*, no valor de 100 milhões de euros (que se venceram em julho), e de financiamentos do BEI, num total de 56,3 milhões de euros (23,8 milhões de euros que se venceram em setembro, e o reembolso antecipado do valor remanescente dos financiamentos do BEI, num total de 32,5 milhões de euros, em 15 de dezembro, data de vencimento de juros). Adicionalmente, foi prorrogado para 2022 o vencimento dos empréstimos celebrados com a DGTF previstos amortizar em 2021. Estas operações foram viabilizadas por autorização da Tutela.

Apesar dos financiamentos e prorrogações de prazo concedidos pela DGTF terem resolvido as necessidades mais prementes no que respeita à amortização dos empréstimos com vencimento no período, a CP continua a aguardar decisão formal do Estado no que respeita ao saneamento financeiro da empresa.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	-	23 800 000
De 1 a 5 anos	-	32 533 333
A mais de 5 anos	-	-
Empréstimos por obrigações		
Até 1 ano	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	-
De 1 a 5 anos	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	-
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(4 596 092)	(4 983 183)
Outros financiadores		
Até 1 ano	1 885 089 333	1 727 756 000
De 1 a 5 anos	52 000 000	153 000 000
A mais de 5 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>2 132 493 241</b>	<b>2 132 106 150</b>

À data de 31 de dezembro de 2021, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como se segue:

Descrição	(valores em euros)					
	2022	2023	2024	2025	2026 e seguintes	Total
Financiamentos obtidos						
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-	-
Empréstimos por obrigações	-	-	-	-	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	-	-	-	(4 596 092)	(4 596 092)
Outros financiadores	1 885 089 333	51 000 000	1 000 000	-	-	1 937 089 333
<b>Total</b>	<b>1 885 089 333</b>	<b>51 000 000</b>	<b>1 000 000</b>	<b>-</b>	<b>195 403 908</b>	<b>2 132 493 241</b>

## Outras dívidas a Pagar (nota 27)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Corrente		
Fornecedores de investimentos	3 456 217	644 917
Credores por subscrições não liberadas	40 195 026	38 439 256
Outros credores	3 902 268	1 631 048
Credores por acréscimo de gastos	123 569 947	114 709 269
Pessoal	39 662	60 130
Adiantamentos de clientes	55 028	92 660
<b>Total</b>	<b>171 218 148</b>	<b>155 577 280</b>

Esta rubrica apresenta um acréscimo significativo face ao ano anterior de 15,6 milhões de euros, com um aumento mais expressivo nos saldos de credores por acréscimo de gastos (8,9 milhões de euros), justificado essencialmente pelo incremento nos valores especializados com juros de financiamentos a liquidar.

Relativamente ao saldo dos outros credores destaca-se a dívida no final de 2021 com a empresa Infraestruturas de Portugal.

Para o saldo dos fornecedores de investimento contribui a faturação recebida e contabilizada na 2ª quinzena de dezembro de 2021, referente a investimentos diversos com equipamentos oficinais e de aplicação em material circulante.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada *Eurofima* conforme já identificado na nota 13.

## Fornecedores (nota 28)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-21	31-dez-20
Fornecedores c/c		
Gerais	33 657 309	6 037 744
Empresas subsidiárias	302 895	61 331
Empresas associadas	295 272	283 209
Empreendimentos conjuntos	6 887	34 155
Outras partes relacionadas	206 769	74 190
Retenção de garantia	32 814	82 565
Facturas em receção e conferência	448 546	719 605
	<b>34 950 492</b>	<b>7 292 799</b>

O aumento que se observa no saldo da rubrica de fornecedores, em 27,7 milhões de euros, respeita essencialmente a faturação da empresa Infraestruturas de Portugal relativa ao último trimestre de 2021, que não foi paga durante o ano, ao contrário do verificado no ano anterior. De salientar, no entanto, o aumento generalizado dos saldos em dívida a fornecedores em resultado dos fortes constrangimentos financeiros e orçamentais a que a empresa esteve sujeita em 2021.

## Vendas e Serviços Prestados (nota 29)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Vendas e Serviços prestados		
Vendas	2 055	-
Passageiros líquido de descontos e abatimentos em vendas	171 571 875	150 653 326
Manutenção e aluguer de material circulante	17 796 768	16 836 410
Outros Serviços	3 469 944	3 843 905
<b>Total</b>	<b>192 840 642</b>	<b>171 333 641</b>

Destacamos o aumento registado na prestação de serviços de transporte de passageiros, em cerca de 20,9 milhões de euros, em resultado do alívio das medidas restritivas impostas em consequência do COVID 19.

É ainda de realçar o acréscimo dos rendimentos dos serviços de manutenção de material circulante, em cerca de 1 milhão de euros, destacando-se o contributo da reparação de rotáveis.

De acordo com o Despacho nº 3515-A de 2021, foram efetuadas pelos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) e pela Área Metropolitana do Porto (AMP), candidaturas para o PART referentes ao 2º semestre de 2021, as quais aguardam uma tomada de decisão, não sendo garantida a sua autorização, motivo pelo qual não se encontram reconhecidos nas contas da empresa os respetivos valores.

## Subsídios à Exploração (nota 30)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos períodos de 2021 e 2020:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Subsídios diversos		
Contrato de serviço público	89 384 377	88 101 529
Subsídios Shift2Rail	1 681	25 855
<b>Total</b>	<b>89 386 058</b>	<b>88 127 384</b>

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2021. Decorrente desta formalização, foram pagas à CP, em 2021, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado, sem prejuízo de eventuais acertos futuros que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

## Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 31)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 640 675	995 201
Outros	799 113	191 579
<b>Total</b>	<b>2 439 788</b>	<b>1 186 780</b>



O aumento verificado nos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da melhoria dos resultados individuais das suas participadas SIMEF, Fernave e Saros, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação detida naquelas entidades.

## Variação da Produção (nota 32)

	(valores em euros)	
	2021	2020
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios	3 826 472	3 935 106
Fabricos internos	698 786	698 291
Reparação de Rotáveis	3 127 686	3 236 815
Produtos e trabalhos em curso	2 577 525	793 346
<b>Reclassificação e regularização de inventários</b>		
Produtos acabados e intermédios	2 500 248	( 152)
Fabricos internos	( 52)	( 84)
Reparação de Rotáveis	2 500 300	( 68)
Produtos e trabalhos em curso	-	-
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios	3 935 106	748 036
Fabricos internos	698 291	748 036
Reparação de Rotáveis	3 236 815	-
Produtos e trabalhos em curso	793 346	-
	<b>( 824 703)</b>	<b>3 980 568</b>

Esta rubrica apresenta uma variação de 4,8 milhões de euros, em resultado dos consumos ocorridos terem superado a produção efetuada. De notar ainda, que pelo facto da atividade de manutenção e reparação ter sido integrada na CP, apenas em 2020, o saldo dos inventários finais nesse ano representa toda a atividade do ano, amplificando o saldo final de 2020.

## Trabalhos para a própria entidade (nota 33)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2021	2020
Ativos fixos tangíveis	13 316 590	14 047 695
<b>Total</b>	<b>13 316 590</b>	<b>14 047 695</b>

## Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Mercadorias	( 46 953)	( 316)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(25 336 237)	(22 695 225)
<b>Total</b>	<b>(25 383 190)</b>	<b>(22 695 541)</b>

De relevar o aumento do gasto com consumo de combustível, em cerca de 1 milhão de euros, que se deve em grande medida ao aumento das prestações de serviço de transporte ferroviário de passageiros, resultante da retoma da atividade após redução das restrições decorrentes da pandemia COVID 19.

## Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Subcontratos:		
Limpeza instalações	(1 362 828)	( 866 561)
Limpeza material circulante	(2 937 242)	(3 216 557)
Serviços adicionais e auxiliares	(4 234 291)	(3 992 919)
Serviços restauração	( 794 419)	(1 133 622)
Acordo CP/Renfe	( 74 302)	( 980 040)
Outros subcontratos	(8 541 527)	(13 208 893)
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	(6 457 899)	(6 398 332)
Trabalhos especializados	(3 449 306)	(3 734 272)
Vigilância e segurança	(4 556 702)	(4 103 207)
Utilização material circulante	( 47 146)	( 47 146)
Outros serviços especializados	(1 103 424)	(1 477 406)
Materiais	(1 043 966)	( 699 230)
Energia e fluidos:		
Electricidade	(21 738 551)	(20 237 433)
Combustíveis	( 299 767)	( 233 661)
Água	( 278 389)	( 183 160)
Outros:		
Deslocações, estadas e transporte	( 708 352)	( 664 212)
Contª CP/ACE (SIMEF, ACE)	(4 906 545)	(5 339 663)
Taxa uso infraestrutura	(54 526 574)	(50 446 957)
Outras rendas e alugueres	(10 473 568)	(12 075 922)
Comunicação	( 780 193)	( 603 394)
Seguros	( 584 577)	( 655 998)
Outros serviços	( 491 504)	( 846 582)
<b>Total</b>	<b>(129 391 072)</b>	<b>(131 145 167)</b>

Em 2021, verificou-se uma diminuição na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no valor de 1,8 milhões de euros. Para esta redução contribuiu, fundamentalmente a diminuição dos gastos de subcontratos, no valor de 5,5 milhões de euros, destacando-se os outros subcontratos, que estão ligados à área de manutenção, no montante de 4,7 milhões de euros. De relevar ainda a diminuição dos encargos com o aluguer de locomotivas à Renfe em 1 milhão de euros pelo facto de estamos a reduzir gradualmente o parque de locomotivas alugadas, e a diminuição dos encargos decorrentes do acordo CP/Renfe, em resultado da suspensão do Serviço Internacional, no valor aproximado de 906 milhares de euros, e a redução dos encargos com serviços de restauração, em 339 milhares de euros.

Apesar da diminuição registada importa salientar que a redução das restrições decorrentes da situação de pandemia e o aumento dos serviços de transporte de passageiros, se refletiu num acréscimo nos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura, que rondou os 4,1 milhões de euros, e com eletricidade, de cerca de 1,5 milhões de euros.

## Gastos com Pessoal (nota 36)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	( 513 968)	( 537 515)
Remunerações do pessoal	(113 485 628)	(107 818 532)
Indemnizações	( 7 536)	( 139 335)
Encargos sobre remunerações	(25 437 893)	(24 118 155)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(3 368 387)	(3 990 749)
Gastos de acção social	( 284 515)	( 287 271)
Outros gastos com o pessoal	(2 674 593)	(1 953 528)
<b>Total</b>	<b>(145 772 520)</b>	<b>(138 845 085)</b>

O aumento nos gastos com pessoal que se verifica, de 6,9 milhões de euros, resulta essencialmente do aumento do número de trabalhadores, mas também de um acréscimo dos abonos variáveis, especialmente de trabalho suplementar, em resultado da diminuição das restrições decorrentes da pandemia e retoma gradual da atividade.

O quadro seguinte apresenta o detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional:

Descrição	31-dez-21	31-dez-20
Órgãos sociais *	7	8
Directores/chefias superiores	386	379
Quadros superiores	386	379
Quadros médios	-	-
Chefias intermédias	316	269
Profissionais altamente qualificados	2 996	2 997
Profissionais semi-qualificados	69	78
Profissionais não-qualificados	10	5
<b>Total</b>	<b>3 784</b>	<b>3 736</b>

\* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

## Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 37)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Perdas		
Ativos não correntes detidos para venda	-	-
Reversões		
Ativos não correntes detidos para venda	1 462 230	3 485 991
<b>Total</b>	<b>1 462 230</b>	<b>3 485 991</b>

Em 2021 regista-se uma reversão das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis de cerca de 1,5 milhões de euros, que resulta essencialmente da recuperação de material circulante que se encontrava inoperacional e a sua reafecção ao serviço de transporte de passageiros.

Descrição	(valores em euros)				
	saldo inicial	adições	reversões	transferências	saldo final
Edifícios e outras construções	3 897	-	-	-	3 897
Equipamento básico	4 188 639	-	(1 462 230)	-	2 726 409
<b>Total</b>	<b>4 192 536</b>	<b>-</b>	<b>(1 462 230)</b>	<b>-</b>	<b>2 730 306</b>

## Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 38)

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Ganhos		
Investimentos financeiros	2 965	-
<b>Total</b>	<b>2 965</b>	<b>-</b>

Em 2021 foi registado nas contas a valorização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), considerando as unidades de participação detidas e respetiva valorização em 31/12/2021.

## Outros Rendimentos (nota 39)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2021	2020
Rendimentos suplementares	4 482 708	3 613 098
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 843	1 477
Ganhos em inventários	131 022	13 625
Restantes ativos financeiros	1 161 548	1 656 483
Investimentos não financeiros	164 480	38 914
Outros	18 100 139	16 140 338
<b>Total</b>	<b>24 041 740</b>	<b>21 463 935</b>

Nesta rubrica, de destacar a variação ocorrida em "Outros", que é explicada fundamentalmente pelos seguintes factos de sinal contrário:

- Por um lado, o aumento resultante do acerto final efetuado pela Área Metropolitana de Lisboa aos valores do PART relativos a 2019 e 2020, no valor de 4,6 milhões de euros, bem como pela conclusão dos trabalhos de intervenção nos rotáveis, na ordem dos 2,5 milhões de euros;
- Por outro lado, a redução verificada no valor reconhecido dos subsídios ao investimento, na ordem dos 1,3 milhões de euros, e do facto de, ao contrário do verificado em 2020, não ter ocorrido reconhecimento de excesso de estimativa de imposto no valor de 1,5 milhões de euros (resultante da fusão por incorporação da EMEF) nem o registo de juros indemnizatórios e de mora, no valor de 1 milhão de euros, relacionados com o processo judicial/fiscal.

## Outros Gastos (nota 40)

A rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Impostos	( 315 649)	( 311 104)
Dívidas Incobráveis	( 77)	-
Perdas em inventários	( 85 380)	( 118 536)
Investimentos não financeiros	(1 441 741)	( 52 461)
Outros	(5 372 024)	(7 745 553)
<b>Total</b>	<b>(7 214 871)</b>	<b>(8 227 654)</b>

Para a diminuição registada de cerca de 1 milhão de euros contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- Diminuição dos gastos, em cerca de 3,5 milhares de euros por existirem factos registados em 2020, que não se verificaram em 2021, nomeadamente acertos diversos de faturação de transportes (em cerca de 2 milhões de euros), penalidades de contratos de serviços de manutenção e reparação (em 0,7 milhões de euros) e indemnizações por danos materiais resultantes do acidente que ocorreu em Espanha (em 0,6 milhões de euros);
- Em sentido inverso, verificou-se um acréscimo dos gastos em resultado do abate de equipamentos descontinuados/inoperacionais (em 1,4 milhões de euros) e das diferenças cambiais reconhecidas (em 1,1 milhões de euros) que decorrem essencialmente da participação subscrita, mas não realizada, em francos suíços, na *Eurofima*.

## Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 41)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Gastos</b>		
Ativos fixos tangíveis	(56 305 053)	(59 127 788)
Ativos intangíveis	( 81 406)	( 83 600)
<b>Reversões</b>		
Ativos fixos tangíveis	1 906	-
Ativos intangíveis	-	-
<b>Total</b>	<b>(56 384 553)</b>	<b>(59 211 388)</b>

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 4. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

## Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 42)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	814 485	548 477
<b>Total</b>	<b>814 485</b>	<b>548 477</b>

O valor registado em 2021 diz respeito à reversão de perdas de imparidade de material circulante (locomotivas).

## Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 43)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros obtidos	9 078	11 539
<b>Total</b>	<b>9 078</b>	<b>11 539</b>

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas.

## Juros e Gastos Similares Suportados (nota 44)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros suportados	(21 260 018)	(28 662 627)
Outros gastos e perdas	(1 505 908)	(1 959 829)
<b>Total</b>	<b>(22 765 926)</b>	<b>(30 622 456)</b>

Os gastos com juros e encargos financeiros suportados pela CP no decorrer do ano de 2021, sofreram um decréscimo de 7,9 milhões de euros em comparação com o período homólogo, em resultado fundamentalmente da redução nos últimos anos do passivo remunerado da empresa, bem como das taxas de juro historicamente baixas que o mercado apresenta.

## Garantias e Avals (nota 45)

Garantias e avals prestados pela CP a terceiros, empresas do grupo e associadas:

<b>Empresa</b>	<b>(valores em euros)</b>
	<b>Valor</b>
Garantia prestada pela CP à Fernave	3 627
Garantias prestadas pela CP a terceiros	3 388 055

## Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 46)

De referir os seguintes acontecimentos:

- Decorrente da situação de pandemia provocada pelo vírus COVID-19, é possível verificar a recuperação gradual da atividade, ainda que a quebra de receita continue a verificar-se no transporte ferroviário, essencialmente nos primeiros meses do ano, com impacto direto nos réditos da empresa;
- Nesta data verifica-se um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que afeta também as economias ocidentais, não sendo ainda possível prever o impacto que esta realidade terá na atividade da empresa;
- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

## Proposta de Aplicação de Resultados (nota 47)

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do ano, prejuízo de 65.554.294 euros, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.



Relatório e Contas 2021

# RELATÓRIO DE AUDITORIA





## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 502.798.734 euros e um total de capital próprio negativo de 1.852.160.466 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.554.294 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

A Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos entre 31 de dezembro de 2016 a 2020, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2021, um total de capital próprio negativo de 1.852.160.466 euros.

Tratando-se de uma Entidade que presta um serviço público e considerando os resultados líquidos negativos acumulados, o financiamento da sua atividade continua a depender do suporte financeiro do Estado Português.

Conforme referido na nota 46 do anexo, o recente conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia ameaça afetar as economias ocidentais, nomeadamente, com a crescente instabilidade dos mercados financeiros e o acentuar da pressão na subida dos preços da energia e das mercadorias em geral (que já se tinha começado a sentir com a pandemia COVID-19). Assim, a Entidade deverá aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade operacional e nas demonstrações financeiras futuras.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

#### Reconhecimento do Rédito

O rédito dos serviços prestados pela Entidade, que incluem essencialmente o transporte de passageiros e a manutenção e reparação de material circulante, em 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 192.840.642 euros, conforme divulgado na nota 29.

O risco do reconhecimento do rédito está relacionado com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita;
- teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade;
- análise dos ajustamentos efetuados ao rédito no final do ano; e
- identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.

#### Imparidade dos ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a imparidade dos ativos fixos tangíveis ascende a 2.816.622 euros, conforme divulgado na nota 9.

O apuramento da imparidade realizado pela Entidade assenta em validações efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, as quais estão associadas ao nível de rotação do material circulante e à expectativa de alienação daquele que se encontra obsoleto, e por peritos independentes, para os imóveis, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- análise dos critérios definidos pela Entidade para identificação de material circulante com rotação reduzida ou em estado obsoleto;
- análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respetivos critérios adotados e as avaliações independentes dos imóveis;
- análise dos principais movimentos das imparidades registados no ano;
- indagação junto da gestão da Entidade; e
- verificação da adequabilidade das divulgações das imparidades no anexo.



## Imparidade dos inventários

Os inventários, que em 31 de dezembro de 2021 ascendem a 42.199.458 euros, são registados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme descrito na nota 4.

Associado às responsabilidades assumidas perante os seus clientes, a Entidade detém inventários por longos períodos. Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 15), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;
- b) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pela Entidade;
- c) análise dos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa da imparidade dos inventários;
- d) corroboração dos pressupostos subjacentes com equipas técnicas da Entidade;
- e) análise dos principais movimentos da imparidade ocorridos no ano;
- f) aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior; e
- g) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade no anexo.

## Provisões

As provisões apresentam um saldo de 13.900.302 euros, em 31 de dezembro de 2021, conforme divulgado na nota 25.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários. A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se suportada por um estudo atuarial preparado por um perito independente.

Os movimentos registados nas restantes provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos da Entidade.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo complexo grau de julgamento e de incerteza associado.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
- b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas;
- c) indagação junto da área jurídica e da gestão da Entidade;
- d) obtenção e apreciação do estudo atuarial que suporta o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das provisões no anexo.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, e da demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimentos ao artigo 451º, nº6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo apresentado a mesma como anexo ao relatório do governo societário.



### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos ainda nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2017 para o mandato compreendido entre 2017 e 2019, na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de agosto de 2020 para o ano de 2020 e na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2021 para o mandato compreendido entre 2021 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 21 de abril de 2022

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Maria Filomena Neves Marques, ROC n.º 1201  
Registada na CMVM com o n.º 20160812



Relatório e Contas 2021

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS







## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* (a Entidade ou CP), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 502.798.734 euros e um total de capital próprio negativo de 1.852.160.466 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.554.294 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

1. As operações da CP têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, o que conduziu a um passivo substancialmente superior ao total do ativo e à necessidade de o Estado Português assegurar o financiamento indispensável à prossecução da atividade. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE) com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte ferroviário de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade da sua atividade, embora a CP se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, as quais, nesta data, também se encontram expostas às incertezas resultantes da evolução da pandemia Covid-19, bem como das consequências do conflito armado eclodido em fevereiro de 2022 entre a Rússia e Ucrânia.
2. Conforme divulgado no Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras da Entidade relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2020 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



AC

## 1. Reconhecimento do rédito

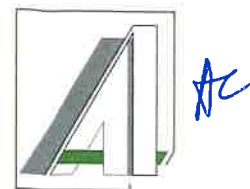
As vendas e serviços prestados pela CP em 2021 ascenderam a 192.840.642 euros. As notas 4 e 29 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O rédito da Entidade resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte ferroviário de passageiros e da manutenção e aluguer de material circulante.</p> <p>Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e dos sistemas de bilhética;</li><li>• Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração no sistema da receita na contabilidade;</li><li>• Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais/anuais por tipologia de serviço;</li><li>• Realização de procedimentos de validação do corte de operações;</li><li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li></ul>

## 2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

A CP apresenta, em 31 de dezembro de 2021, ativos fixos tangíveis no montante de 383.083.553 euros. As notas 4 e 9 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os testes de imparidade realizados pelos responsáveis da CP, têm por base critérios definidos pela Entidade, nomeadamente, a rotação do material circulante e a sua expectativa de vida útil associada à operação.</p> <p>Dado o risco associado à confirmação da aplicabilidade destes critérios e atenta a materialidade do montante total desta rubrica, entendemos considerá-la como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento e análise dos critérios de identificação de material circulante obsoleto e dos critérios de ajustamento ao valor dos ativos;</li><li>• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no ano na rubrica de imparidades de Ativos fixos tangíveis;</li><li>• Levantamento e análise do suporte documental ao cálculo das imparidades dos movimentos suprarreferidos, e verificação sobre se o valor contabilístico líquido dos ativos obsoletos e de rotação reduzida está em conformidade com o seu valor recuperável;</li><li>• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração;</li><li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li></ul>



### 3. Provisões

A CP apresenta, em 31 de dezembro de 2021, provisões no montante de 13.900.302 euros. As notas 4 e 25 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Dada a complexidade e diversidade dos riscos, bem como a materialidade dos montantes das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade da Entidade, nomeadamente com acidentes ferroviários, com acidentes de trabalho e com doenças profissionais, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no ano na rubrica de provisões;</li><li>• Levantamento e análise do suporte documental ao cálculo das provisões dos movimentos suprarreferidos, e verificação da sua conformidade com as respostas dos advogados da CP à circularização realizada.</li><li>• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração;</li><li>• Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo contratado pela CP, sobre as responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais;</li><li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li></ul>

### 4. Imparidade de inventários

A CP apresenta, em 31 de dezembro de 2021, na rubrica de inventários um montante líquido de imparidades de 42.199.458 euros. As notas 4 e 15 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os inventários da Entidade são constituídos por materiais, nomeadamente por matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais diversos, por “fabricos” e por “rotáveis”, que são utilizados na manutenção e reparação do material circulante próprio ou na prestação de serviços de reparação de material circulante de terceiros.</p> <p>O reconhecimento de perdas de imparidade dos inventários obsoletos, danificados, ou de lenta rotação tem por base procedimentos de controlo e critérios definidos pela Entidade sujeitos a um elevado grau de julgamento, designadamente, a potencial aplicabilidade em material circulante ativo e o seu valor realizável líquido.</p> <p>Dado o risco associado à confirmação da aplicabilidade e adequação dos critérios, pressupostos e políticas contabilísticas definidas, bem como a materialidade do</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Levantamento e análise dos critérios, pressupostos e políticas contabilísticas de reconhecimento das perdas por imparidade de inventários, bem como da consistência da sua aplicação relativamente aos períodos anteriores;</li><li>• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no ano na rubrica de inventários e de imparidades de inventários;</li><li>• Levantamento e análise do suporte documental ao cálculo das imparidades dos movimentos suprarreferidos;</li><li>• Acompanhamento da verificação e contagem física de inventários efetuadas pela Entidade;</li></ul>



AC

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
montante total desta rubrica, entendemos considerá-la como uma matéria relevante da nossa auditoria.	• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, do relatório de governo societário e da demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam



AZ

- adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
  - comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
  - das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
  - declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhes todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a demonstração não financeira**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no relatório de governo societário, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados pelo Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas de 24 de junho de 2021 como Revisor Oficial de Contas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. para o triénio 2020-2022, na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para



responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da CP – *Comboios de Portugal, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 21 de abril de 2022

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha  
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

Relatório e Contas 2021

# RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS INDIVIDUAIS 2021 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

#### 1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente da alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP<sup>1</sup>, e dos artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais<sup>2</sup> (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais e a proposta de aplicação de resultados da empresa, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2021, atentas a certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e as informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria<sup>3</sup>. Acresce ainda as conclusões contidas no Relatório de Auditoria do Auditor Externo sobre as demonstrações financeiras desse ano<sup>4</sup>, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas da CP.

Em conformidade com as orientações do acionista Estado, nomeadamente as constantes no ofício circular SAI\_DGTF/2022/364, de 20 de janeiro<sup>5</sup> da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), compete igualmente ao CF a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente as relativas às remunerações vigentes em 2021, bem como a aferição do cumprimento da apresentação do Relatório anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre aquelas matérias, conforme previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro<sup>6</sup>, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

Assinale-se, a título enquadrador e informativo no âmbito do presente parecer, que:

- A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus Estatutos e pelo RJSPE;
- O Contrato de Serviço Público assinado em 28/11/2019, entre o Estado e a CP, produziu efeitos com o visto do Tribunal de Contas em 26/06/2020, o que permitiu que se iniciasse o pagamento das compensações financeiras previstas;

<sup>1</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelos Decretos-Leis n.º 59/2012, de 14 de março e n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

<sup>2</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

<sup>3</sup> Ambos datados de 21 de abril de 2022.

<sup>4</sup> Emitido nos termos previstos do n.º 2 do artigo 45º do RJSPE.

<sup>5</sup> Referente às instruções sobre o processo de prestação de contas de 2021.

<sup>6</sup> Na sua redação atual.



## CONSELHO FISCAL

- De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro, a 1 de janeiro de 2020 concretizou-se a fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF) na CP;
- O Estado tem mantido o apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte financeiro necessário com vista a assegurar o serviço da dívida através da concessão de empréstimos;
- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da CP, aprovados pelo Conselho de Administração em 21/04/2022, foram elaborados em conformidade com os artigos 65.º, 66.º, 66.ºA e 66.º B, do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme regime de exceção obtido junto do Tribunal de contas, de acordo com o previsto no n.º 7 da sua Resolução n.º 2/2021, de 24 de dezembro;
- Cabe referir, como ponto prévio, que, para efeito da aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, a empresa teve em consideração a informação financeira referente a anos anteriores, designadamente, de 2016 a 2020, as quais aguardam aprovação pela tutela. Importa destacar que esta situação foi evidenciada quer nas ênfases na certificação legal das contas, quer pelo auditor externo no seu relatório de auditoria;
- As participações financeiras noutras empresas encontram-se reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), sempre que existe controlo ou influência significativa sobre as empresas participadas pela CP, enquanto que as restantes participações são reconhecidas ao custo de aquisição menos as perdas de imparidade determinada pela empresa, dado não ser possível obter, de forma fiável, o seu justo valor;
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda notificação de 2014<sup>7</sup> relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais<sup>8</sup>, a CP foi reclassificada, passando a integrar, desde 2015, o perímetro das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais;
- O ano de 2021, apesar de alguma melhoria, foi ainda influenciado pelos efeitos da pandemia pelo vírus SARS-COVID 19. Verificou-se um acréscimo de 14% do número de passageiros e de 13,9% nos rendimentos do tráfego face a 2020, mas ainda muito aquém dos valores registados em de 2019 (-31,6% do número de passageiros).

---

<sup>7</sup> Emitida em setembro de 2014.

<sup>8</sup> SEC 2010.

## CONSELHO FISCAL

### 2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2021, o Conselho Fiscal efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- i) Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o ROC;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas referentes a 2020;
- v) Participação em reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com a direção financeira;
- vi) Revisão da proposta de plano de atividades e orçamento para 2021 com a emissão do respetivo parecer;
- vii) Elaboração do parecer sobre Relatório & Contas Intercalar Consolidado referente ao 1.º semestre de 2021;
- viii) Emissão de parecer sobre a obtenção de financiamento junto da DGTF enquadrado no disposto no n.º 4 do artigo 33.º do RJSPE;
- ix) Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelo Conselho de Administração, nomeadamente sobre a criação da AMOLIS – Associação Metropolitana de Operadores de Transporte Público de Lisboa e do Centro de Competências Ferroviário;

### 3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério das Infraestruturas e Habitação e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

## CONSELHO FISCAL

A empresa está sujeita às obrigações de serviço público previsto no contrato assinado entre o Estado e a CP, em 2019, por um período de 10 anos, renovável por 5 anos, o qual só obteve visto do Tribunal de Contas em 26.06.2020.

Com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção de material circulante ferroviário foi internalizada, tendo como objetivo principal garantir a fiabilidade do referido material, enquanto operador de transporte, mas também cumprir os contratos estabelecidos com entidades terceiras.

Em 2021, a CP transportou cerca de 99 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo de 14% face a 2020, constituindo, no entanto, uma quebra de 31,6% (cerca de 46 milhões de passageiros) comparativamente a 2019, ainda em resultado da pandemia.

Os serviços que mais recuperaram face a 2020 foram o longo curso com cerca de 21%, bem como os urbanos do Porto e o Regional cerca de 18% e 15%, respetivamente.

Já o serviço urbano de Lisboa apresentou uma subida de 13%, enquanto que o internacional apresentou uma quebra de 23% (-8 mil passageiros).

Na análise da medida passageiros-quilómetro verificou-se a mesma tendência de subida, entre os 20% do longo curso, 18% no serviço Regional e 13% no serviço urbano de Lisboa, enquanto que o serviço Internacional teve uma quebra de 70% face a 2020.

Neste contexto, importa destacar o aumento dos proveitos de tráfego de cerca de 21 milhões de euros (13,9%) face ao exercício anterior, mas inferior em 102 milhões de euros em relação a 2019, ainda em resultado dos efeitos da pandemia COVID 19.

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP terminou o ano de 2021 com um total de 3.784 trabalhadores<sup>9</sup>, representando um acréscimo de 48 trabalhadores, em que ocorreram 135 entradas (cfr. RCM n.º 110/2019; Despachos n.º 80/2020, n.º 82/2020, n.º 603/2020-SET, n.º 133/2021-SET e n.º 911/2021) e 87 saídas, essencialmente por reforma (61).

A CP realizou investimentos de 29 milhões de euros, dos quais cerca de 78% (22,7 milhões de euros) respeitaram à aquisição (22%) e modernização (56%) do material circulante.

## 4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As demonstrações financeiras anexas ao Relatório e Contas da CP, compreendem os seguintes elementos:

i) o balanço individual que, em 31 de dezembro de 2021, evidencia um total do ativo de cerca de 502,8 milhões de euros, um total de capital próprio negativo de cerca de 1.852,2 milhões de

---

<sup>9</sup> Correspondente aos trabalhadores a cargo da CP, efetivo à qual a empresa paga.

## CONSELHO FISCAL

euros, incluindo um resultado líquido negativo de cerca de 65,6 milhões de euros e um passivo de cerca de 2.355 milhões de euros;

ii) a demonstração individual dos resultados por naturezas que evidenciam um resultado operacional negativo de cerca de 42,5 milhões de euros;

iii) a demonstração das alterações no capital próprio que demonstra uma alteração negativa de cerca de 73,5 milhões de euros;

vi) a demonstração individual dos fluxos de caixa que assinala um saldo final de 17,1 milhões de euros (uma variação negativa de cerca de 15,7 milhões de euros, relativamente ao início do período) e, ainda,

v) o Anexo às demonstrações financeiras que contém as principais políticas contabilísticas aplicadas.

Da análise das demonstrações financeiras, e pela sua materialidade, entendemos de destacar os seguintes aspetos face ao impacto económico financeiro dos mesmos na situação financeira e patrimonial da empresa:

- Em termos da estrutura financeira refletida no balanço, constata-se que, embora a mesma se tenha mantido em valores semelhantes aos verificados no ano transato, a empresa apresenta uma evolução negativa, de 2020 para 2021, decorrente quer da redução do ativo em cerca de 30,1 milhões de euros, e do aumento do passivo, em cerca de 43,4 milhões de euros, quer do agravamento do capital próprio em cerca de 73,5 milhões de euros;
- No que diz respeito ao ativo, destacam-se a diminuição dos Ativos fixos tangíveis, em cerca de 25,9 milhões de euros, em virtude de as depreciações destes ativos não terem sido compensadas com a realização de novos investimentos e, ainda, a diminuição do saldo de Caixa e depósitos bancários, em cerca de 15,7 milhões de euros, para assegurar o pagamento de compromissos assumidos pela empresa;
- Ao nível do Passivo, há a registar o acréscimo nas rubricas de Fornecedores e Outras dívidas a pagar, em cerca de 43,3 milhões de euros, destacando-se, no final de 2021, a dívida à IP e o aumento generalizado dos saldos em dívida a fornecedores em resultado das dificuldades de liquidez;
- Ainda relativamente ao balanço, assinala-se a variação registada no capital próprio, essencialmente, resultante da transferência para resultados transitados do resultado líquido negativo de 2020<sup>10</sup>;
- Ao nível da exploração económica constatou-se, no entanto, uma evolução positiva dos resultados líquidos do exercício, que passaram de -95,4 milhões de euros, verificados

---

<sup>10</sup> A proposta de aplicação de resultados do exercício de 2020 aguarda, ainda, aprovação.

## CONSELHO FISCAL

em 2020, para cerca de -65,6 milhões de euros em 2021 (constituindo um desagravamento de cerca 29,8 milhões, correspondente a uma melhoria de cerca de 31% face ao ano anterior);

- Para a evolução positiva do resultado líquido contribuiu o valor do resultado operacional, que, no final de 2021, atingiu valores negativos de cerca de 42,5 milhões de euros, constituindo uma melhoria de cerca de 22 milhões de euros, relativamente ao ano anterior. Esta variação verificada no resultado operacional, fundamenta-se, essencialmente, no incremento dos rendimentos provenientes das vendas e serviços prestados de transporte de passageiros;
- Neste contexto, é de assinalar o acréscimo de cerca de 18 milhões de euros verificado no Resultado Operacional das Atividades de Transporte de Passageiros e Manutenção (EBITDA), relativamente ao apurado no ano anterior (representando um acréscimo de cerca de 440%). Embora tenham ocorrido outras variações que, igualmente, justificam este resultado, conforme exposto no Relatório e Contas 2021, destaca-se o aumento registado na prestação de serviços de transportes de passageiros, em resultado do incremento da procura, conforme já assinalado no presente relatório, em consequência do alívio das medidas restritivas decorrentes da pandemia de Covid 19. Refira-se, no entanto, que, ainda assim, a procura registada em 2021 ficou aquém dos valores registados nos últimos 5 anos, com exceção do ano 2020;
- Em termos do resultado operacional, assinala-se, também, o incremento verificado nos gastos com pessoal, de cerca de 7 milhões de euros, relativamente ao verificado no ano transato, refletindo, essencialmente, a variação do efetivo global, conforme anteriormente assinalado de 48 trabalhadores, bem como do aumento dos abonos variáveis, na sequência da retoma da atividade da empresa;
- Ainda ao nível do referido resultado operacional, destaca-se, igualmente, a diminuição da variação nos inventários da produção, no valor de cerca de 4,8 milhões de euros relativamente ao verificado em 2020, em resultado de os consumos ocorridos terem superado a produção efetuada<sup>11</sup>;
- Em termos do resultado financeiro, verifica-se uma melhoria, em cerca de 7,9 milhões de euros (26%), situando-se, no final de 2021, em cerca de -22,8 milhões de euros. Esta situação resultou, essencialmente, da alteração das fontes de financiamento;
- A dívida remunerada da CP, a 31 de dezembro de 2021, é de 2.132 milhões de euros, valor semelhante ao registado no final de 2020. Esta dívida encontra-se concentrada em empréstimos do Estado, concedidos através da DGTF (cerca de 84%), destacando-se que uma parte significativa tem maturidades de muito curto prazo. Nos últimos anos, tem-

---

<sup>11</sup> Conforme assinalado no Relatório e Contas, o facto de a atividade de manutenção e reparação ter sido integrada na CP, apenas em 2020, igualmente influenciou o saldo final de 2020.

## CONSELHO FISCAL

se verificado uma substituição de dívida contraída junto de outras fontes de financiamento por empréstimos da DGTF, tal como ocorrido em 2021, em que foram contratados três novos empréstimos, no valor de 156,3 milhões de euros para amortizar dívida contraída junto do BEI e EUROFIMA. Encontrando-se ainda pendente de resolução o saneamento financeiro da dívida histórica da CP, o Estado tem vindo a prorrogar sucessivamente o pagamento do serviço da dívida dos empréstimos concedidos, nas respetivas datas de vencimento, sem custos adicionais, o que justifica a melhoria dos resultados financeiros alcançados pela CP nos últimos anos;

- Em suma, a estrutura financeira e patrimonial da CP continua a registar desequilíbrios significativos e sistemáticos, dependendo do apoio do Estado para assegurar o seu financiamento, embora se constata uma melhoria, em 2021, da exploração económica que, ainda assim, é insuficiente na integração da empresa num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente do Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

## 5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

No âmbito das competências que lhe estão cometidas e tendo como referência o já acima mencionado ofício circular SAI\_DGTF/2022/364, de 20 de janeiro, cabe ao CF aferir do cumprimento pela empresa das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2021, bem como da exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, que determina a obrigatoriedade da apresentação de um Relatório anual de Boas Práticas de Governo Societário, o qual deverá conter informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo referido regime jurídico aplicável ao SEE.

### Relatório de Gestão

Em conformidade com o previsto nos artigos 65.º, 66.º, 66.º-A e 66º-B do CSC, o Relatório de Gestão da CP traduz a observância daquelas disposições e de outras matérias legalmente em vigor, cumprindo, na generalidade, com as orientações aplicáveis ao SEE, nomeadamente as decorrentes do RJSPE.

### Relatório sobre informação não financeira prevista no artigo 66º-B do CSC

No que se refere, em particular, à obrigatoriedade de divulgação de informações não financeiras e de informação sobre a diversidade de certas grandes empresas e grupos, introduzida no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 27 de junho, ao abrigo do qual foram alterados, para o efeito, o CVM e o CSC, o CA da CP optou por inserir no Relatório do Governo Societário um capítulo sobre esta matéria, sem prejuízo da apresentação autónoma de

## CONSELHO FISCAL

um relatório, o qual será publicado no seu *site* da internet no prazo legal, dando, assim, cumprimento ao previsto na al. b) do n.º 9 do referido artigo 66º-B do CSC.

### Relatório de Governo Societário

Em cumprimento do previsto do n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, a CP apresentou o Relatório autónomo de Boas Práticas de Governo Societário referente ao exercício em análise, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida e publicitada pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), para o ano de 2021.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e os elementos exigíveis à entidade nos termos das demais disposições legais em vigor, incluindo as orientações aplicáveis, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, salientando-se ainda que sempre que não são aplicáveis alguns dos princípios recomendatórios são fundamentadas as razões da respetiva inaplicabilidade.

### Orientações legais vigentes para o SEE

No âmbito da avaliação do cumprimento do quadro normativo aplicável à CP e das orientações transmitidas pelo detentor do capital estatutário, através do já supra referido ofício circular SAI\_DGTF/2022/364, de 20 de janeiro, em observância com o artigo 420.º do CSC, e para além das matérias acima indicadas sobre o Relatório de Gestão, importa destacar o seguinte:

#### a) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

- Em 2021, não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, sendo a atividade da empresa norteada pelo PAO 2021-2023, aprovado pelas respetivas tutelas em novembro de 2021.
- Em conformidade com orientações vigentes, a empresa apresenta num capítulo autónomo, a informação relativa à execução do PAO 2021, designadamente quanto aos objetivos operacionais, ao EBITDA, aos gastos com pessoal, à evolução do indicador relativo ao peso dos gastos operacionais no volume de negócio, aos respetivos resultados de performance, ao investimento e ainda ao limite de endividamento ajustado, justificando, na generalidade, os desvios observados.
- Integrando a CP o perímetro das Administrações Públicas, a empresa apresenta, nos termos legalmente exigidos, informação detalhada sobre o grau de execução orçamental, tanto ao nível da receita como da despesa, referindo, em cada caso, os desvios mais importantes verificados e respetivas justificações.

## CONSELHO FISCAL

### b) Gestão do risco financeiro

- No que se refere à gestão do risco financeiro, e em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro, salienta-se que a atividade da CP encontra-se exposta ao risco de liquidez e ao risco de taxa de juro. Quanto ao primeiro, este risco encontra-se mitigado, em certa medida, pelo facto de a CP ser uma empresa pública detida 100% pelo Estado.

No que se refere ao risco de taxa de juro, destaca-se, desde já, que a empresa não procedeu em 2021 à contratualização de nenhum instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro, nem detém qualquer instrumento desta natureza em carteira com referência a 31 de dezembro de 2021.

A taxa média de financiamento teve um ligeiro aumento de 0,33p.p. em virtude do peso relativo na estrutura da dívida remunerada dos empréstimos com taxa fixa.

### c) Limite de crescimento do endividamento

- Em termos de endividamento, o valor ajustado, apurado nos termos da fórmula prevista no n.º 4 do artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019)<sup>12</sup>, isto é, tendo em consideração os aumentos de capital realizados pelo Estado e excluindo os novos investimentos com expressão material<sup>13</sup>, manteve praticamente inalterado com um ligeiro aumento de 0,01%, cumprindo, assim, o limite de 2% previsto no n.º 1 do artigo 65º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2021 (OE2021).

### d) Prazo Médio de Pagamentos e Pagamentos em Atraso

- Conforme consta do capítulo “Cumprimento das Obrigações Legais” do Relatório e Contas, a CP não identifica pagamentos em atraso (“arrears”)<sup>14</sup> no final de 2021 por motivos imputáveis à empresa.

De acordo com os dados divulgados pela empresa, em 2021 o prazo médio de pagamentos<sup>15</sup> verificado no final do 4º trimestre de 2021 foi de 60 dias, verificando-se um agravamento de 11 dias face ao registado a 31 de dezembro de 2020, em virtude, essencialmente, de constrangimentos orçamentais motivados pela pandemia COVID 19.

### e) Recomendações aquando da última aprovação de contas

- Conforme referido anteriormente, as contas relativas aos exercícios de 2016 a 2020, não foram ainda objeto de aprovação por parte do titular da função acionista, pelo que não houve qualquer recomendação a observar em 2021.

<sup>12</sup> Que se mantém aplicável até à entrada em vigor de novo DLEO.

<sup>13</sup> Os que não figuram no plano de investimento do ano anterior e cuja despesa prevista para ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa (cf. n.º 2 do artigo 159º do DLEO 2019).

<sup>14</sup> Nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

<sup>15</sup> Nos termos previstos da RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.



## CONSELHO FISCAL

### f) Remunerações

- A CP demonstra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (para os gestores públicos e equiparados).
- Sublinha-se ainda que, em 2021, a empresa manteve o procedimento de não atribuir prémios de gestão, cumprindo o que se encontrava legalmente previsto sobre esta matéria.
- Ainda no âmbito da divulgação do cumprimento das orientações legais nos termos previstos do citado ofício circular SAI\_DGTF/2022/364, de 20 de janeiro, e no que se refere às obrigações de divulgação de informação no sítio da internet e no sítio do SEE, designadamente no que concerne à elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres<sup>16</sup> e do relatório anual sobre a prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, importa sublinhar que a CP deu cumprimento às referidas obrigações de divulgação.

### g) Estatuto do Gestor Público

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a CP deu cumprimento ao disposto no Estatuto do Gestor Público (EGP), no que concerne à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite de gastos com comunicações, bem como ao valor máximo estabelecido para combustível e portagens afetos às viaturas de serviço, não tendo sido, conforme consta do relatório, realizadas, tanto pela empresa como pelos seus gestores, quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

### h) Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas

- A CP, no âmbito dos procedimentos da contratação pública, rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, sendo considerada entidade adjudicante do setor especial dos transportes. Nessa medida, utiliza as figuras de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades. O Regulamento de Compras, que contém as regras aplicáveis à Locação e Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços e Empreitadas, está disponível no respetivo *site*.
- Em 2021, a empresa não submeteu a fiscalização prévia do Tribunal de Contas quaisquer contratos, uma vez que nenhum ultrapassou o valor de 5 milhões de euros. No entanto, é de referir que em 2021 foi emitido o competente visto por aquele Tribunal quanto ao contrato submetido no ano anterior, relativo à Aquisição 12 Unidades Bi-Modo e 10

---

<sup>16</sup> Nos termos previstos no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, as empresas do SEE devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

## CONSELHO FISCAL

Unidades Automotoras Elétricas, incluindo Peças Parque e Ferramentas Especiais, no valor global de 158.140.672 euros.

i) A CP aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 2010, pelo que, caso a caso, verifica as vantagens em utilizar os Acordos-Quadro subscritos pela ESPAP, IP, em comparação com os valores contratuais obtidos diretamente pela empresa, assim como a sua adequação às especificidades técnicas das suas necessidades.

j) Parque de Veículos do Estado

- A CP reduziu o seu parque automóvel face a 2020, de 116 para 111 viaturas (-5), constatando-se, no entanto, um ligeiro acréscimo dos gastos associados à frota automóvel, de cerca de 53,7 mil euros, correspondente a cerca de +11%.

k) Estrutura de Gastos Operacionais

O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel sofreu um acréscimo face a 2020, em cerca de 353 mil euros (+ 5%), sendo de destacar o acréscimo dos gastos com ajudas de custo, justificado com a retoma da atividade da empresa.

Ainda no que se refere às restantes medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158º do DLEO 2019, e para além dos aspetos anteriormente mencionados, reportam-se também os seguintes:

- O Rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, tendo por base os valores executados de 2020 e 2021, e expurgando o impacto da perda da receita estimada pela CP decorrente da pandemia (cerca de 117,7 milhões de euros, em 2021, e cerca de 138,4 milhões de euros em 2020) sofreu um acréscimo de 2,4 pp;
- Destaque-se, ainda, e relativamente aos valores executados de 2021, que, em termos globais, conforme anteriormente referido, verificou-se um acréscimo do número de trabalhadores da CP, bem como um crescimento dos gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, das valorizações remuneratórias e da aplicação dos instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, de cerca de 7milhões de euros (cerca de + 5%).
- Mais se constata o decréscimo dos gastos operacionais com o conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, de cerca de 476,8 mil euros (-26%).

## CONSELHO FISCAL

### l) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

- No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a CP tem requerido anualmente a dispensa, considerando que as especificidades das suas atividades exigem a manutenção de algumas contas bancárias e serviços bancários disponibilizados pela banca comercial.
- Assim e na sequência de pedido formulado para o efeito, através de despacho de 23 de novembro de 2020, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP) dispensou a CP do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, somente quanto aos serviços ali identificados<sup>17</sup>.

## 6. PARECER

De acordo com o que precede e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o Relatório do Auditor Externo, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., o Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2021, e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou, ainda, que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa associados ao exercício em análise.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

- i) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativos ao exercício de 2021, atentas as ênfases e as matérias relevantes de auditoria expressas na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o Resultado Líquido negativo no montante de 65.554.294 euros ser levado a resultados transitados.

---

<sup>17</sup> Valores objeto de recolha, transporte e contagem, valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, valores das custódias de títulos que não sejam de dívida pública, valores dos contratos de leasing e factoring celebrados com a banca comercial, valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos, valores que forem arrecadados através de TPA virtual, pela utilização de cartões AMEX, e valores movimentados via DPG da SIBS.



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo do ano de 2021, tanto pelo Conselho de Administração como pelos demais colaboradores da CP.

Lisboa, 13 de maio de 2022.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

**ANTÓNIO JOSÉ  
FARINHA SIMÃO**

Assinado de forma digital por  
ANTÓNIO JOSÉ FARINHA SIMÃO  
Dados: 2022.05.13 15:07:17  
+01'00'

*António Farinha Simão*

Os Vogais,

**TERESA ISABEL  
CARVALHO COSTA**

Assinado de forma digital por  
TERESA ISABEL CARVALHO  
COSTA  
Dados: 2022.05.13 15:08:01  
+01'00'

*Teresa Costa*

Assinado por: **CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE**  
Num. de Identificação: 10415151  
Data: 2022.05.13 15:03:58+01'00'

*Cristina Freire*